

ENTRE LUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da **UFGD**

ANO 7 | número 14 | 2016



Dourados

UFGD
editora



ISSN 2176-9559

ENTRE-LUGAR

v. 7, n. 14



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Dourados, v. 7, n.14, 2016.

UFGD

Reitora: Liane Maria Calarge

Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

COED

Coordenador Editorial: Rodrigo Garófallo Garcia

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

FCH

Diretor da Faculdade de Ciências Humanas: Jones Dari Goettert

COMISSÃO CIENTÍFICA DA REVISTA ENTRE-LUGAR

Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertergaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes(UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Pinon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp)

COMISSÃO INTERNACIONAL

Adriano Rovira (Instituto de Geociências Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidade Nacional Asuncion – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN)), Maria Laura Silveira(Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (USC/Espanha)

Entre-Lugar: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD /
Universidade Federal da Grande Dourados (v. 7, n.14, 2016)-. Dourados, MS : UFGD,
2016-.

Semestral

ISSN 2176-9559

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados

ENTRE-LUGAR

v. 7, n. 14



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Dourados, v. 7, n.14, 2016.

ENTRE LUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da **UFGD**

ANO 7 | número 14 | 2016



ISSN 2176-9559

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
ANÁLISE DAS DIFERENÇAS TÉRMICAS ENTRE O CAMPO E A CIDADE EM SITUAÇÃO SAZONAL DE VERÃO EM 2014, NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG)	13
Edson Soares Fialho Robson Rodrigues Quina	
ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL DO LITORAL MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DA SUA CONFIGURAÇÃO GEOLÓGICA E GEOMORFOLÓGICA COM O USO DE GEOTECNOLOGIAS	36
Paulo Roberto Fitz	
ORIENTAÇÃO CARTOGRÁFICA: A EXPERIÊNCIA DO PERCURSO	54
Ligia Maria Brochado de Aguiar	
TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS ATUAIS E FUTUROS DE SISTEMAS TURÍSTICOS E ENCLAVES EM AMBIENTES NATURAIS	64
José Roberto da Silva Lunas Elimar Pinheiro do Nascimento	
PROPOSTA PARA OTIMIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO VISITANTE AO RECANTO CACHOEIRA DA SAUDADE POR MEIO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA.....	85
Wesley Neto Lima Bruno de Souza Lima	
ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE DOURADOS/MS, ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2012	105
Daniele Carla da Silva Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas	
RESENHA - LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE.....	121
Lucas Atanásio Catsossa	

EDITORIAL

O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD publica o segundo número, do ano de 2016, da Revista Entre-Lugar. Com periodicidade semestral, a Revista visa divulgar contribuições científicas da Geografia e áreas a fins, viabilizando e oportunizando a publicação científica. Este número, composto por seis artigos e uma resenha, marca o início do trabalho da nova equipe de editores e seus colaboradores: Charlei Aparecido da Silva – Editor; Lisandra Pereira Lamoso – Editora Associada; Patrícia Cristina Statella Martins e Giovane Silveira da Silveira na Secretaria Executiva.

Ao primeiro olhar, os seis artigos possuem temas completamente diferentes, que variam entre climatologia, geotecnologias, ensino de geografia e turismo. No entanto, ao analisarmos em conjunto, verificamos que os textos demonstram relação entre si. Levando em conta esse aspecto plural, mas que tende a uma unidade, pensamos no mosaico para capa desta edição. Vale acrescentar ainda, que além da equipe editorial, contamos nesta edição com o trabalho imprescindível de consultores externos – pesquisadores de diferentes instituições atuaram como pareceristas *ad hoc*.

O artigo que abre a edição, “Análise das diferenças térmicas entre o campo e a cidade em situação sazonal de verão, em 2014, no município de Viçosa (MG)”, de Edson Soares Fialho e Robson Rodrigues Quina, analisa a variação da temperatura do ar na escala diária e horária – Visa estabelecer relações entre o ambiente urbano e o rural. Faz uso da técnica de transecto móvel e de pontos fixos em sua análise. Os dados coletados por meio de miniabrigos meteorológicos alternativos de PVC, construídos pelos autores, e os registros higrótérmicos foram associados com mensurações de *Sky View Factor* (SVF). Fialho e Quina concluem que o uso da terra bem como do SVF influencia nos dados de temperatura. – Eles verificaram que a área urbana é capaz de influenciar nos valores de temperatura principalmente à noite. A metodologia utilizada pelos autores e a forma como especializam e correlacionam as informações nos parece de grande contribuição para os estudos de clima urbano, de cidade pequenas e médias.

Paulo Roberto Fitz contribui com o artigo “Análise da fragilidade ambiental do litoral médio do Rio Grande do Sul a partir da sua configuração geológica e geomorfológica com o uso de geotecnologias”. O trabalho enfoca dois componentes de extrema importância para a elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE da região do litoral médio do estado do Rio Grande do Sul: a geologia e a geomorfologia. Com base no conceito de fragilidade ambiental, as configurações desses elementos foram averiguadas para a realização de um diagnóstico de restrições e potencialidades de uso de recursos naturais na região. As informações e os dados foram cartografados e os resultados da pesquisa mostraram que muitas áreas apresentam certo grau de fragilidade ambiental, impondo limitação de uso que levam em conta aspectos da geologia e geomorfologia. Evidencia-se no artigo um registro importante para realização de outros estudos, e, também orientações para implementação de políticas públicas que objetivam aspectos conservacionistas e preservacionistas.

No terceiro artigo, “Orientação cartográfica: a experiência do percurso”, de Lígia Maria Brochado de Aguiar, observa-se a preocupação da autora em trabalhar a orientação segundo os princípios da cartografia que se fazem presentes na vida daqueles que vivem o lugar. Aguiar apresenta neste texto o desenvolvimento e algumas reflexões sobre uma oficina de orientação cartográfica oferecida aos alunos do ensino fundamental de uma escola pública de São João del Rei (MG). Trata-se, assim, de um artigo que discorre sobre as possibilidades e a importância do uso de atividades lúdicas como instrumento de ensino-aprendizagem, instiga uma aproximação entre linguagens arte-cartografia-geografia no âmbito do ensino.

O tema turismo é contemplado nos três últimos artigos desta edição. “Turismo e sustentabilidade: uma análise dos problemas atuais e futuros de sistemas turísticos e enclaves em ambientes naturais”, de José Roberto da Silva Lunas e Elimar Pinheiro do Nascimento, analisa os sistemas turísticos do México e da Costa Rica. Segundo os autores, os modelos de análise apresentados podem ser utilizados como parâmetros para outras pesquisas que tenham como foco potencialidades turísticas, gestão da atividade turística, identificação de problemas e perspectivas de futuro. Uma contribuição teórica importante para ampliar as discussões sobre o uso de modelos no âmbito do Turismo.

Wesley Neto Lima e Bruno de Souza Lima são os autores do artigo “Proposta para otimização da experiência do visitante ao Recanto Cachoeira da Saudade por meio de uma trilha interpretativa”. Os autores apresentam e discutem formas de otimizar a experiência de visitantes de trilhas ecológicas interpretativas e, ao mesmo tempo, como a implantação desse tipo de trilha pode auxiliar empreendimentos turísticos. A metodologia abarcou a realização de trabalhos de campo, o uso de geotecnologias e registros fotográficos. A elaboração de mapas subsidiou e fundamentou a proposta da trilha. Tem-se ao final uma contribuição empírica que pode ser replicada e aprimorada.

O sexto e último trabalho é de autoria de Daniele Carla da Silva e Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas, e se intitula “Atuação do Conselho Municipal de Turismo de Dourados/MS, entre os anos de 2004 e 2012”. O artigo apresenta um resgate histórico das ações do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Dourados (MS). Ao longo das discussões, evidencia-se a função do COMTUR enquanto instância de governança e seu papel fundamental nas ações relacionadas ao turismo no município. Fica clara também a importância do trabalho dos conselheiros municipais, os quais, juntamente com o poder público, pensam as ações do *trade* turístico. Daniele da Silva e Maria Cristiane Lunas apresentam, assim, um registro que beneficiará pesquisas futuras ou mesmo uma avaliação crítica do trabalho do COMTUR..

Finalizando este número da revista, temos a resenha “Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique”, escrita por Carlos Nuno Castel-Branco. O texto busca desvendar um pouco do processo histórico de Moçambique ao leitor brasileiro. Conhecer um pouco da história desse país é dialogar com a própria história brasileira, e revelar as semelhanças existentes na produção de seus espaços.

Agradecemos a todos os autores e pareceristas envolvidos nesta edição, bem como à editora da UFGD, aqui representada por *Givaldo*, que não tem medido esforços para nos orientar frente a esse desafio que é publicar uma revista científica, publicar a Revista Entre-Lugar.

Que o poeta Manoel de Barros possa nos inspirar nessa jornada.

*“O leve e macio
raio de sol
se põe no rio
faz arrebol...
da árvore evola
amarelo, do alto
bem-te-vi –cartola
e, de um salto (...)”*

Trecho do poema “Um bem-te-vi” do livro *Compêndio para uso dos pássaros* (1999)

Boa leitura a todos,

Charlei Aparecido da Silva – Editor
Patrícia Cristina Statella Martins – Secretária Executiva

ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da **UFGD**

ANO 7 | número 14 | 2016

ARTIGOS



ISSN 2176-9559

**ANÁLISE DAS DIFERENÇAS TÉRMICAS ENTRE O CAMPO
E A CIDADE EM SITUAÇÃO SAZONAL DE VERÃO,
EM 2014, NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG).**

*ANÁLISIS DE LAS DIFERENCIAS TÉRMICAS ENTRE EL CAMPO Y
LA CIUDAD EN EL MUNICIPIO DE VIÇOSA,
EN EL VERANO DE 2014*

*ANALYSIS OF THERMAL DIFFERENCES BETWEEN THE FIELD
AND THE CITY IN THE MUNICIPALITY OF VIÇOSA,
IN THE SUMMER OF 2014*

Edson Soares Fialho

Professor do Departamento de Geografia da UFV.
Coordenador do Laboratório de Biogeografia e Climatologia
e membro permanente do Programa de Pós-graduação
em Geografia da UFES. E-mail: fialho@ufv.br

Robson Rodrigues Quina

Bacharel e Licenciado em Geografia pela UFV.
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF.
E-mail: robson.quina@ufv.br

Resumo: O presente trabalho é resultado do desenvolvimento do projeto “Transformações e conformações de uma paisagem em (re)construção: o caso de Viçosa-MG”, cujo objetivo foi analisar a variação da temperatura do ar na escala diária e horária, durante 61 dias no período sazonal de verão, no ano de 2014, entre o ambiente urbano e rural, no município de Viçosa-MG. Para isso, utilizou-se a técnica de *transect* de pontos fixos com seis pontos amostrais, coletados através de miniabrigos meteorológicos alternativos de PVC, contendo um *datalogger* Hobo (modelo U10-003), bem como relacionando os registros térmicos com mensurações de *Sky View Factor* (SVF). Entre os resultados, verificou-se que o uso da terra, assim como o SVF, são fatores que influenciam e definem a influência do ambiente urbano de Viçosa, que já é capaz de se diferenciar dos demais situados no entorno, o que fica mais evidente no período noturno.

Palavras-chave: *Transect*; Campo térmico; Clima Urbano; Zona da Mata Mineira e Paisagem.

Resumen: El presente trabajo es el resultado del desarrollo del proyecto “Transformaciones y conformaciones de un paisaje en (re) construcción: El Caso de Viçosa-MG. “, cuyo objetivo fue analizar la variación de la temperatura del aire a la escala diaria y horaria, durante 61 días en el período estacional de verano en el año 2014 entre el ambiente urbano y rural, en el municipio Viçosa-MG. Para ello, se utilizó la técnica de transect de puntos fijos con 6 puntos muestrales recogidos a través de miniabrigos meteorológicos alternativos de PVC, conteniendo un datalogger Hobo (modelo U10-003), así como relacionando los registros térmicos con mediciones de Sky View Factor SVF). Entre los resultados, se verificó que el uso de la tierra así como el SVF son factores, que influyen y definen la influencia del ambiente urbano de Viçosa, que ya es capaz de una distinción en relación a su entorno, lo que queda más evidente en el período nocturno.

Palabras clave: *Transect*; Campo térmico; Clima urbano; Zona de la Mata Mineira y Paisaje.

Abstract: The present work is a result of the development of the project “Transformations and conformations of a landscape in (re) construction: The Case of Viçosa-MG. “, which objective was to analyze the temperature variation on the daily and hourly scales during 61 days in the summer period in 2014, in urban-rural environment of Viçosa-MG the urban and the rural environment in the municipality of Viçosa-MG. It was, was used a technique of transect of fixed points with 6 sampling points, collected by alternative meteorological miniabrigades of PVC (*polyvinyl chloride*), containing a Hobo datalogger (model U10-003), in addition to relating the thermal records with measurements of Sky View Factor (SVF). Among the results was verified that the land use, as well as the SVF are important factors, which influence and define an influence of the urban environment of Viçosa, which differs from its surroundings, more evident at night..

Key-words: *Transect*; Thermal Behavior; urban climate; Zona da Mata Mineira and landscape.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano, no atual contexto mundial, é o ambiente de residência de 3,96 bilhões, ou melhor, 53,8% dos 7,4 bilhões de habitantes do planeta Terra, podendo chegar próximo a 65,2% em 2050, conforme o relatório do Banco Mundial (2016). Nesse sentido, a cidade, conforme Martine (2001), se torna um local muito importante. Por isso, o mesmo autor defende que a urbanização poderá promover a melhoria da condição de vida da população, na medida em que a concentração urbana, em geral, gera uma economia em escala, o que acaba por produzir mais benefícios do que a dispersão horizontal. (MARTINE, 2007).

Todavia, o incremento populacional, de maneira geral, aumenta a demanda por serviços e o consumo de recursos naturais, de maneira intensa, em um espaço geográfico restrito. A complexidade da cidade requer um esforço para melhor compreensão dos seus mecanismos e componentes, que atuam de maneira interconectada. Segundo Hasenack; Flores (1992), uma das possibilidades de análise é considerar a cidade como um sistema.

As modificações dos elementos da superfície provenientes do processo de urbanização proporcionam condições para a supressão da cobertura vegetal e, por conseguinte, a impermeabilização das superfícies, fatores responsáveis pelas diferenças obtidas em experimentos climáticos realizados por pesquisadores como Azevedo (2001); Paz (2009); Bezerra et al. (2013) e Teixeira; Lucas (2014).

A ação da vegetação, segundo estudos de Huang et al. (2008) e Chang e Li (2014), é significativa, pois impede o aquecimento da superfície, promovendo seu resfriamento por evapotranspiração.

Shashua-Bar; Hoffman (2000), ao desenvolverem um modelo empírico para prever o efeito de resfriamento no interior urbano, observaram que áreas verdes, como parques, influenciaram a temperatura do ar, melhorando o microclima, a ponto de promover formação de ilhas de frescor (DANNI, 1980) ou oásis urbanos (OKE, 1978).

A atuação desses fragmentos verdes tem maior destaque em condições de tempo estável (GOMES e AMORIM, 2003), momento em que o campo térmico (MONTEIRO, 1990) apresenta as maiores diferenças. Sazonalmente, o inverno registra as maiores intensidades (BRANDÃO, 1996; FIALHO, 2002; AMORIM, 2005 e FIALHO et al., 2015), o que não implica dizer que ocorra sempre desse modo. Sofer e Potchter (2006), por exemplo, constataram que para Eilat (Israel), localizada em clima quente e árido, a influência das áreas verdes é eficiente no período da tarde, na estação do verão.

Todavia, os fatores intraurbanos causadores desse fenômeno também contribuem para a diferenciação térmica, na medida em que alteram a quantidade da radiação solar absorvida e emitida por conta da composição da cor dos materiais de construção, da geometria urbana e do aumento do fator obstrução do céu, ou *Sky View Factor* – SVF (OKE, 1981; JOHNSON; SVENSSON, 2004; CRUZ, 2009; ANDRADE et. al., 2013; FERREIRA; FIALHO, 2014; FERNANDES, 2015 e COLLISCHONN; FERREIRA, 2015).

No caso do município de Viçosa, além desses fatores, existe, como condição agravante, o sítio de planalto dissecado, com predomínio de colinas e vales encaixados sob várias orientações (FIALHO, 2012 e 2015), influenciando a distribuição da luz esombra, o que favorece o surgimento de ambientes protegidos para determinadas direções do vento, como também apresentam presença de sombra desde às 16h30min.

Na tentativa de melhor compreender as diferenças térmicas entre o campo e a cidade, a pesquisa visa a verificar se a influência da condição de tempo é capaz de influenciar a diferença entre esses ambientes.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

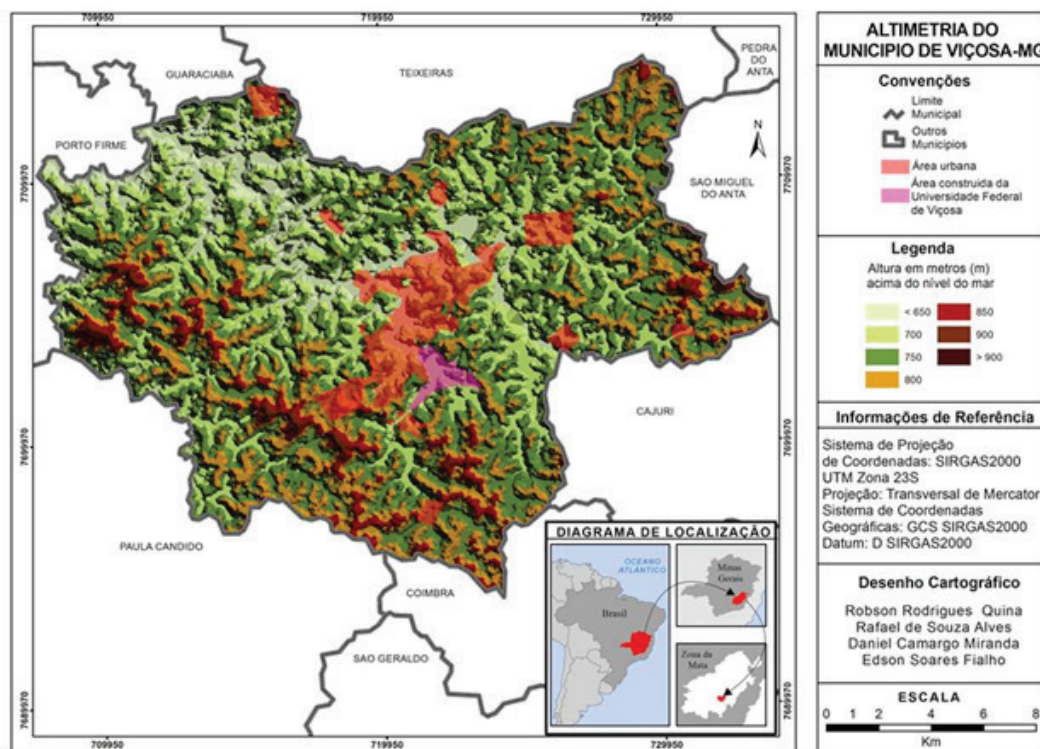
O município de Viçosa, Minas Gerais, localiza-se na mesorregião da Zona da Mata Mineira, que se encontra dentro do Domínio de Mar de Morros (AB'SABER, 2003), que fornece uma paisagem com a existência de vales dissecados, por onde a malha urbana cresceu (Figura 1).

A área urbana comporta hoje 92% da população total do município que, segundo o IBGE (2010), é de cerca de 72.220 habitantes numa área de 300km², enquanto a malha urbana equivale a 24% do território municipal. Em relação à evolução populacional, entre a década de 1960 e 1970 (Tabela 1) ocorreu uma inversão entre a população residente no campo e na cidade. Esse aumento em curto espaço de tempo, não veio acompanhado do fornecimento de infraestrutura urbana adequada para atender às novas demandas (Figura 2). Esse descompasso, por sua vez, ocasiona a piora das condições de vida urbana, agravando o processo de degradação ambiental.

A razão pela qual o êxodo rural é intenso encontra resposta no processo de federalização da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que permitiu à mesma aumentar o número de cursos de graduação e pós-graduação e, por conseguinte, a oferta de empregos, preenchida, muitas vezes, por indicação, pois até então não havia concursos públicos para o preenchimento das vagas de emprego na Instituição.

Atualmente, a área central (Figura 3), por estar próximo ao *campus*, se tornou um polo de atração imobiliário, o que favoreceu o processo de verticalização da cidade nas proximidades da entrada principal, conhecida como quatro pilastras, foi iniciada na década de 1990 e consolidada no início da década de 2000, devido a um segundo movimento de expansão da UFV via REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Havia a expectativa da criação de novos cursos, nas áreas das Humanidades e Biológicas, o que gerou uma expectativa de incremento da população estudantil significativo.

Figura 1: Localização do município de Viçosa (MG), na Zona da Mata Mineira.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Robson Rodrigues Quina; Rafael de Souza Alves; Daniel Camargo Miranda e Edson Soares Fialho

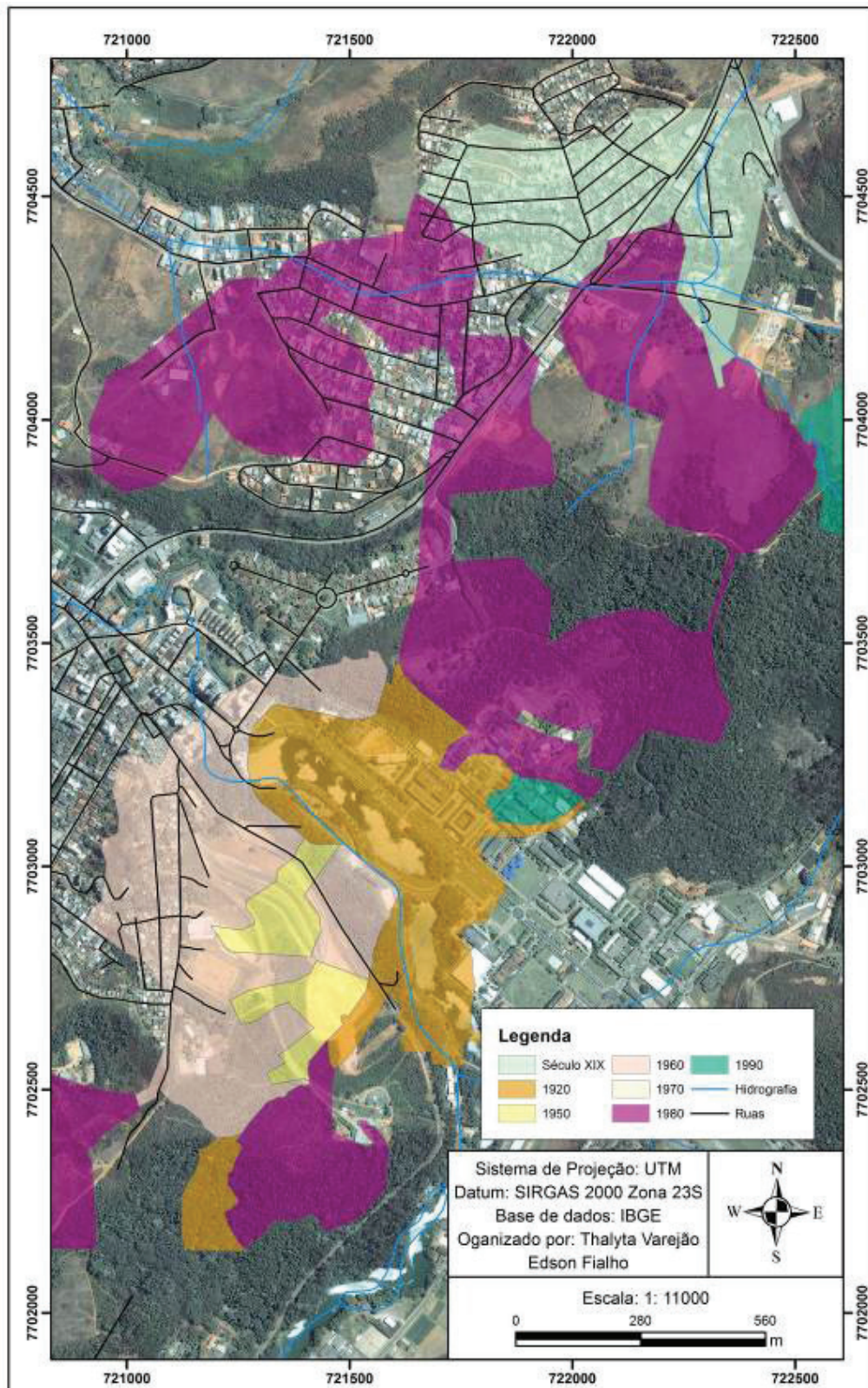
Tabela 1: Evolução da População rural e urbana de Viçosa entre 1950 e 2010.

Década	População Urbana	População Rural	População Total
1950	6.424	11.901	18.325
1960	9.342	11.778	21.120
1970	17.000	8.784	25.784
1980	21.143	7.512	28.655
1990	49.320	5.996	55.316
2000	59.792	5.062	54.854
2010	67.305	4.915	72.220
2016*	-	-	77.863

Fonte: Fialho (2009, p. 129. Adaptado.

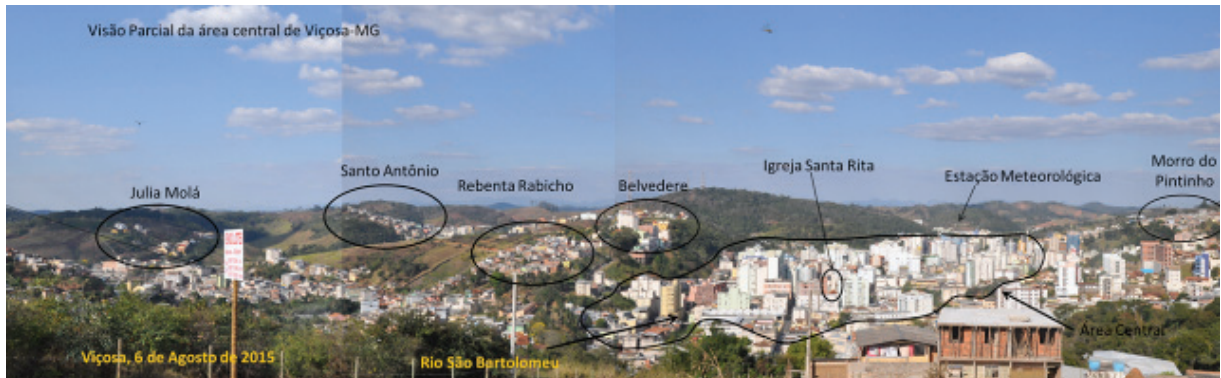
* População estimada.

Figura 2: Evolução da mancha urbana de Viçosa (MG).



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Thalyta Varejão e Edson Soares Fialho

Figura 3: Visão parcial do campus da UFV e o limite da barreira de ocupação, identificada pela concentração de edifícios.



Fonte: Edson Soares Fialho (Novembro de 2015)

MATERIAL E MÉTODO

Para este trabalho foram analisados os dados de temperatura do ar, com registros horários contínuos, num intervalo de 61 dias (18 de janeiro a 18 de março de 2014) em seis pontos fixos (Figura 4). Estudos de clima urbano identificaram o período de inverno como o mais favorável para verificar as diferenças entre campo-cidade, porém a rede de monitoramento pertencente ao Laboratório de Biogeografia e Climatologia (BIOCLIMA-UFV), durante o período de inverno de 2014, começou a apresentar problemas de registros nos equipamentos de campo, o que obrigou a retirada dos mesmos para uma manutenção.

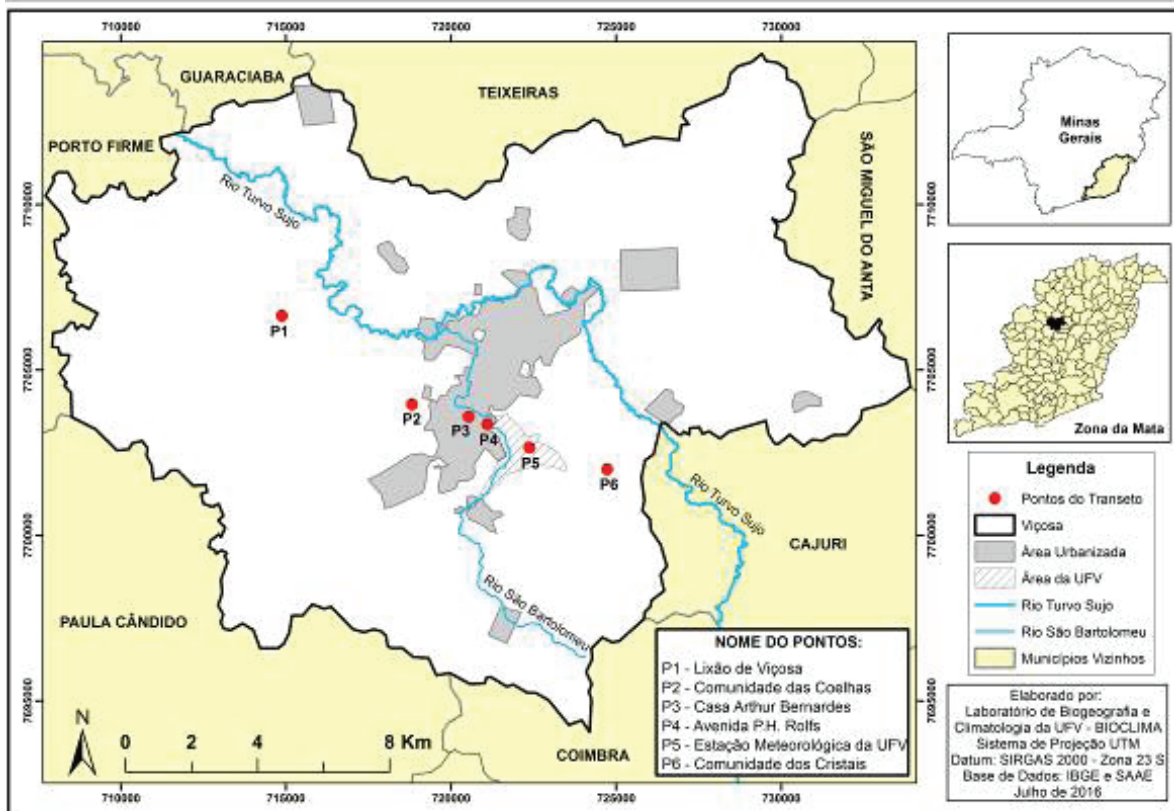
A partir disso, o trabalho propôs analisar a variabilidade temporal das diferenças térmicas entre o campo e a cidade utilizando-se de seis pontos de coleta, distribuídos ao longo de um *transect*. E, para elaborar tais quadros comparativos, utilizou-se o programa *Surfer for Windows*® v.10. A escolha e a caracterização dos locais de monitoramento seguiram alguns critérios como local representativo, segurança e facilidade de acesso ao mesmo.

O trabalho foi pautado na coleta de dados primários de temperatura do ar através de miniabrigos termo-higrométricos (Figura 5A) obtidos com a utilização de termo-higrômetros *datalogger*, marca Hobo, modelo U10-003 (Figura 5B), sendo esses instalados no interior dos miniabrigos meteorológicos alternativos (Figuras 5C e 5D), produzidos com Policloreto de Vinila (PVC), fixados a 1,5 metro de altura em relação à superfície, com hastes de mourão de eucalipto tratado, seguindo as normas da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Vale ressaltar que as instalações dos equipamentos ocorreram após aferição desses em ambiente fechado e, posteriormente, em ambiente aberto (Estação Meteorológica Automática-EMA), para avaliar se haveria disparidades entre os valores registrados entre os equipamentos quando esses são submetidos a um mesmo ambiente. Observou-se que em ambiente fechado os valores de temperatura do ar registrados pelos Hobos U10-003 são homogêneos (QUINA, 2015). Porém, em ambiente aberto, notaram-se diferenças entre os valores nos registros, entre os Hobos (U10-003) e a Estação Meteorológica Automática (EMA), quando tais aparelhos ficaram no mesmo ambiente, durante 15 dias, registrando dados horários. A partir disso, os valores foram tabelados e as diferenças horárias

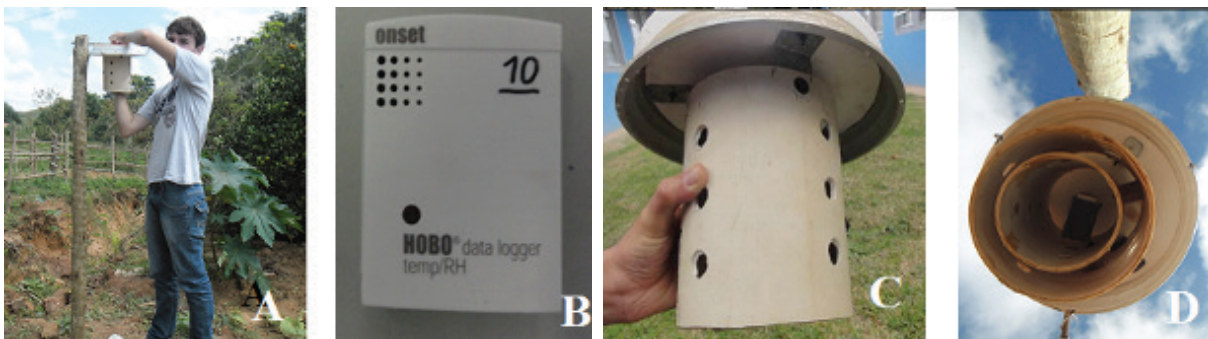
identificadas para cada abrigo com a EMA, adotando o critério de correção aplicado nos estudos de Fialho (2009) e Fialho *et al.* (2015). Após correção, foi elaborado um *transect* com a média da temperatura do ar para os 61 dias para os seis pontos de registro.

Figura 4. Localização dos pontos de registros de temperatura do ar em Viçosa (MG).



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Edson Soares Fialho e Robson Rodrigues Quina.

Figura 5. Miniabrigos meteorológicos alternativos em campo (A); Data-logger Hobo modelo U10-003 (B) e o miniabrigo de PVC (C) e Visão inferior do mini abrigo (D).



Fonte: Fotos de Guilherme Lopes Galvão e Edson Soares Fialho, 2013.

Junto a isso, buscou-se investigar, a partir dos dados observados nos horários sinópticos (3h00min, 9h00min, 15h00min e 21h00min), a existência de alguma correlação entre os dados de temperatura do ar e o SVF. É válido ressaltar que o *Sky View Factor* (SVF) é a razão entre a porção obstruída e a porção visível do céu, possibilitando observar a dispersão de energia. Os valores variam entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do zero menos obstruída é a abóbada celeste e quanto mais próximo de 1, mais obstruída.

Para o cálculo do SVF foram capturadas fotografias hemisféricas através de uma lente “olho de peixe” acoplada à câmera fotográfica, colocada com auxílio de um tripé à altura de 1,50 metro da superfície. Em seguida, as mesmas foram manipuladas e lançadas no *software Rayman*.

No que se refere ao uso da terra, a classificação foi elaborada a partir da fotointerpretação das áreas do entorno dos pontos de controle, com um raio de abrangência em 250 metros ao redor de cada ponto de coleta. Para tal, foi utilizado o método manual, através do *software ArcGis*, versão 10.1, sobre uma imagem de satélite Geoeye ortorretificada, com 1 metro de resolução espacial. A divisão das classes foi realizada por fotointerpretação direta - interpretação dos objetos visíveis, na qual as classes foram delimitadas por uma vetorização 2D com a edição de feições poligonais.

A definição dos sistemas de tempo foi realizada com base na leitura e interpretação das cartas sinóticas disponibilizadas no sítio da Diretoria de Hidrologia e Navegação (DHN) - www.mar.mil.br/dhn/chn/meteo/prev/cartas/cartas.htm - tendo como base apenas o horário das 12 GMT (*Greenwich Mean Time*), conforme técnica desenvolvida por Borsato (2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O domínio de mar de morros, com a presença de planaltos dissecados, cria um ambiente de relevo modelado que interfere na orientação e no tempo de iluminação da superfície, como pode ser verificado de maneira indireta quando se obtém o SVF, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2: Período de horas de exposição à radiação solar.

PONTO	LOCALIZAÇÃO	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	Lixão													
2	Comunidade das Coelhas													
3	Casa Arthur Bernardes													
4	Avenida P. H. Rolfs													
5	Museu Arthur Bernardes													
6	Estação Meteorológica da													
7	Comunidade dos Cristais													

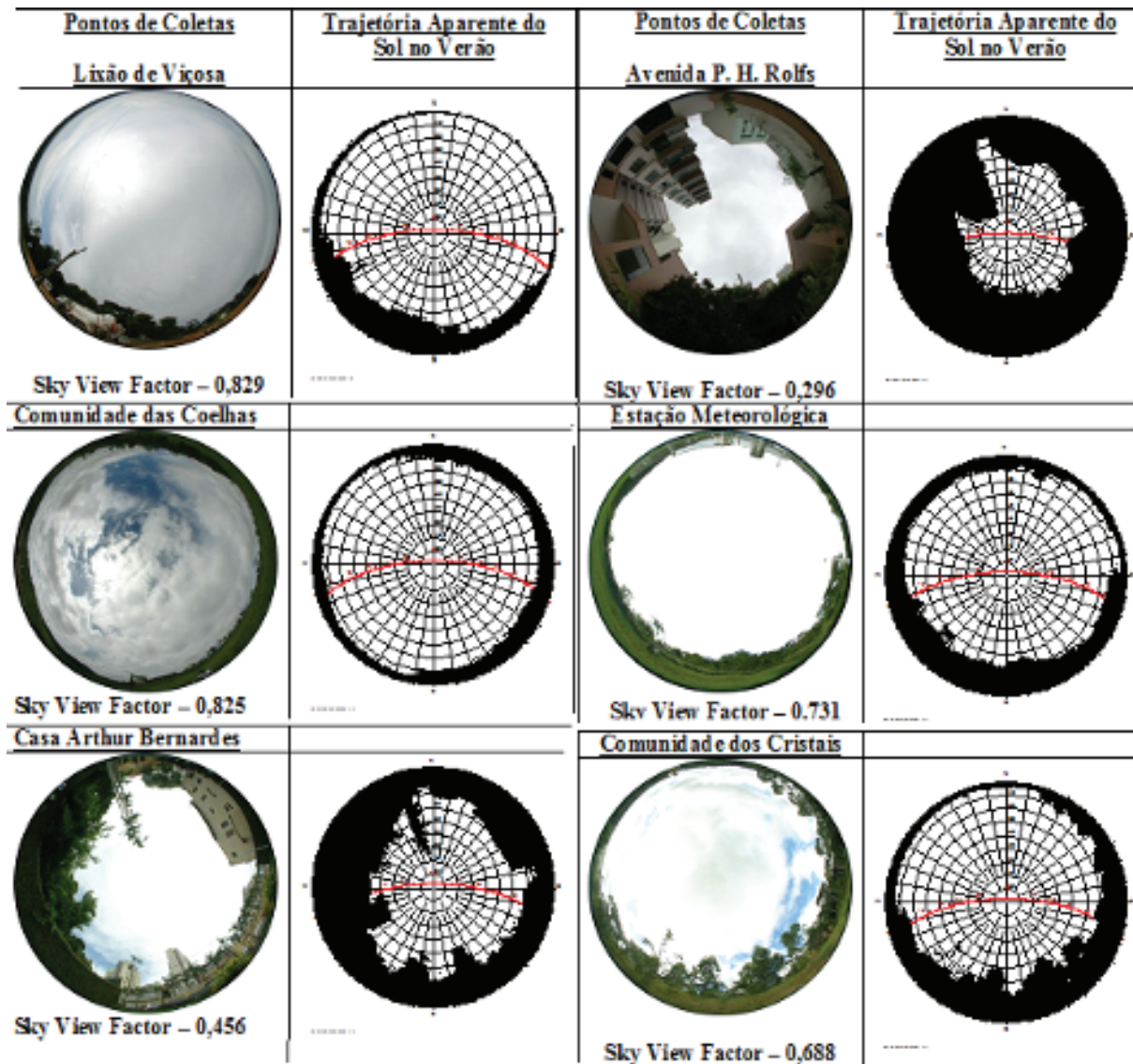


Tempo de exposição a radiação solar (Horas)

Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV (2015).
Elaborado por Edson Soares Fialho e Robson Rodrigues Quina.

No conjunto dos pontos amostrais de registro da temperatura do ar, constata-se que os localizados no ambiente urbano registram um menor tempo de exposição ao sol (P3, P4 e P5), enquanto os demais ficam mais tempo expostos à radiação solar, como pode ser visto na Figura 6.

Figura 6: SVF e foto hemisférica nos pontos de coleta de dados.



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV.
Elaborado por Robson Rodrigues Quina (2015).

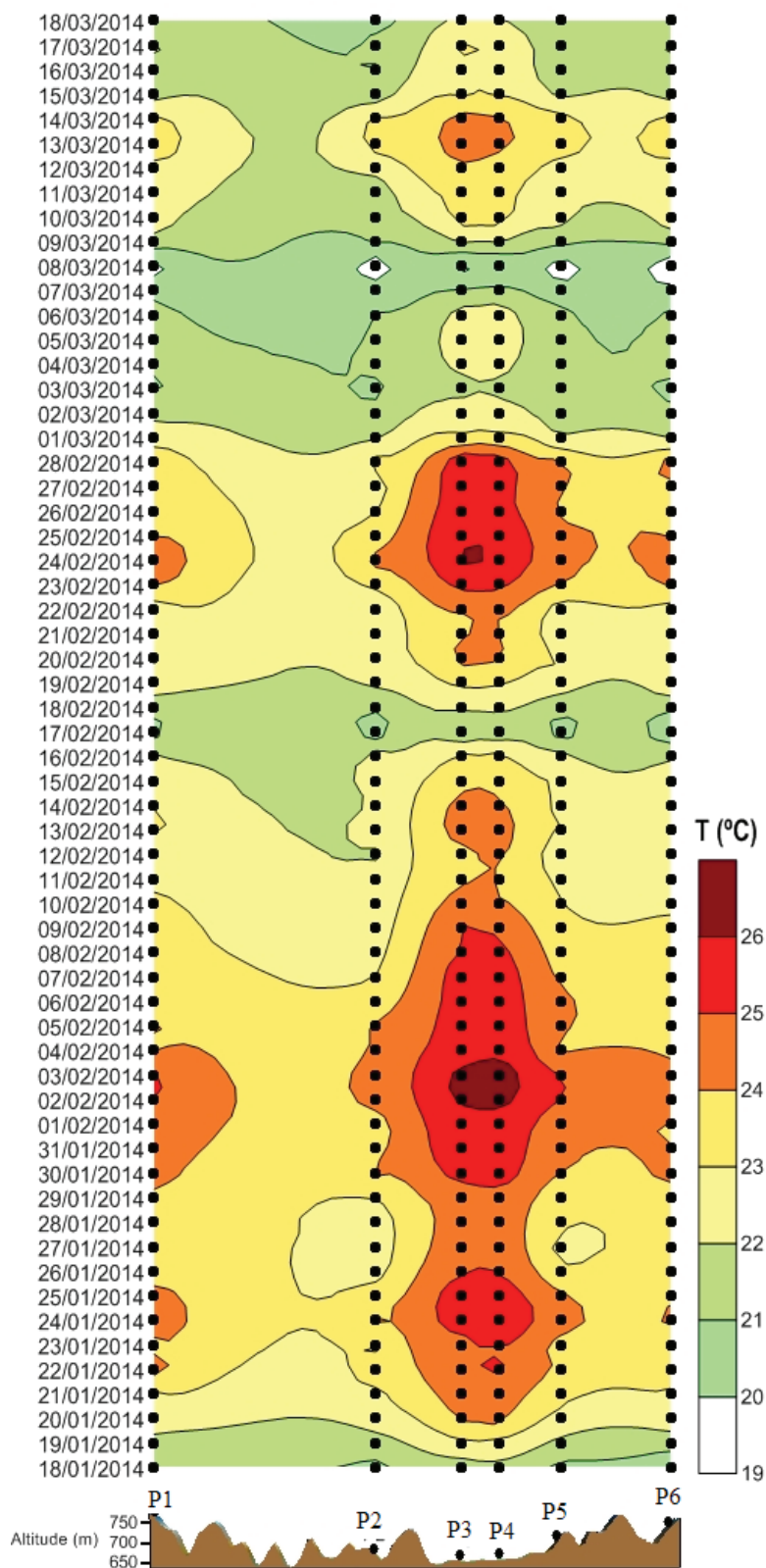
A partir dessa verificação inicial, compreende-se porque os maiores registros de temperatura média e diária do ar foram observados nos pontos P3 (Casa Arthur Bernardes) e P4 (Av. P. H. Rolfs), que se tornaram mais evidentes sob a influência de sistemas sinóticos estáveis, tais como: Sistema Tropical Atlântico, que favoreceu a atuação, na escala local, de fatores geográficos como: altitude, edificações, fluxo de pessoas e veículos e orientação de vertentes, como pode ser identificado entre os dias 22/1/2014 a 9/2/2014 e 22/2/2014 a 28/2/2014.

Nos dias de instabilidade atmosférica as diferenças térmicas reduziram, como constatado nos dias 17 e 18/2/2014, quando houve atuação do sistema de Zona de Convergência de Umidade. A mesma situação sinótica se repetiu entre os dias 6 a 9/3/2014, refletindo uma homogeneidade da diferença térmica (Figura 7).

Em ambos os casos registrou-se a ocorrência de precipitação, sendo esse outro fator determinante da redução das diferenças térmicas obtidas. Dentro do período de mensurações, as diferenças significativas entre o campo e a cidade, considerando a temperatura média diária, foram de 3,4°C para o dia 2/2/2014, 4,0°C para o dia 3/2/2014 e 5,0°C para o dia 24/2/2014. Numa segunda observação, as mensurações da temperatura média do ar para os horários sinóticos das 3h00min, 9h00min, 15h00min e 21h00min foram relacionadas com o SVF (Figura 8).

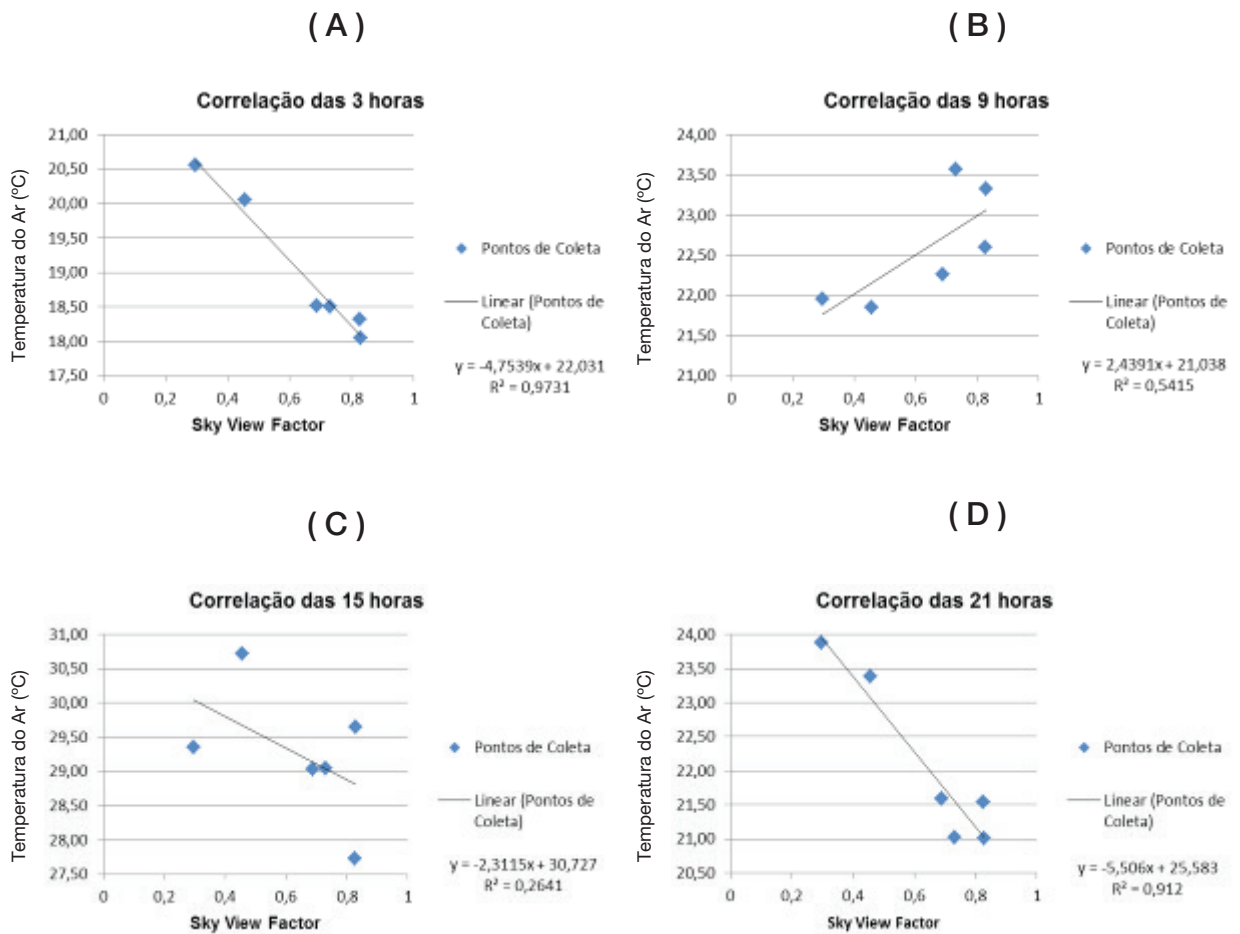
Inicialmente, identificou-se que no horário das 3h00min (Figura 9A) os pontos na área central, P3 e P4, apresentaram diferenças térmicas positivas em relação aos demais pontos localizados no campo, pois, nesse horário, foram registrados os maiores valores térmicos absolutos, enquanto que os pontos P1 (Lixão de Viçosa) e P2 (Comunidade das Coelhas) registraram os menores. Em 70% dos dias de registros a diferença foi de 2,0°C superior ao campo.

Figura 7: Temperatura média do ar entre os dias 18 de janeiro a 18 de março de 2014, ao longo do *transect* campo-cidade, no município de Viçosa (MG).



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV.
Organizado por Edson Soares Fialho (2015).

Figura 8: Relação entre o SVF e a temperatura do ar no município de Viçosa (MG).



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV.
Organizado por Robson Rodrigues Quina (2015).

Além disso, houve uma correlação de 97% entre a temperatura do ar e o SVF, o que evidencia a influência do uso da terra e a verticalidade no entorno dos pontos P3 e P4. Tal fato pode ser explicado pela menor dissipação do calor armazenado durante o período diurno nas áreas centrais, pois as construções servem de obstáculo, bem como dificultam a ação do vento.

Às 9h00min (Figura 9B) verifica-se que a temperatura do ar nos pontos está diretamente influenciada pela altitude, pois os pontos P1 (Lixão de Viçosa - 772m) e P10 (Estação Meteorológica - 712m) recebem a incidência de raios solares já nos primeiros momentos da alvorada, mas que pode ser influenciada pela atuação de sistemas sinóticos.

Nesse caso, os sistemas que geram estabilidade atmosférica (céu aberto, pouco vento, ensolarado), tal como Sistema Tropical Atlântico (STA), Sistema Polar Atlântico Tropicalizado (SPAT) e Sistema Tropical Continental (STC) são os que mais propiciam a ocorrência de maiores valores absolutos de temperatura do ar durante a alvorada.

Figura 9A: Diferença de temperatura do ar entre campo e cidade às 3h00min

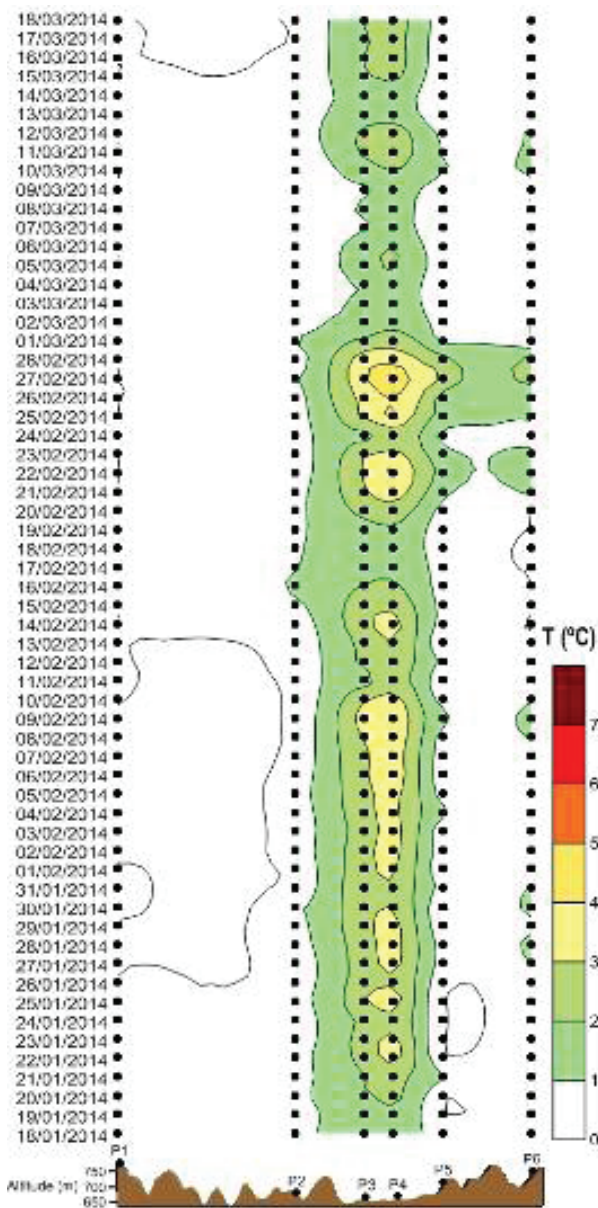
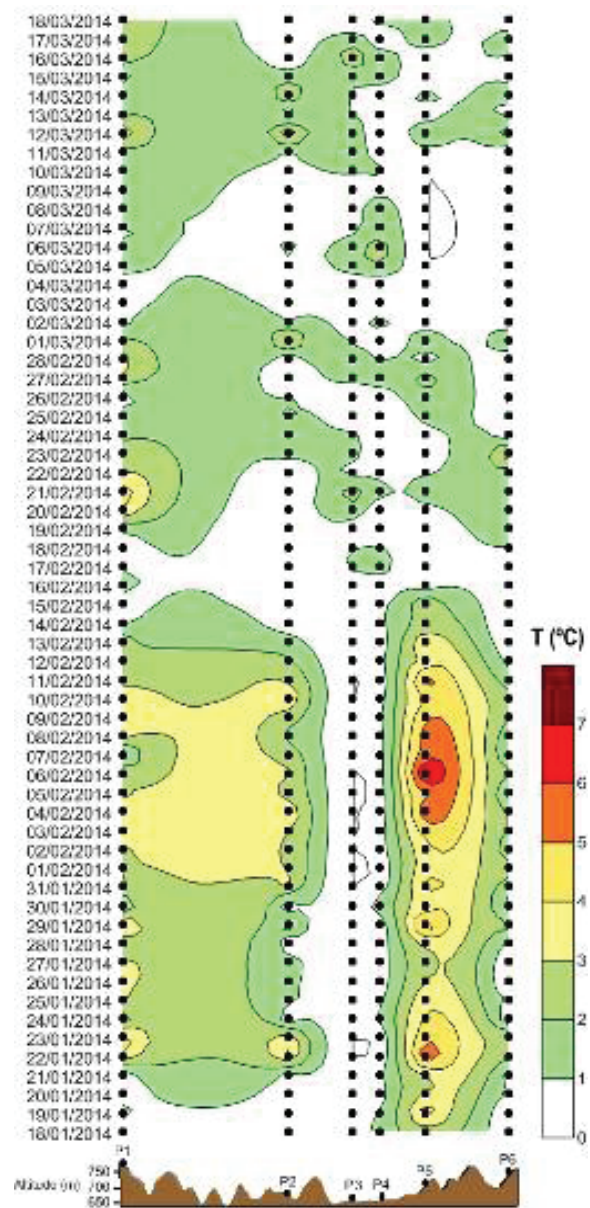


Figura 9B: Diferença de temperatura do ar entre campo e cidade às nove horas



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV.
Organizado por Edson Soares Fialho (2015).

Na Figura 9B pode-se destacar, entre os dias 18/1/2014 a 14/2/2014 quando houve atuação do STA, ocorrência de uma diferença de temperatura do ar superior a 6,0°C no dia 6/2/2014 e de 5,0°C dois dias antes e dois dias depois do dia 6/2/2014. Por outro lado, sistemas que geram instabilidade atmosférica, tais como Zonas de Convergências, Frentes Frias e Cavados, reduzem a radiação solar direta, o que provoca uma homogeneização da temperatura.

Tal fato é representativo entre os dias 15 de fevereiro de 2014 a 19 de fevereiro de 2014, quando houve atuação da ZCOU (Zona de Convergência de Umidade) e as diferenças não ultrapassaram 2 °C. Vale destacar também que a Comunidade dos Cristais (P6), com altitude de 734 metros, não se caracterizou como sendo o local mais quente durante esse horário, em razão de sua localização em relação à encosta, uma vez que está situada a noroeste, recebendo assim radiação solar à tarde.

Às quinze horas (Figura 10A) destaca-se uma variabilidade dos outros três horários, sendo percebida uma influência moderada da altitude na maior temperatura de alguns pontos, por exemplo, no Lixão de Viçosa (P1) e Comunidade dos Cristais (P6), porém há outros fatores atuando, casos da Casa Arthur Bernardes (P3) e da Av. P.H. Rolfs (P4), que já começam a se destacar a partir desse horário, apresentando temperaturas mais elevadas que irão, mais tarde, durante o período da noite, caracterizá-los como os pontos mais quentes em relação aos outros.

A temperatura do ar em Coelhas (P2) se caracteriza por apresentar os menores registros. Tal fato pode ser explicado por estar situado em uma região rural, que facilita a perda radiativa. Além disso, a localidade está situada em uma encosta voltada para sul, recebendo assim maior quantidade de radiação durante o período da manhã.

Os dias que registraram as maiores diferenças de temperatura do ar foram 27 de janeiro, 16 e 19 de fevereiro, 2 e 3 de março, cujos valores alcançaram uma diferença entre 5 e 6 °C entre o ponto mais quente (geralmente os pontos centrais – P3 e P4, com exceção do dia 19 de fevereiro) e o ponto mais frio (na maior parte das vezes, o P2 – Coelhas). Conclui-se que, assim como no horário das nove horas, existem outros fatores que apresentam maior influência, destacando-se a altitude, orientação da encosta, proximidade ou não com locais mais urbanizados, presença frequente de vento e sistemas sinóticos.

A Figura 10 B, que representa a intensidade da diferença de temperatura do ar às vinte e uma horas apresenta semelhança ao do horário das três horas (Figura 10A), contudo as diferenças térmicas no centro são mais destacadas, oscilando de 3 0C a 5 0C. A junção dos fatores proporcionou, no período da noite e madrugada, maior reflexo desse resfriamento lento das áreas urbanizadas.

Após analisar a variação térmica com base nos *transects* nas quatro fases do ciclo diuturno, procurou-se observar a diferença da temperatura média horária ao longo do período de amostragem, para dois pontos distintos, quanto ao tipo de uso da terra.

Figura 10A: Temperatura média do ar às quinze horas

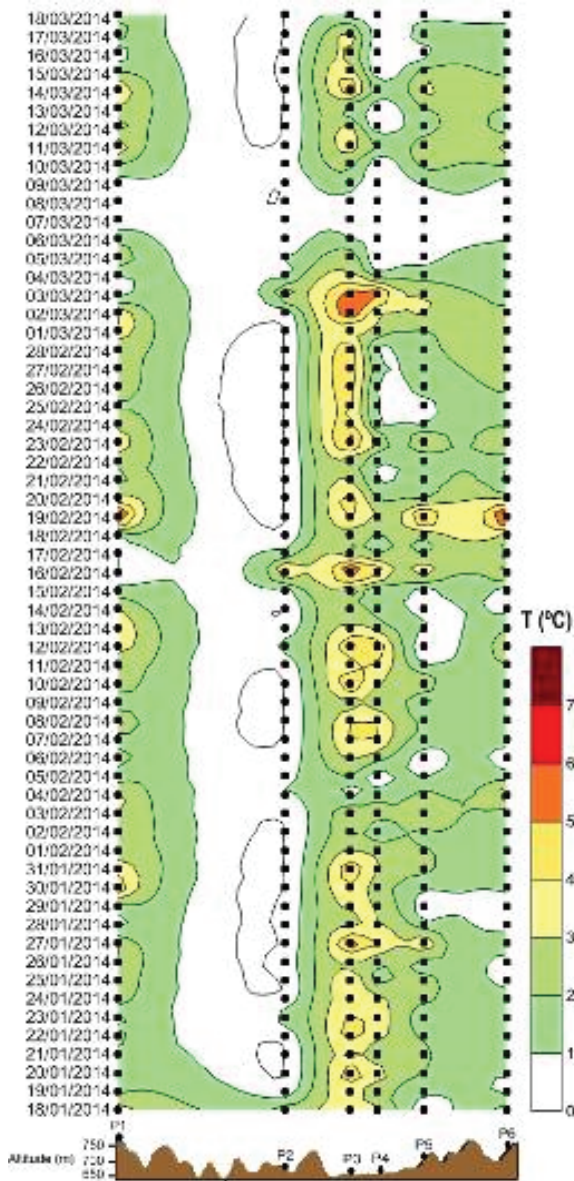
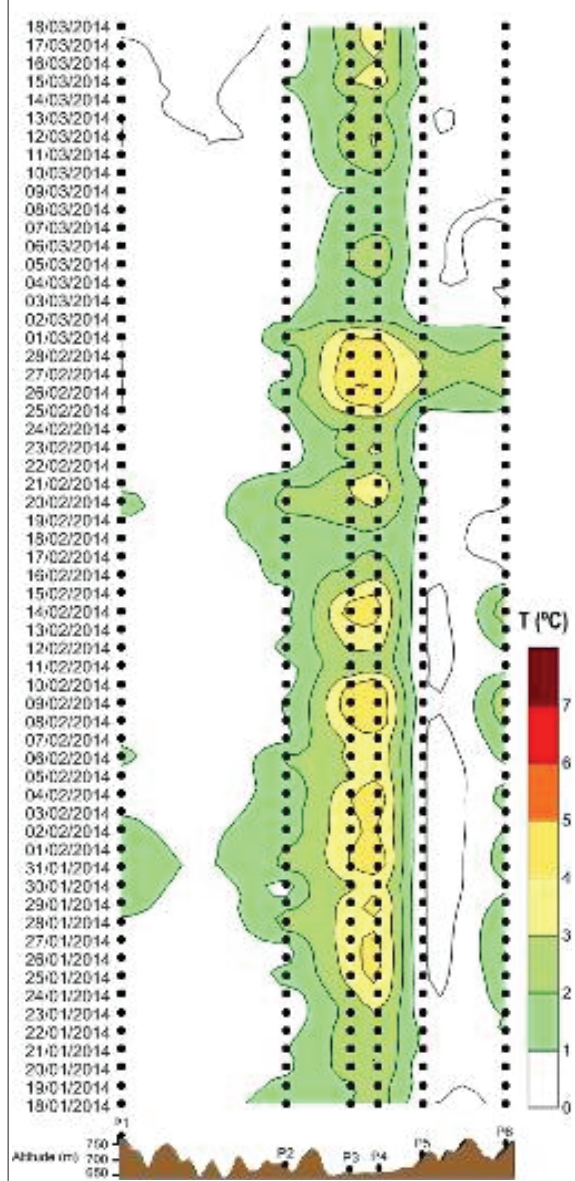


Figura 10B: Temperatura média do ar às 21h00min.



Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV.
Organizado por Edson Soares Fialho (2015).

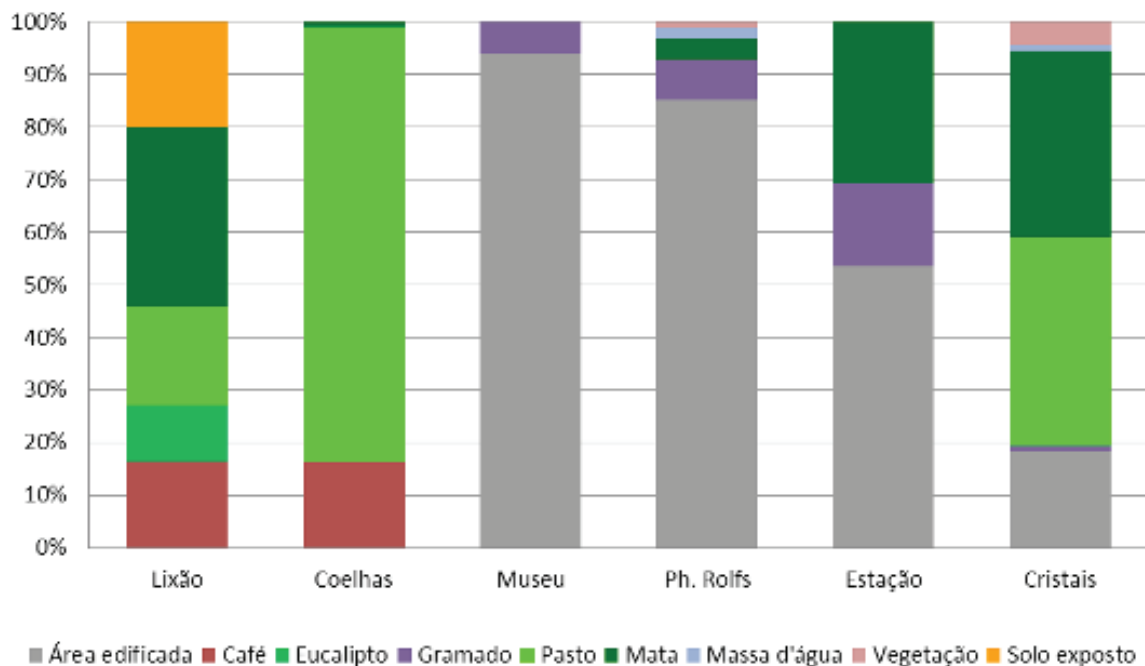
Os eleitos foram o P5 (Estação Meteorológica), representando o ambiente rural, e o P3 (Casa Arthur Bernardes), característico do meio urbano. Oke (1978) e Martin-Vide et al. (2015) sugerem a subtração dos valores entre os pontos fixos de uma área urbana e rural (Equação 1).

$$\Delta T_{u-r} = T_U (^{\circ}\text{C}) - T_r (^{\circ}\text{C}) \text{ -Equação 1}$$

Ao observar a Figura 11 sobre o percentual do uso da terra em cada ponto de observação, verifica-se uma correlação positiva entre a temperatura do ar e o tipo de uso da terra predominante. Partindo dessa premissa, quando se estabeleceu esse parâmetro de comparabilidade, constatou-se que o meio urbano, na maior parte do tempo do monitoramento diuturno, registrou valores superiores ao meio rural, durante quase todos os horários do dia, exceto das 8h00min às 10h00min e 17h00min. Nos dois primeiros horários, as diferenças foram de 1,0°C e 1,7°C, respectivamente; nos demais horários, a diferença foi inferior a 0,5°C (Figura 12).

Tal relação pode ser explicada pelo fator altitude no que se refere aos três primeiros horários (8h00min, 9h00min e 10h00min). O fato de estar em uma posição mais elevada, o P5 (712m) favorece a recepção dos primeiros raios solares do dia, sendo um dos pontos que apresentam maior aquecimento. Pela manhã, observa-se que a partir das 7h00min a temperatura do ar do P3 apresenta um crescimento intenso em relação a P5, que só terá esse aumento a partir das 9h00min.

Figura 11: Uso da terra no entorno dos pontos de coleta de dados de temperatura do ar num raio de 250 metros, no município de Viçosa (MG).

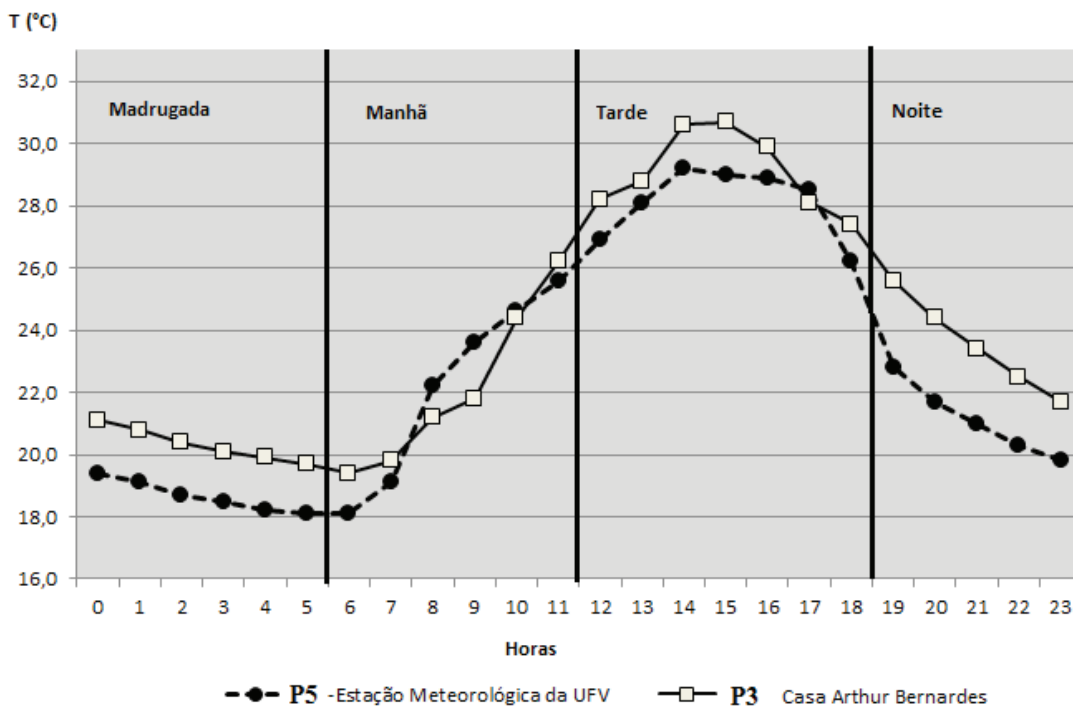


Fonte: Imagem Aster GTM. Organizado por Edson Soares Fialho (2013).

As maiores diferenças têm ocorrido nas primeiras horas da noite, das 19h00min às 22h00min, sendo essas diferenças de 2,8°C, 2,7°C, 2,4°C e 2,2°C, respectivamente.

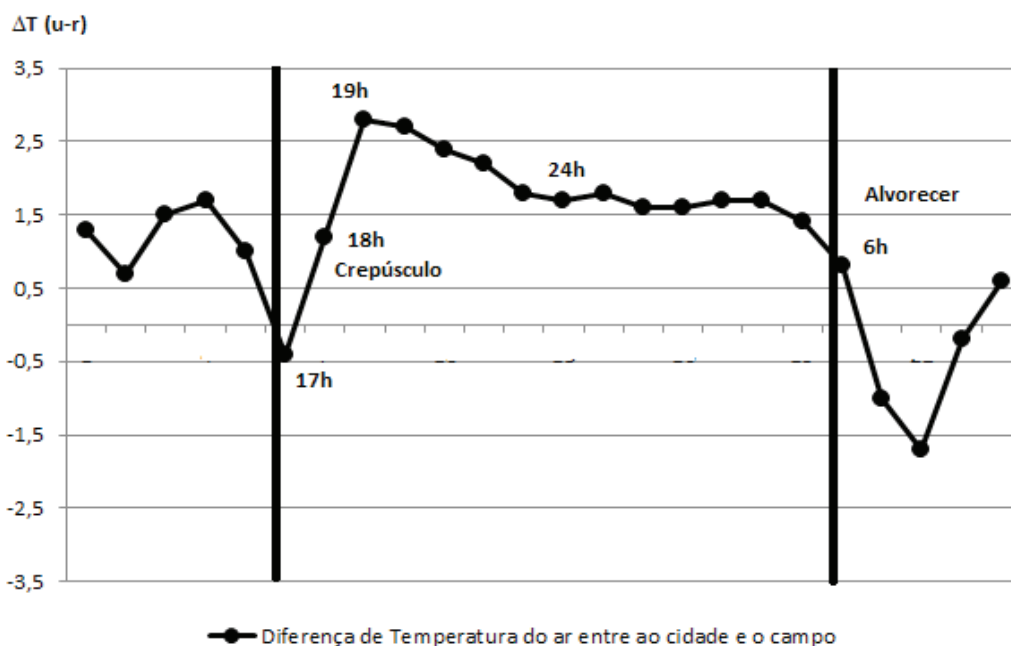
Durante a madrugada, a intensidade diminui (Figura 13), mantendo-se entre 1,0 e 2,0°C até as 7h00min, quando a diferença atinge 0,8°C. Durante a tarde, a maior diferença ocorre às 14h00min e 15h00min, com 1,5°C e 1,7°C, respectivamente.

Figura 12: Variação da temperatura média horária ao longo de 60 dias de observação, durante o verão de 2014, entre o Ponto 3 (Casa Arthur Bernardes) e o Ponto 5 (EMA).



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV. Organizado por Edson Soares Fialho (2015).

Figura 13: Variação diuturna entre as temperaturas do ar entre o Ponto 3 (área urbana – Casa Arthur Bernardes) e o Ponto 5 (área rural – Estação Meteorológica da UFV).



Fonte: Laboratório de Biogeografia e Climatologia-UFV. Organizado por Edson Soares Fialho (2015).

Esses horários também foram os que apresentaram as maiores temperaturas do ar em ambos os pontos, tanto para P3 quanto para P5. Por outro lado, os menores registros ocorreram às 6h00min.

Com base no exposto, pode-se dizer que os pontos P3 e P4, localizados na área central, com uso da terra caracterizado superior a 80% de área edificada, apresentaram-se durante quase todo o dia mais quentes, quando comparados com o P5, onde fica a estação meteorológica automática.

Tal resultado corrobora com os estudos desenvolvidos por Souza *et al.* (2012), na região norte do Brasil que, ao analisarem diferenças de temperatura do ar entre o campo e a cidade, no município de Porto Nacional-TO, encontraram, em termos espaciais, independentemente do episódio considerado, na parte central da cidade, as maiores temperaturas do conjunto de eventos analisados em decorrência de suas características de localização, altitude, uso da terra solo e ocupação.

O maior adensamento das edificações, o menor número de áreas verdes, a impermeabilização da superfície por concreto e asfalto, a concentração de veículos automotores e uma cota altimétrica ligeiramente inferior parecem formar um conjunto que conduz a um maior aquecimento da área central, que tem, no horário das 21h00min, o momento de maior diferença entre os pontos mais quentes e os mais frescos.

Contudo, no caso de Viçosa, através de registros horários, diferentemente de Souza *et al.* (2012), que constataram diferenças apenas nos horários sinóticos, a maior diferença entre o campo e a cidade ocorre logo após o pôr do sol, mais precisamente às 19h00min, com uma média em torno de 2,7°C, diminuindo durante a madrugada (Figura 13) e chegando a uma diferença máxima não superior a 4,5°C.

Apesar de realidades geográficas e climáticas distintas entre as cidades citadas em comparação com Viçosa, o importante não é o valor da intensidade da ilha de calor, mas a verificação quantitativa da interferência dos fatores relacionados a atividades humanas sobre a baixa atmosfera. Este fato é muito relevante, pois a área de estudo em questão fica sob um domínio de mar de morros, sujeita a configurações e situações de tempo particulares, capazes de produzir diversos ambientes climáticos distintos, por conta da própria condição do sítio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destaca-se que os pontos da Av. P.H. Rolfs (P4) e da Casa Arthur Bernardes (P3), por apresentarem as maiores temperaturas médias durante o período de registro, também durante a noite e madrugada, se tornando mais evidentes ao mostrar forte correlação entre o SVF e o uso da terra e quando comparados aos demais pontos situados na periferia e área rural, confirmam o que é identificado na literatura científica sobre o estudo do clima urbano, apesar de ser uma cidade de pequeno porte. Apesar disso, diferentemente da proposição de Oke (1978), que define que a intensidade máxima da diferença entre campo e cidade ocorre entre duas a três horas após o pôr do sol, a mesma intensidade é verificada

em Viçosa após uma hora depois do pôr do sol. O resultado é importante, pois estudos realizados pelo Laboratório de Biogeografia e Climatologia - BIOCLIMA (SANTOS, 2007; NASCIMENTO *et al.*, 2008; e ROCHA; FIALHO, 2010), ao considerarem o horário das 21h00min como o que refletiria a maior diferença entre campo e cidade, acabou demonstrando valores subestimados.

Isso não invalida os estudos que utilizaram a primícia de 2 ou 3 horas após o poente, pois na maioria das cidades onde foram realizadas pesquisas de clima da cidade, as mesmas não apresentam uma rede de monitoramento permanente mensurando parâmetros climáticos na escala horária. O presente estudo, ao identificar esse equívoco da literatura, corrobora pesquisas realizadas em outras cidades, como Singapura, onde Roth (2007) identificou que a intensidade máxima da ilha de calor ocorre sete horas após o pôr do sol.

Além disso, cabe destacar que as diferenças entre o ambiente urbano e o rural, como pôde ser vista ao longo dos 61 dias, diminui com a passagem de sistemas atmosféricos extratropicais, frentes frias e atuação Zona de Convergência de Umidade, o que demonstra a relação dos ritmos de passagem dos sistemas produtores de tempo e a intensidade da diferença de temperatura do ar entre campo e cidade.

AGRADECIMENTOS

- Aos bolsistas e voluntários do Laboratório de Biogeografia e Climatologia – BIOCLIMA-UFV e a todos os seus integrantes (Rafael de Souza Alves, Guilherme Lopes Galvão, Edilson Junior Celestino, Saymon Bittencourt, Maria Luzia Silva Paulo, Gabriela Regina Ferreira, Ludmila Fernandes e Thalyta Varejão), que não mediram esforços no processo de execução do projeto de pesquisa.
- Ao CNPq (Processo: 400554/2011-9 – Edital Universal de 2014) e a Fapemig (Processo APQ 00732-13 – Edital Universal – 2013) pela concessão de bolsas de Iniciação Científica, bem como o financiamento para aquisição dos materiais permanente para a realização da pesquisa.
- Márcia Vilela Valdier, bolsista PIBID, que fez a revisão técnica do português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- AMORIM, M. C. C. T. Intensidade e forma da ilha de calor urbana em Presidente Prudente/SP: episódios de inverno. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 39 pp. 65-82, 2005.
- ANDRADE, A. R., POTTKER, G. S.; OLIVEIRA FILHO, P. C.; Machado, A. L. F. Influence of land use on urban climate of a small town. **Acta Scientiarum** (Technology), Maringá, v. 35, n. 2, pp. 349-361, 2013.
- AZEVEDO, T. R. Fluxos de calor gerado pelas atividades humanas. In: _____. TARIFA, J. R. (Orgs.). **Os climas na cidade de São Paulo: Teoria e prática**. São Paulo: Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Universidade de São Paulo, pp. 71-93, 2001, 199p.
- BEZERRA, I. L.; SANTOS, J. S.; AGUIAR, A. P. Ilhas de Calor: Importância da vegetação na amenização climática em João Pessoa (PB). **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 6, n. 5, pp. 1499-1516, 2013.
- BORSATO, V. A. **A participação dos sistemas atmosféricos atuantes na bacia do Auto Rio Paraná no período de 1980 a 2003**. 2006. 126 fls. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Nupélia, UEM, Maringá, ANO
- BRANDÃO, A. M. P. M. **O clima urbano da cidade do Rio de Janeiro**. ANO 362 f. Tese (Doutorado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia Física, Universidade São Paulo (USP), 1996.
- CHANG, C. R.; LI, M. H. Effects of urban parks on the local urban thermal environment. **Urban Forestry & Urban Greening**, London, n. 13, v. 3, pp. 672-681, 2014.
- CRUZ, G. C. F. **Clima urbano de Ponta Grossa (PR): uma abordagem da dinâmica climática em cidade média subtropical brasileira**. 2009, 366 f. Tese. (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- COLLISCHONN, E.; FERREIRA, V. O. O fator de visão do céu e sua influência sobre as características térmico-higrométricas intraurbanas em Pelotas (RS), Brasil. **Geographia Meridionalis**, Pelotas (RS), v. 1, n. 1, pp. 160-178, 2015.
- DANNI, I. M. A ilha térmica de Porto Alegre: contribuição ao estudo do clima urbano. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 5, pp. 33-48, 1980.
- FERREIRA, G, R.; FIALHO, E. S. **Análise da variabilidade espacial do campo térmico em situação sazonal de verão (2013/2014), na mancha urbana de Viçosa (MG)**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 11, **Anais...** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276273993_ANAIS_DO_X_SIMPSIO_BRASILEIROS_DE_CLIMATOLOGIA_GEOGRFICA_ANLISE_DA_VARIABILIDADE_

ESPACIAL_DO_CAMPO_TERMICO_EM_SITUAO_SAZONAL_DE_VERO_%2820132014%29_NA_MANCHA_URBANA_DE_VIOSA_MG>. Acesso em: 15 maio 2016.

FERNANDES, L. A. Ambientes urbanos e fatores naturais na conformação das condições climáticas no período de inverno em Viçosa (MG). **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 2, pp. 366-380, jul./dez. 2015.

FIALHO, E. S. **Análise temporoespacial do campo térmico na Ilha do Governador-RJ em situações sazonais de verão e inverno**. 2002, 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza-Instituto de Geociências da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Ilha de calor em cidade de pequeno porte: caso de Viçosa, na Zona da Mata Mineira**. 2009, 259 f. Tese (Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Ciência, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2009.

_____. Estudos climáticos em sítios urbanos e rurais. In: _____.; SILVA, C. A. (Org.). **Concepções e Ensaio da Climatologia Geográfica**. Dourados: UFGD, 2012, v. 1, pp. 83-114.

_____.; QUINA, R. R.; ALVES, R. S.; MIRANDA, J. D. E. C. O campo térmico em situação sazonal de verão, no município de Viçosa (MG). **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 1, pp. 80-98, 2015.

_____.; PAULO, M. L. S. Clima e sítio: A variabilidade termohigrométrica, ao longo do transeito Ponte Nova-Ubá, na Zona da Mata Mineira-Brasil. In: SILVA, C. A.; FIALHO, E.S.; STEINKE, E. T. (Orgs.). **Experimentos em Climatologia Geográfica**. Dourados: UFGD, pp. 107-128, 2014, 391 p.

GOMES, M. A. S.; AMORIM, M. C. C. T. Arborização e conforto térmico no espaço urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 10, pp. 94-106, 2003.

HASENACK, H.; FLORES, F. E. V. O ambiente urbanizado e o clima urbano. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 19, pp. 57-70, 1992. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38015/24499>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

HUANG, L. et al. Scale impacts of land cover and vegetation corridors on urban thermal behavior in Nanjing, China **Theor. Appl. Climatol**, Viena, v. 94, n. pp. 241-257, 2008.

JOHNSON G. T, WATSON I. D. The determination of view-factors in urban canyons. **Journal of Applied Climate and Meteorology**, New York, v. 23, pp. 329-335, 1984.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, pp. 181-190, 2007.

_____. **Relatório sobre a Situação da População Mundial: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano**, New York, UNFPA, 2007. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2007.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2015.

MARTIN-VIDE, J.; SARRICOLEA, P.; MORENO-GARCIA, M. C. On the definition of urban heat island. Intensity: The “rural” reference. **Frontiers in Earth Science**.v. 3, article 24. 15 Jun. 2015. Disponível em: <<http://DX.DOI.ORG/10.3389/FEART.2015.00024>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

- MONTEIRO, C. A. F. A cidade como processo derivador ambiental e a geração de um clima urbano: Estratégias na abordagem Geográfica. **Revista Geosul**, Florianópolis, n. 9, pp. 81-113, 1990.
- NASCIMENTO, R. A. et al. O. Estudo do campo térmico na cidade de Viçosa (MG), em situação sazonal de primavera no ano de 2007. In: SIMPÓSIO BRAISLEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 8, Uberlândia, Uberlândia, 2008, **Anais...** Alto do Caparaó: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. CD-ROOM.
- OKE, T. R. **Boundary-layer climates**. London: Methuen, 1978, 372 p.
- PAZ, L. H. F. **A influência da vegetação sobre o clima urbano de Palmas (TO)**. 2009, 169 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) . Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília (DF), 2009.
- QUINA, R. R. Influência de sistemas sinóticos na diferença térmica entre campo e cidade, estudo de caso de Viçosa (MG). **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 2, pp. 324-337, jul./dez. 2015.
- ROCHA, V. M.; FIALHO, E. S. Uso da terra e suas implicações na variação termo-higrométrica ao longo de um transecto campo-cidade no município de Viçosa-MG. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa-MG, v. 10. n. 1, pp. 64-77, 2010.
- ROTH, M. Review of urban research in (sub)tropical regions. **International Journal of Climatology**, London, v. 27, n. 14, pp. 1859-1873, 2007.
- SHASHUA-BAR, L; HOFFMAN, M. E. Vegetation as a climatic component in the design of an urban street. An empirical model for predicting the cooling effect of urban green areas with trees. **Energy Buildings**, London, v. 31, n. 2, pp. 221-235, 2000.
- SOFER, M.; POTCHTER, O The urban arid heat island of a city in an arid zone: The case of Eilat, Israel. **Theoretical and Applied Climatology**, London, v. 85, n.1-2, pp. 81-88, 2006.
- TEIXEIRA, P. H. L.; LUCAS, T. P. B. A influência da vegetação em um microclima da cidade de Belo Horizonte (MG). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n.42, pp. 56-72, 2014.
- ORTIZ, G. F.; AMORIM, M. C. C. T. Clima urbano e ilhas de calor em Cândido da Mota-SP. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 2, n. 5, pp. 455-468, 2012. (Edição Especial 2)
- SANTOS, J. A. A. dos. **O campo térmico na área central da cidade de Viçosa (MG) em situação sazonal de outono em 2007**. 2007. 45 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Geografia – Departamento de Artes e Humanidades, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2007.
- SOUZA, L. B. et al. A temperatura do ar na área urbana de Porto Nacional (TO): abordagem geográfica a partir de episódios selecionados. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, Ituiutaba, v. 3, n. 2, pp. 317-350, 2012.
- SVENSSON, M. K. Sky view factor analysis: Implications for urban air temperature differences. **Meteorological applications**, London, v. 11, n. 3, pp. 201-211, 2004.

**ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL DO LITORAL
MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DA SUA
CONFIGURAÇÃO GEOLÓGICA E GEOMORFOLÓGICA COM O
USO DE GEOTECNOLOGIAS**

*ENVIRONMENTAL FRAGILITY ANALYSIS OF MEDIUM COAST
OF RIO GRANDE DO SUL AS FROM THEIR GEOLOGICAL AND
GEOMORPHOLOGICAL CONFIGURATION WITH
THE USE OF GEOTECHNOLOGIES*

*ANÁLISIS DE LA FRAGILIDAD AMBIENTAL DEL LITORAL
MEDIO DEL RÍO GRANDE DO SUL A PARTIR DE SU
CONFIGURACIÓN GEOLÓGICA Y GEOMORFOLÓGICA CON EL
USO DE GEOTECNOLOGÍAS*

Paulo Roberto Fitz
Professor da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
paulofitz@ufgd.edu.br

Resumo: Este estudo enfocou dois componentes de relevante importância para a confecção do futuro ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico a ser confeccionado pela SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul: a geologia e a geomorfologia da região do Litoral Médio do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, foram investigadas suas configurações na área para a realização de um diagnóstico de restrições e potencialidades de uso de seus recursos naturais. O trabalho baseou-se no conceito de fragilidade ambiental proposto por Jurandy Ross (1994), isto é, na concepção de que a natureza possui uma funcionalidade própria devido aos seus componentes físicos e bióticos. A metodologia proposta pelo autor foi adaptada de acordo com os materiais disponíveis: cartas topográficas, mapas de geologia e de geomorfologia e imagens de satélite. Os mapas foram vetorizados e, posteriormente, foram convertidos para o formato matricial em ambiente SIG para a geração de mapas de fragilidade ambiental em termos de geologia e de geomorfologia. Os produtos obtidos mostraram que muitas áreas apresentam certo grau de fragilidade ambiental, em termos de limitação de uso, conforme a geologia e a geomorfologia existente.

Palavras-chave: geoprocessamento, SIG; diagnóstico ambiental; vulnerabilidade ambiental; ZEE.

Abstract: This research focused on two relevant components for elaboration of a future

ZEE – Economic Ecological Zoning to be carried out by SEMA – Rio Grande do Sul Environment Secretariat: the geology and geomorphology of the region from Middle Coast of the State of Rio Grande southern. In this sense, its configurations were investigated in the area to make a diagnosis of restrictions and potentialities of its natural resources uses. The work was based on the concept of environmental fragility proposed by Jurandyr Ross (1994), in other words, in the conception that nature has its own functionality due to its physical and biotic components. The methodology proposed by the author was adapted according to the available materials: topographic maps, satellite images, geological and geomorphological maps. The maps were vectorized and later converted to the raster format in a GIS to generate maps of environmental fragility in terms of geology and geomorphology. The obtained products showed that many areas present some degree of environmental fragility, in terms of use limitation, according to the existing geology and geomorphology.

Key-words: geoprocessing, GIS; environmental diagnosis; environmental vulnerability; ZEE.

Resumen: Este estudio enfocó dos componentes de relevante importancia para la confección del futuro ZEE – Zonificación Ecológica Económica a ser confeccionado por la SEMA – Secretaría del Medio Ambiente de Rio Grande do Sul: la geología y la geomorfología de la región del Litoral Medio del Estado de Rio Grande del Sur. En este sentido, se investigaron sus configuraciones en el área para la realización de un diagnóstico de restricciones y potencialidades de uso de sus recursos naturales. El trabajo se basó en el concepto de fragilidad ambiental propuesto por Jurandyr Ross (1994), es decir, en la concepción de que la naturaleza posee una funcionalidad propia debido a sus componentes físicos y bióticos. La metodología propuesta por el autor fue adaptada de acuerdo con los materiales disponibles: cartas topográficas, mapas de geología y de geomorfología e imágenes de satélite. Los mapas fueron vectorizados y se convirtieron al formato matricial en ambiente SIG para la generación de mapas de fragilidad ambiental en términos de geología y de geomorfología. Los productos mostraron que muchas áreas presentan cierto grado de fragilidad ambiental, en términos de limitación de uso, de acuerdo con la geología y la geomorfología existente.

Palabras clave: geoprocesamiento, SIG; diagnóstico ambiental; vulnerabilidad ambiental; ZEE.

INTRODUÇÃO

A ideia de que a Terra se comporta como um sistema ativo vem sendo explorada por diversos autores, entre eles James Lovelock (1992) autor da “Hipótese de Gaia”. Este atributo confiaria ao planeta um sistema de retroalimentação que vincularia ações a reações do mesmo.

Jean Tricart (1977) conceitua ecodinâmica como o estudo da dinâmica dos ecótopos, ou seja, o meio ambiente não se estrutura em um cenário estático. A atividade antrópica associada a processos naturais pode conduzir a diferentes decorrências mais ou menos impactantes. Assim sendo, torna-se significativa a busca por soluções ambientalmente

sustentáveis que procurem integrar o crescente uso dos recursos naturais pelo ser humano. Um dos caminhos experimentados para auxiliar nesta questão diz respeito à confecção de zoneamentos que trabalhem a dinâmica do planeta e seus desdobramentos. Os chamados ZEEs – Zoneamentos Ecológicos Econômicos – são exemplos dessa tentativa de conectar aspectos físicos com econômicos.

O presente estudo buscou focar dois componentes de relevante importância para a confecção do futuro ZEE a ser confeccionado pela SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul: a geologia e a geomorfologia da região do Litoral Médio do Estado do Rio Grande do Sul. A área analisada abrange os municípios de Barra do Ribeiro, Capivari do Sul, Mostardas, Palmares do Sul, São José do Norte, Tapes, Tavares e Viamão.

A maior parte da região estudada experimentou processos de transgressões e regressões desde o período Pleistoceno, há cerca de 1,8 milhões de anos. Tal premissa estabeleceu um sistema deposicional de leques aluviais e de lagoas-barreiras. Esse sistema pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Composição colorida “falsa-cor” do Litoral Médio do Rio Grande do Sul



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

A figura 1 apresenta um mosaico de imagens do satélite Landsat TM5 de 2011 onde foi realizada uma composição colorida (falsa-cor) da área. A imagem gerada foi sobreposta por uma camada de arquivos vetoriais – destacados em azul – realçando as lagoas existentes ao longo da restinga entre a Laguna dos Patos e o oceano. A simples observação da figura permite comprovar a delimitação do litoral gaúcho como:

uma linha de costa retilinizada, com orientação SW-NE à frente de sucessões de cordões litorâneos regionalmente denominados de barreiras (Villwock *et al.*, 1986), sendo em muitos pontos recobertos por extensos campos de dunas os quais progridam sobre banhados e um conjunto de lagoas e lagunas costeiras. Tais características permitem classificá-la em termos de unidades macro e meso morfológica em cordão litorâneo largo associado a uma planície de cristas de praia. (CALLIARI, TOLDO JR., NICOLODI, 2006, p. 430)

Dessa maneira, ainda de acordo com os autores, em relação à dinâmica costeira, exceto a região de Torres,

as praias ao longo da costa do RS são totalmente expostas. Predominantemente são constituídas de areia fina quartzosa (Martins, 1967), apresentando baixa declividade (2º) com poucos e inexpressivos cúspides praias. (CALLIARI, TOLDO JR., NICOLODI, 2006, p. 439)

A paisagem característica da costa gaúcha pode ser visualizada pela figura 2, que proporciona uma visão parcial panorâmica do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) localizado nos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, e pela figura 3, a qual apresenta dunas costeiras com coberturas de espécies herbáceas (SEELIGER; COSTA, 2010, p. 139).

Dessa forma pode-se verificar que a região trabalhada possui características diversas, o que faz necessária a identificação de restrições e potencialidades de uso de seus recursos. Sendo assim, optou-se por trabalhar com o conceito de fragilidade ambiental proposto por Ross (1994). Essa metodologia é baseada na ideia de que a natureza possui uma funcionalidade própria de suas componentes físicas e bióticas, o que resgata o conceito de ecodinâmica de Jean Tricart (1977). Desta forma, o ambiente

é analisado sob o prisma da Teoria de Sistemas que parte do pressuposto de que na natureza as trocas de energia e matéria se processam através de relações em equilíbrio dinâmico. Esse equilíbrio, entretanto, é frequentemente alterado pelas intervenções do homem nas diversas componentes da natureza, gerando estado de desequilíbrios temporários ou até permanentes. (ROSS, 1994, p. 65)

Figura 2 – Parque Nacional da Lagoa do Peixe (vista parcial)



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Figura 3 – Dunas costeiras em Mostardas, RS



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Figura 4 – Planície Fluvial nas proximidades de Barra do Ribeiro, RS



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Pode-se deduzir que Ross (1994) buscou sistematizar uma hierarquia de fragilidades que procuram mostrar a fragilidade do ambiente em relação ao escoamento superficial difuso e concentrado das águas pluviais. Por consequência, procurou-se aproximar a ideia desenvolvida pelo autor para a área estudada com algumas adaptações.

MATERIAIS E MÉTODOS

Num primeiro momento, procedeu-se ao processo de digitalização dos mapas confeccionados em papel vegetal, fornecidos pela SEMA. Para evitar danos no material, os mapas foram digitalizados em *scanner* no formato A3. Os arquivos foram, então georreferenciados no software Idrisi, utilizando-se o sistema de referência SIRGAS 2000, de acordo com a base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul, na escala 1:50.000, disponibilizada pelo Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HASENACK; WEBER, 2010). Após isso, os mapas foram vetorizados no software Carta Linx.

A avaliação embasou-se nos mapas de geologia e de geomorfologia e, para auxiliar na análise, foram utilizadas imagens do satélite Landsat TM-5 do ano de 2011 (abril e maio) com o intuito de averiguar possíveis conflitos com a base de dados. Imagens disponibilizadas pelo *Google Earth* também foram utilizadas.

Dentre as etapas trabalhadas, procedeu-se a saídas a campo para checagem dos dados levantados. Para a geração do diagnóstico temático, foram utilizadas modelagens de

sobreposição e análise booleana. Todos os mapas gerados possuem representações externas às superfícies dos municípios abrangidos pela área do projeto.

Elaborados os mapas, procedeu-se ao cruzamento dos planos de informação. Para tal, adaptou-se a proposta de Ross (1994), dada a ausência de alguns dos parâmetros considerados pelo autor. Neste sentido, consideraram-se diretamente os dados dos mapas geológico e geomorfológico. Foram apreciadas as seguintes categorias hierárquicas para a análise: muito fraca; fraca; média; forte e muito forte com a valoração correspondente, de 1 (muito fraca) a 5 (muito forte). A tabela 1 apresenta as categorias e seus valores correspondentes.

Tais categorias foram desmembradas e hierarquizadas mapa a mapa, de acordo com as características de cada plano de informação. A partir da metodologia descrita acima, ponderou-se no sentido de caracterizar as feições conforme sua gênese, continuidade espacial, dimensão, formas de relevo e manifestações morfodinâmicas relativas. Deste modo, os mapas foram reclassificados com o uso do módulo *reclass* do software Idrisi. Após, os mesmos foram cruzados para uma reclassificação final que contemplou o mapa de fragilidade ambiental.

Tabela 1 – Categorias hierárquicas de fragilidade ambiental

Categoria	Valor
Muito fraca	1
Fraca	2
Média	3
Forte	4
Muito forte	5

Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mencionado, os mapas foram digitalizados no formato A3 e georreferenciados de acordo com a base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul, na escala 1:50.000, no sistema SAD-69. Os mapas foram, então, convertidos para o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS 2000. Tais procedimentos foram realizados com o *software* Idrisi Taiga com a utilização de mais de vinte pontos de controle para a execução do referenciamento cruzado das feições dos mapas utilizados. O georreferenciamento dos mapas na escala 1:100.000 foi realizado com um erro residual máximo de posicionamento de 1,5 m para *pixels* com resolução de 10 x 10 metros nas respectivas componentes X e Y. Este erro torna-se bastante satisfatório, uma vez que a literatura sugere um erro inferior à metade da resolução da imagem de entrada. (EASTMAN, 2009)

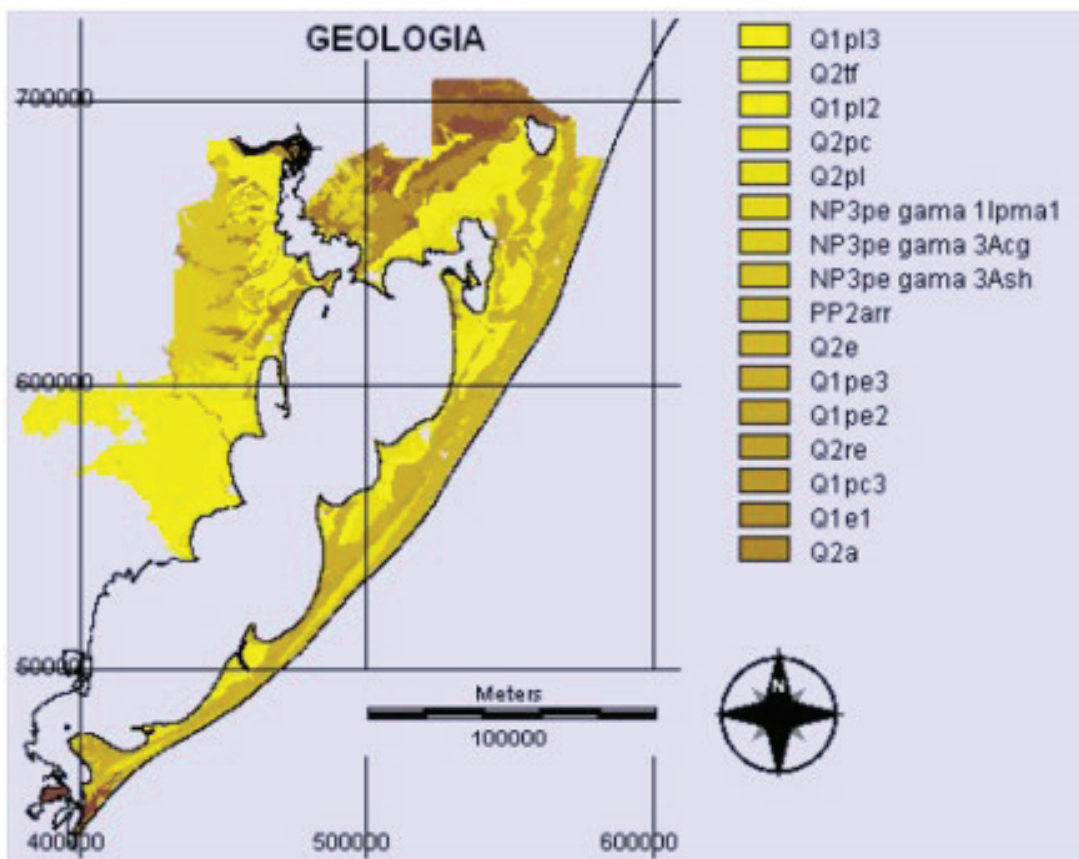
Os mapas foram vetorizados no *software* Carta Linx para posterior exportação em formato compatível com o *software* Arc Gis na escala 1:100.000. Alguns ajustes se fizeram necessários em função das diferentes bases de dados.

Todos os mapas gerados foram convertidos para o formato matricial para a realização dos cruzamentos necessários para a produção do diagnóstico. Como parâmetros fixos, utilizou-se uma resolução de 10.000 x 13.050 *pixels*, enquadrados numa grade com coordenadas variando entre 380.000 mE e 580.000 mE e 6.439.000 mN e 6.700.000 mN, onde cada pixel equivale a vinte metros. Os mapas de geologia e de geomorfologia gerados são apresentados pelas figuras 4 e 5 a seguir.

As litologias e as feições geomorfológicas foram analisadas sob a óptica de suas fragilidades/vulnerabilidades ambientais, especialmente no quesito suscetibilidade à erosão. Com relação à geologia da região, levou-se em consideração a formação geológica correspondente para adaptar a proposta de Ross (1994) quanto ao uso de mapa de solos.

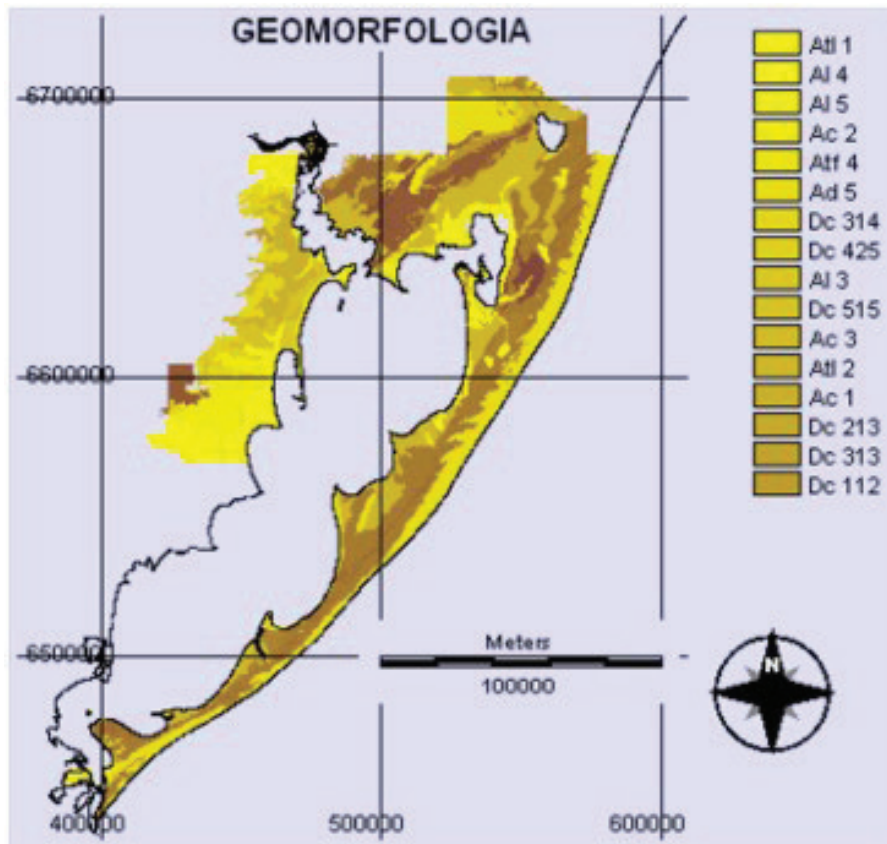
De igual sorte, foram considerados os apontamentos do ZEE realizado para o Estado de Roraima (MME, 2002) que considerou os graus de vulnerabilidade dos litotipos e sedimentos das estruturas em função da capacidade de suporte quanto à erosão. Assim, os litotipos e sedimentos menos estruturados tendem a ser mais suscetíveis às atividades erosivas.

Figura 4 – Mapa Geológico do Litoral Médio



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Figura 5 – Mapa Geomorfológico do Litoral Médio



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Conforme o mapa apresentado e vetorizado (figura 5), foram construídas as seguintes categorias de fragilidade/vulnerabilidade ambiental levando-se em consideração à suscetibilidade à erosão do relevo, conforme o substrato existente na região: J3K1bt, K1βg, NP3e γ 1Ipma1, Np3pe γ 3Acg, NP3pe γ 3Ash, NQca, P1rb, PP2arr, Q1ca, Q1e1, Q1pc3, Q1pe2, Q1pe3, Q1pl1, Q1pl2, Q1pl3, Q2a, Q2d, Q2e, Q2p, Q2pc, Q2pl, Q2re, e Q2tf. A tabela 2 apresenta as categorias hierárquicas de fragilidade/vulnerabilidade ambiental em termos de geologia com as respectivas valorações concedidas às litologias.

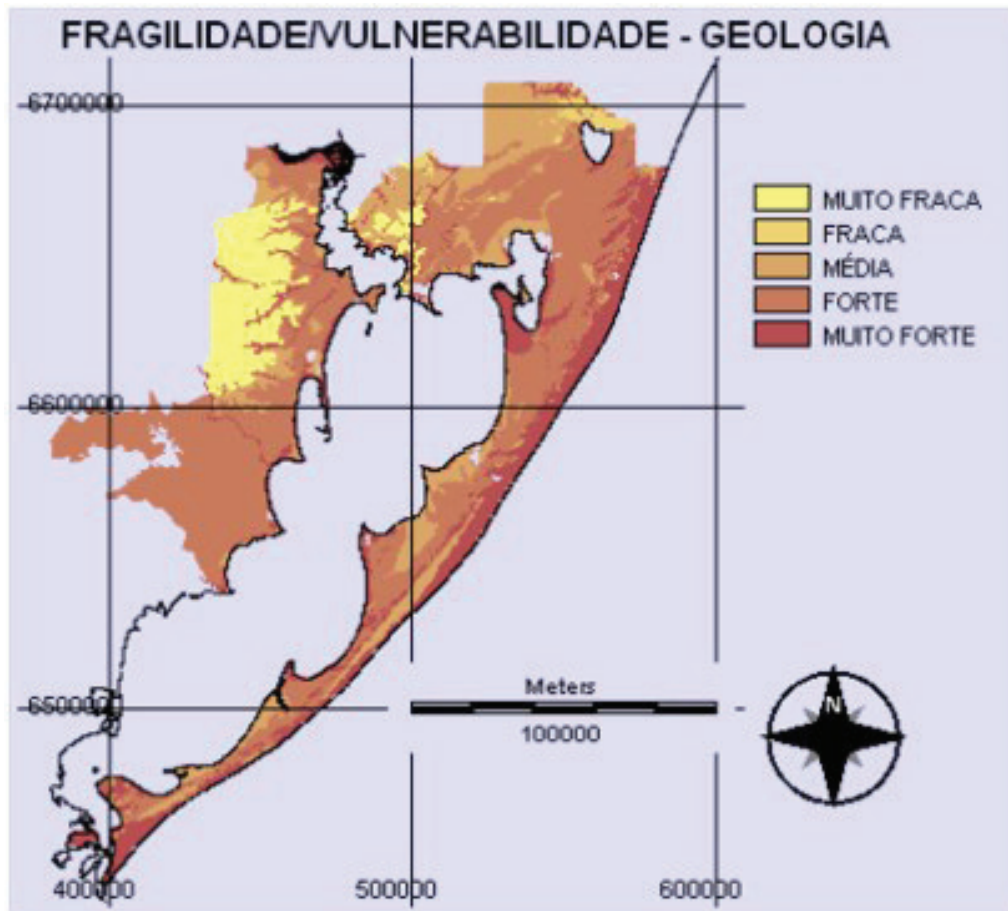
Tabela 2 – Categorias hierárquicas de fragilidade/vulnerabilidade ambiental – Geologia

Categoria	Unidade/Litologia	Valor
Muito baixa	Np3pe γ 3Acg, NP3pe γ 3Ash	1
Baixa	K1βg, P1rb	2
Média	J3K1bt, NP3e γ 1Ipma1, NQca, PP2arr, Q1ca, Q1pl1	3
Alta	Q1e1, Q1pc3, Q1pe2, Q1pe3, Q1pl2, Q1pl3, Q2tf	4
Muito alta	Q2a, Q2d, Q2e, Q2p, Q2pc, Q2pl, Q2re	5

Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

Conforme pode ser observado na tabela 2, há tendência de maior fragilidade em áreas de sistemas lagunas-barreiras vinculadas aos litótipos existentes nos ambientes sedimentares do período quaternário (mais recente). Já os litótipos ligados às formações graníticas possuem fragilidades, em geral, baixas estando estes mais subjugados às declividades do que à sua origem geológica. O mapa contemplando as fragilidades/vulnerabilidades com relação à geologia é apresentado pela figura 6.

Figura 6 – Categorias de Fragilidade Ambiental – Geologia



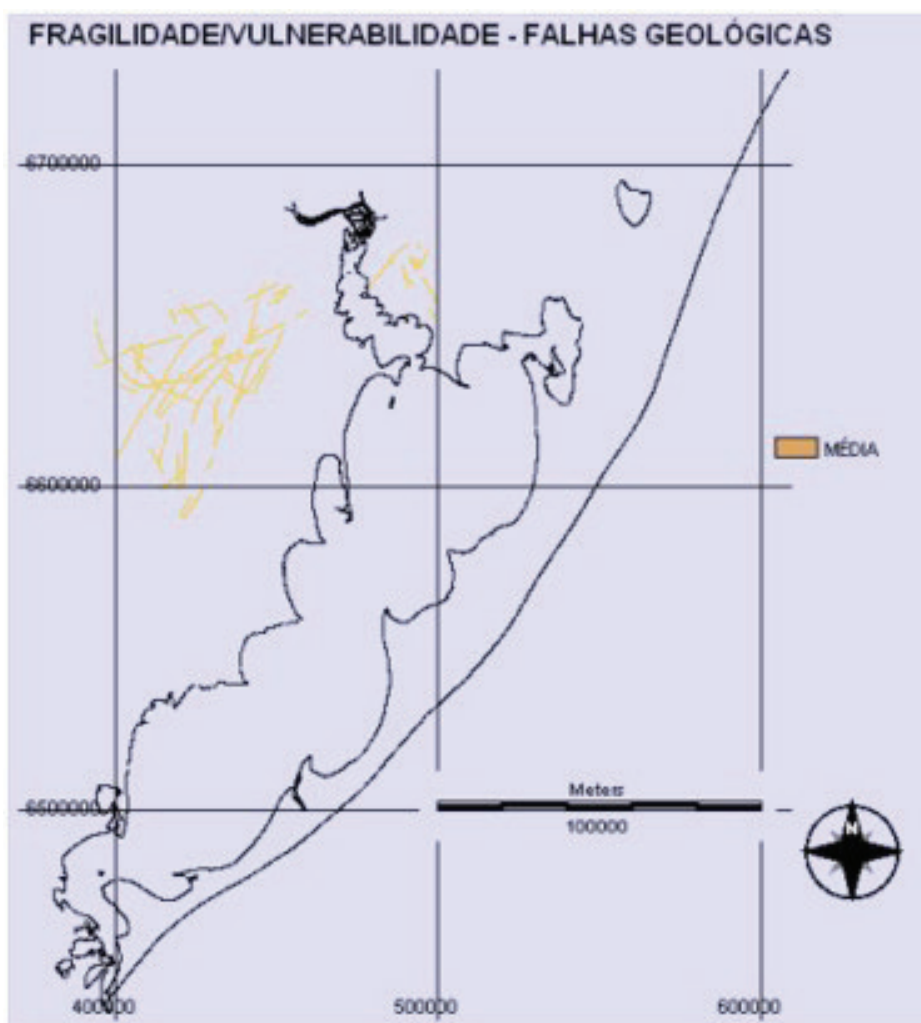
Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

É importante salientar, ainda com relação à geologia, que foi gerado um plano de informações contendo somente o sistema de falhamentos/fraturas existentes na região. Referindo-se ao Sistema Aquífero Guarani (SAG), Machado; Faccini (2004) colocam que

Estando o SAG compartimentado estruturalmente e com um arcabouço hidroestratigráfico complexo, é fundamental que os estudos relacionados com o fluxo hidrodinâmico, a hidráulica de poços e qualidade química de suas águas leve em consideração essa condição, para que o planejamento, gestão e proteção sejam realizados com qualidade técnica compatível com a importância desse sistema aquífero. (MACHADO; FACCINI, 2004, p. 12)

A fim de contornar possíveis contaminações no substrato da região estudada em função do sistema de fraturas/falhas, foi gerado, a partir do *software* Idrisi, um *buffer* de 500m de distância das falhas mapeadas. A figura 7 (mapa de falhas) apresenta esta situação. Para este *buffer*, foi estimado um grau de fragilidade médio, com valor 3.

Figura 7 – Categorias de Fragilidade – Falhas Geológicas



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014)

Como fora referido anteriormente, o litoral do Estado do Rio Grande do Sul caracteriza-se pela sua costa sinuosa, quase retilínea, com orientação SW-NE com cordões litorâneos muitas vezes cobertos por campos de dunas que podem encerrar banhados e lagoas costeiras. Assim, a fragilidade/vulnerabilidade ambiental vinculada à geomorfologia levou em consideração a configuração do litoral gaúcho, o qual apresenta poucas alterações ao longo de sua costa. Há uma predominância de areias finas quartzosas. As praias apresentam, no geral, pequenas declividades, cerca de dois graus, com poucas desembocaduras fluviais e lagunares. Outra característica está associada à intensa atividade eólica que atua diretamente na dinâmica da costa sul-rio-grandense.

Com relação à linha de costa, foi utilizada como base a classificação da linha de costa proposta por Muehe (apud: CALLIARI; TOLDO JR.; NICOLODI, 2006). Esta baseia-se em unidades macro e meso morfológicas seguidas da unidade morfodinâmica para o litoral. Conforme a proposta, tem-se como unidade Macro Morfológica, a Planície de cristas de praia, como unidade Meso-morfológica, o Cordão litorâneo sob efeito de transposição de ondas, e como Unidade Morfodinâmica, a Praia Intermediária, a Praia Dissipativa, as Dunas Frontais, os Arenitos de Praia e a Desembocadura Fluvial. Para esta feição, foi atribuído um valor constante e igual a 5, ou seja, fragilidade/vulnerabilidade muito forte.

As demais porções da área de estudo, especialmente às vinculadas aos municípios de Tapes, Barra do Ribeiro e Viamão apresentam certas características bastante diversas das áreas costeiras. Estas acabaram por determinar uma diferenciação na avaliação das categorias de fragilidade/vulnerabilidade.

Considerando o apresentado, partiu-se para o retrabalhamento do mapa de geomorfologia, com a constituição de categorias de fragilidade/vulnerabilidade ambiental. Analisando os tipos de modelado existentes na região, a saber, Ac 1, Ac 2, Ac 3, Ad 5, Ae 5, Af 5, Al 3, Al 4, Al 5, Atf 4, Atl 1, Atl 2, Atl 4, Atm 2, Atm 3, Dc 112, Dc 213, Dc 313, Dc 314, Dc 324, Dc 325, Dc 413, Dc 414, Dc 415, Dc 425 e Dc 515, foram atribuídos valores para as categorias de fragilidade/vulnerabilidade ambiental levando-se em consideração a suscetibilidade à erosão do relevo, conforme pode ser visualizado na Tabela 3.

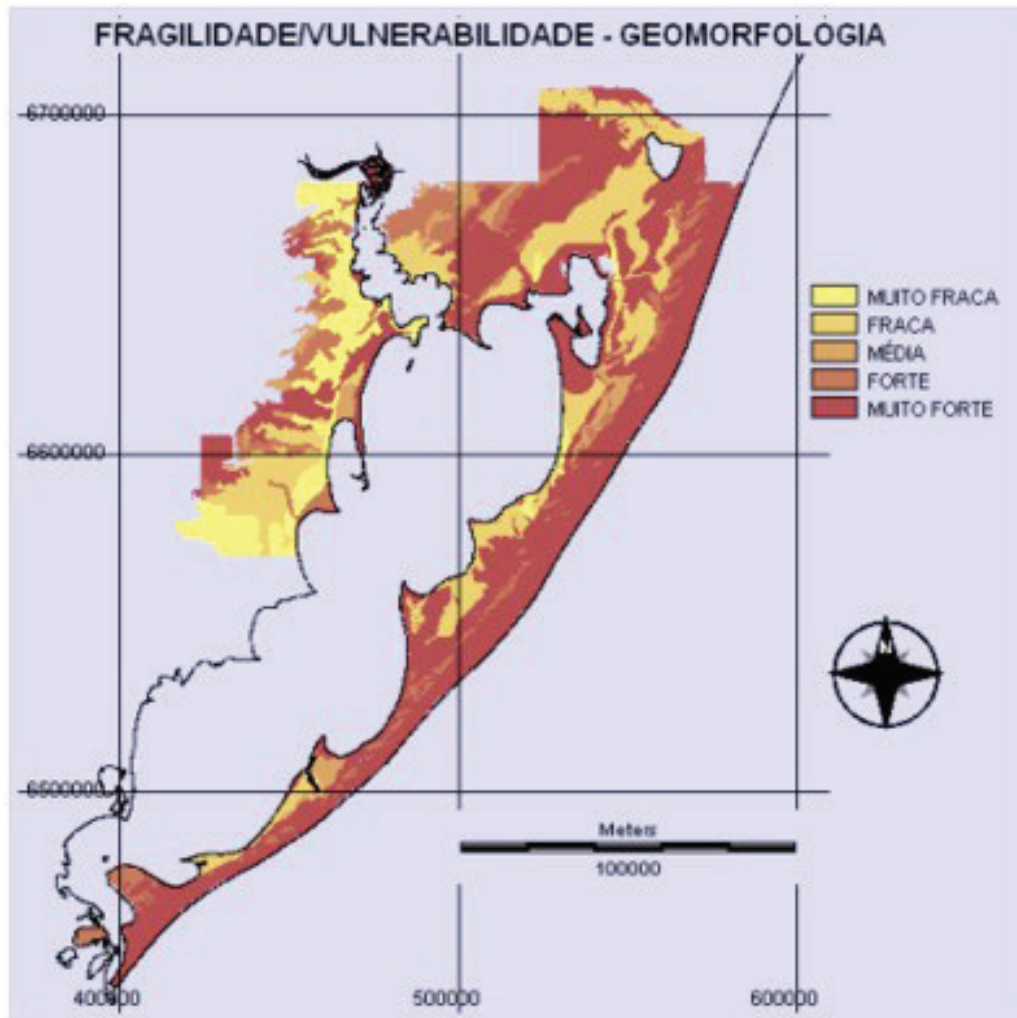
Tabela 3 – Categorias hierárquicas de fragilidade/vulnerabilidade ambiental – Geomorfologia

Categoria	Modelado	Valor
Muito baixa	Ac 1, Atl 1	1
Baixa	Ac 2, Atl 2, Atm 2, Dc 112	2
Média	Ac 3, Al 3, Atm 3, Dc 213, Dc 313, Dc 413	3
Alta	Al 4, Atf 4, Atl 4, Dc 314, Dc 324, Dc 414	4
Muito alta	Ae 5, Af 5, Dc 325, Dc 415, Dc 425, Dc 515	5

Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

O mapa de fragilidade ambiental vinculado à geomorfologia, apresentado pela figura 8, aponta as áreas com categorias ligadas à Unidade Morfodinâmica do litoral. Entretanto, percebe-se que, tanto a macro como a meso unidades, referem-se a áreas bastante sensíveis do ponto de vista ambiental.

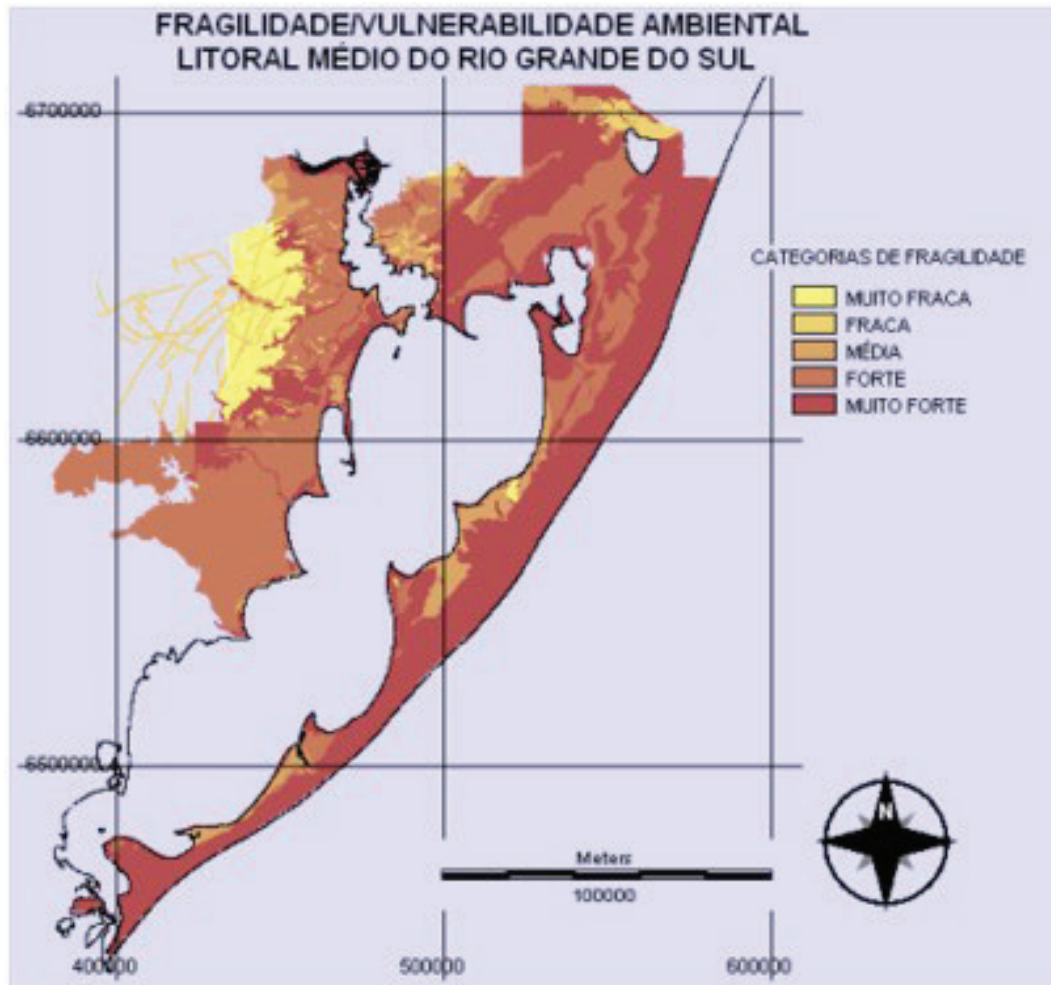
Figura 8 – Categorias de Fragilidade Ambiental - Geomorfologia



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014)

A partir dos planos de informação intermediários que contemplam as classes de vulnerabilidade/fragilidade ambiental, foram realizados os cruzamentos respectivos usando-se o módulo *overlay* do *software* Idrisi. Empregando-se a função *maximum*, que realiza a operação de sobreposição dos planos de informação na qual são escolhidos os valores máximos dos pixels das imagens, chegou-se a um mapa temático final (figura 9) com 5 (cinco) classes de fragilidade ambiental.

Figura 9 – Categorias de Fragilidade do Litoral Médio do RS



Fonte: Paulo Roberto Fitz (2014).

A análise dos produtos gerados a partir do cruzamento das informações constantes nos mapas gerados sugere que muitas áreas da região estudada apresentam um certo grau de limitação. É importante ser destacado, entretanto, que os produtos aqui gerados se vinculam tão somente aos temas geologia e geomorfologia. Dessa forma outros temas — solos, declividades, clima, economia, uso do solo, hidrografia, dinâmica social etc. — deveriam ser agregados para a execução de um futuro ZEE.

POTENCIALIDADES E RESTRIÇÕES GEOLÓGICAS E GEOMORFOLÓGICAS

Com relação às questões de potencialidades de uso dos recursos minerais da região estudada, observa-se que, apesar de apresentar uma gama considerável de possibilidades, há restrições em termos de sua fragilidade/vulnerabilidade ambiental. Assim, o aproveitamento dos recursos deveria ser examinado caso a caso, podendo-se listar as seguintes ocorrências:

- Areia industrial;
- Areia para a construção civil;
- Arenito para pedra de talhe;
- Argila para cerâmica vermelha;
- Aquíferos;
- Basalto para brita;
- Granito para brita;
- Granito para pedra de talhe;
- Granito para rocha ornamental;
- Material de empréstimo;
- Minerais pesados;
- Saibro de basalto; e
- Saibro de granito.

As ocorrências listadas encontram-se devidamente mapeadas, mas convém destacar, conforme pode ser observado nos processos minerários disponibilizados pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, a possibilidade de extração de minério de titânio e ilmenita na região de Tavares e São José do Norte. Outrossim, além das questões relativas especificamente relativas aos recursos minerais, tem-se a possibilidade de aproveitamentos da área através de atividades de turismo, atividades de lazer e recreação, paisagismo, agropecuária, geração de energia etc.

Quanto às restrições, sobretudo ao se levar em consideração a ação dos agentes erosivos, tem-se o seguinte quadro:

- Nas áreas litorâneas, os campos eólicos constituídos por dunas frontais e campos de dunas parabólicas e barcanóides ou mesmo dunas transgressivas apresentam porções bastante suscetíveis aos agentes erosivos e receberam altos graus de fragilidade/vulnerabilidade.
- O rosário de lagoas e seu entorno com presença constante de banhados constitui área de extrema fragilidade. Foram verificadas intervenções antrópicas substanciais nestas porções.
- As áreas de depósitos coluviais também são bastante suscetíveis aos agentes erosivos.

- As áreas de encostas de morros que apresentam, por vezes, vertentes íngremes, mereceriam melhor atenção.
- Com relação às falhas geológicas, tem-se que o entorno de suas áreas apresentam risco de contaminação de águas subterrâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado buscou subsidiar o projeto RS biodiversidade para a futura elaboração de um ZEE do Rio Grande do Sul, a partir da indicação das restrições e potencialidades da geologia e da geomorfologia da zona. Para tal, basicamente foram utilizados recursos já existentes e, a partir destes, aprimorar seus conteúdos.

As características dos materiais disponibilizados – mapas antigos, confeccionados em folha de papel vegetal em processo de deterioração – conduziram a ajustes tanto relativos à inexistente legenda dos mesmos, quanto a problemas relativos à própria condição do material. As maiores dificuldades estavam vinculadas às discrepâncias encontradas entre os mapas vetorizados, tidos como base, com outros mapas mais recentes, porém em escala menor. A utilização de imagens de satélite contribuiu para a atualização das cartas, uma vez que certas áreas que, conforme a base, possuíam lagoas e/ou áreas alagadiças, contemplam, atualmente, áreas com cultivos de arroz.

RECOMENDAÇÕES

Para auxiliar uma futura confecção do ZEE da região, foi confeccionada a tabela 4 que apresenta recomendações para possíveis e futuros empreendimentos.

Deve-se ter em mente, entretanto, que estas recomendações se baseiam em uma análise vinculada a uma escala de trabalho de 1:100.000. Nesta perspectiva, para o caso de futuras licenças, recomenda-se uma análise mais específica, onde cada caso deve ser examinado pontualmente.

Tabela 4 – Categorias Hierárquicas de Fragilidade Ambiental - Recomendações

Categoria	Valor	RECOMENDAÇÕES
Muito baixa	1	Restringir o florestamento com espécies exóticas.
Baixa	2	Restringir a disposição de resíduos sólidos ou aterros sanitários. Restringir o florestamento com espécies exóticas. Restringir a ocupação de áreas inundáveis.
Média	3	Restringir a mineração. Restringir a disposição de resíduos sólidos ou aterros sanitários. Restringir edificações. Restringir o florestamento com espécies exóticas. Não ocupar áreas inundáveis.
Alta	4	Restringir a mineração. Restringir a disposição de resíduos sólidos ou aterros sanitários. Restringir as atividades agropecuárias. Restringir edificações. Restringir o florestamento com espécies exóticas. Não ocupar áreas inundáveis.
Muito alta	5	Restringir a mineração. Restringir a disposição de resíduos sólidos ou aterros sanitários. Restringir as atividades agropecuárias. Não permitir edificações. Não permitir o florestamento com espécies exóticas. Não ocupar áreas inundáveis.

Fonte: Autor (2014).

Como exemplo, tem-se que as áreas de encostas e o entorno de falhas geológicas mereceriam um maior detalhamento para evitar possíveis problemas. De igual sorte, as áreas de banhados e o entorno das lagoas necessitariam de atenção especial.

Concluindo, sugere-se que, quando de futuras ocupações nestas áreas, seja exigido um laudo pormenorizado para impedir problemas ambientais relativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Central do Estado de Roraima**. Brasília (DF), 2002. Disponível em: <www.suframa.gov.br/publicacoes/interiorizando/roraima.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.
- CALLIARI, Lauro; TOLDO JÚNIOR, Elírio E.; NICOLODI, João L. Classificação Geomorfológica. In: MUEHE, Dieter (Org.). **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro – Rio Grande do Sul**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/gestao-territorial/category/80-gestao-costeira-g-erosao-e-progradacao>>. Acesso: 16 ago. 2013.
- CLARK UNIVERSITY. Idrisi Taiga. Clark Labs, 2009. (Conjunto de programas).
- _____. Carta Linx. Worcester, MA, USA:, Clark Labs, 1998. (Conjunto de programas).
- (DNPM). **Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE)**. Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em: 17 nov. 2013.
- EASTMAN, Ronald J. Idrisi. **Taiga – guide to GIS and Image Processing**. Worcester, MA, USA: Clark Labs: Clark University, 2009.
- ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **ArcGIS 10.1**. Redlands (CA): Esri, 2014. (Conjunto de programas.)
- GOOGLE. Google Earth Pro. 2013. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/download/gep/agree.html>> Acesso em: 11/05/2013.
- HASENACK, Heinrich; WEBER, Eliseu (Org.). **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul (escala 1:50.000)**. Porto Alegre: Centro de Ecologia UFRGS, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Imagens Landsat 2011. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>> Acesso: 10 maio 2013.
- LOVELOCK, James. **The Evolving Gaia Theory**. Tokyo: United Nations University, 1992. Disponível em <<http://archive.unu.edu/unupress/lecture1.html>>. Acesso: 29 maio 2018.
- MACHADO, José Luiz Flores; FACCINI, Ubiratan F. Influência dos Falhamentos Regionais na Estruturação do Sistema Aquífero Guarani no Estado do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 13., 2004, São Paulo. (Suplemento) Disponível em <<http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23510/15595>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- ROSS, Jurandyr L. S. Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, pp. 63-74, 1994.
- SEELIGER, Ulrich; COSTA, César Serra Bonifácio. As dunas costeiras adjacentes ao estuário. In: _____; ODEBRECHT, Clarisse. (Eds.). **O Estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações**. Rio Grande: Furg, 2010. pp. 137-143.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

ORIENTAÇÃO CARTOGRÁFICA: a experiência do percurso

ORIENTACIÓN CARTOGRÁFICA: la experiencia del percurso

CARTOGRAPHIC ORIENTATION: The experience of the route

Lígia Maria Brochado de Aguiar
ligiamaria.baguilar@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar o desenvolvimento e reflexões sobre a Oficina de Orientação Cartográfica, oferecida para alunos do Ensino Fundamental de uma escola de São João del-Rei. Essa Oficina foi desenvolvida por alunos da disciplina Estágio Supervisionado I, do Curso de Geografia, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Além de trabalhar a Orientação segundo os princípios da Cartografia, a Oficina procurou oferecer uma situação de ensino, em que o percurso proposto se constituía em uma experimentação capaz de sensibilizar os alunos de forma não representativa. A ideia era delinear novos caminhos: não apenas aqueles que se revelam em nossos deslocamentos, mas, também, em nossos autodeslocamentos, movimentos.

Palavras-chave: Cartografia; Orientação; Percurso; Experiência; Bússola.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar el desarrollo y reflexiones sobre el taller de orientación cartográfica, ofrecido a los alumnos de la escuela elemental de un St. John del Rei. Este taller fue desarrollado por estudiantes de la disciplina de prácticas supervisadas I, del curso de geografía, de la Universidad Federal de São João del-Rei (UFSJ). Además de trabajar la orientación según los principios de la cartografía, el taller buscó ofrecer una situación docente, en la que la ruta propuesta era un experimento capaz de sensibilizar a los estudiantes de una manera no representativa. La idea era esbozar nuevos caminos: no sólo aquellos que se revelan en nuestros desplazamientos, sino también en nuestros movimientos.

Palabras clave: Cartografía; Dirección; Ruta; Experiencia; Brújula.

Abstract: The purpose of this paper is to present the development and reflections about the Cartographic Orientation Workshop, given to students from an elementary school in São João del-Rei. This workshop was developed by undergraduates in Geography from Federal University of São João del-Rei (UFSJ), during an internship. Besides working according to the principles of cartography, the workshop provides a teaching situation in which the proposed route also constituted in an experimentation that could sensitizing the students in a non-representative form. The idea was to delineate new pathways: not only those that were revealed by the displacements, but also by the auto displacements, movements.

Key-words: Cartography; Orientation, Route, Experience, Compass.

INTRODUÇÃO

*“É preciso se colocar no lugar de um salto,
para perceber a região da liberdade.”*

Heidegger

O presente artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento e as reflexões sobre a experiência vivida durante a realização da Oficina “Arte-aprendizagem do lugar: um ensaio sobre a orientação cartográfica”, realizada por um grupo de alunos da primeira turma da disciplina Estágio Supervisionado do Curso de Geografia, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), durante o I Encontro de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado promovido pelo Departamento de Geociências.

A Oficina foi realizada porque queríamos pensar sobre uma situação-acontecimento em que as intenções de ensino fossem de experimentação, uma aventura para potencializar nossa ação sobre o mundo desde dentro de nós mesmos. Não queríamos simplesmente pensar numa estratégia melhor para adquirir um conhecimento.

A escola-experimentação, lugar de multiplicidades portadoras de devires (DELEUZE, 1992), precisa dos “costumes bárbaros”, ou seja, de tudo que educa para o sensível, portanto, considerado inútil e bárbaro, como nos diz Lins e Pelbart (2004). Não se trata, ao propor a Oficina, de transformar o inútil em metodologia de ensino, mas de pensar que, ao considerado inútil/sensível, cabe uma pedagogia pobre, rizomática, molar, nômade e híbrida, em que o acontecer da experiência mobilizada, viva, constrói a realidade.

Nesse campo de experimentação instituinte, a Cartografia escolar pode recuperar sua potencialidade expressiva: a força plástica da vida pela poética da sua linguagem gráfica. As experiências-acontecimentos são situações em que os alunos podem deixar-se afetar pelos signos, por uma experimentação limite no seu devir-criança-aluno-adolescente, reconhecendo nos mapas um engenho inventado por eles próprios em suas descobertas do espaço, portanto, capazes de desmontar, criar e operar esse dispositivo com suas próprias regras de organização, funcionamento e conexões; sobretudo, para se manterem conectados de forma criativa às novas imagens dos espaços exigentes da lógica da produção e do consumo, para sobreviver às incertezas do cotidiano e às privações de partes de suas experiências subjetivas.

PARA DELEUZE, PENSAR É SEMPRE EXPERIMENTAR

A intenção era dar continuidade ao trabalho iniciado pela professora na sala de aula, porém, agora, com uma abordagem diferente, de forma que os alunos “vivenciassem na prática” os conceitos já aprendidos por eles. Isso era o que até então pensávamos. De tanto pensar de que forma os alunos da 6º ano poderiam “vivenciar na prática” os conceitos aprendidos em aula, acabamos por lembrar como nossos deslocamentos estão ligados à intensidade com que os experimentamos: não começamos por aprender o espaço circunscrito do modelo geométrico, mas o espaço onde nos ocorre viver a experiência, ou seja, a duração/temporalidade e a espacialidade que são constitutivas do deslocamento.

O lugar de onde desejamos falar sobre Orientação Cartográfica é o da superfície sensível, irregular e adimensional da Arte. Deslocarmo-nos nessa superfície de forma transversal, buscando pistas, rastros e vestígios que tencionem os conteúdos prescritos e desenvolvidos em sala de aula. Para quê? Para deixarmos que o mundo se apresente para nós. Para tanto, é preciso ver o mundo exterior a partir de ângulos inesperados que fazem as coisas e as palavras perderem as referências para transformar o mundo e, ao mesmo tempo, quem o vê; também, para nos tornarmos atentos. É assim, desde dentro de nós, *ex-pôr-se* (**HÁ ALGUMA INTENÇÃO COMUNICATIVA NESSA FORMA DE GRAFAR ESSA PALAVRA? A SÍLABA “POR” DE EXPOR, NÃO É ACENTUADA; MANTER A GRAFIA DA PALAVRA?**) à experiência do caminho, ao desconforto do abandono da ideia-imagem de Orientação Cartográfica e aos seus regimes de verdades.

Para Kastrup (2007), a política cognitiva da invenção seria a arte de aprender a se afetar com o mundo, de compartilhar experiências de problematização.

OS PONTOS CARDIAIS RECRIADOS POR MEIO DO TEXTO SENSÍVEL DO CAMINHO E DOS SEUS FRAGMENTOS

“O leste é onde nasce o Sol. Já o oeste é o local onde o Sol adormece, o norte representa o calor do meio-dia e o sul, o lugar em que a sombra incentiva o homem ao recolhimento e à meditação.”

Bartolomeu Campos de Queirós

O nascer e o pôr do Sol, no poema narrativo de Bartolomeu Queirós (2011), são alegorias para retratar o ciclo da vida e do trabalho das pessoas. O trajeto que o Sol leva para percorrer o céu na verdade representa o tempo de semeadura e espera para colher os frutos.

Mesmo que a dimensão afetiva esteja subordinada à dimensão cognitiva, por que não confiar na memória, na atenção ao caminho, com o auxílio de todos os pontos cardeais, distraidamente, sem pistas previamente pensadas, sem mapa? Por que eliminar o risco como condição para que a cognição ocorra? Por que não experimentar a duração, sair de si, entrar em outros devires, outros ritmos? Por quê, além das condições estruturantes, não tratar a cognição pelo que ela possui de rizomático?

Em nossa Oficina, os alunos, divididos em grupos, receberiam uma bússola e um mapa do local a ser percorrido com roteiros diferentes, mas com pontos de chegada comuns. Em cada ponto marcado no mapa, os alunos de cada grupo deveriam anotar a posição dada pela bússola. Aprenderiam, repetindo o procedimento algumas vezes, a correspondência entre as indicações da bússola e a localização no mapa, relacionando as informações já recebidas em sala de aula. Essa prática permitiria automatizar processos, liberando espaço na memória operacional.

Nos percursos que realizamos em nosso cotidiano, estabelecemos alguns referenciais e vamos depositando em nossa memória de longo prazo cartografias até que, de olhos fechados, vamos e voltamos percorrendo as linhas imaginárias dos nossos mapas mentais.

Comunicamo-nos digital e analogicamente. A comunicação analógica é toda a comunicação não verbal: postura, gestos, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo, cadência de palavras. Essa comunicação não é exata, mas é mais rica que a comunicação digital, porque o corpo fala primeiro, sendo capaz de mapear o que está à sua volta. Já a comunicação digital é a troca de mensagens binárias. Um exemplo são os jogos de adivinhação em que as respostas são do tipo sim ou não.

Sabemos que um mapa só constitui um conjunto de símbolos se estes estiverem associados a ruas, praças ou avenidas que eles representam. Antes, é preciso que a localização do nosso corpo permita a associação entre o símbolo e seu referente (uma rua ou uma praça).

Também, utilizamo-nos, para pensar e nos comunicar, de formas poéticas criando metáforas para explicar a realidade, sobretudo as crianças. Isso porque criamos um território simbólico quando adquirimos a linguagem: a palavra, a expressão do corpo ou o desenho representam um objeto ou um conceito e, com base na associação, cria-se uma ideia, uma imagem, uma representação. O símbolo designa um tipo de signo em que o significante (realidade concreta) representa algo abstrato. Para os gregos, todos os meios que serviam de sinais eram genericamente chamados de símbolos.

É com as imagens mentais e a linguagem que pensamos sobre o que vemos, sentimos e ouvimos; formulamos teorias com o repertório de informações que possuímos e da observação que realizamos dos fenômenos. Esse processo está ligado à afetividade da criança que se coloca no centro da explicação. O pensamento é sincrético, uma espécie de conjunto caótico de elementos que vão se combinando, se diferenciando, para criar sentidos.

A fantasia é uma construção simbólica, ou seja, a criança se utiliza das metáforas para construí-la. Fantasia e conhecimento se constroem de maneiras diferentes e têm funções diferentes. A fantasia quebra a lógica do pensamento como se fosse uma passagem de ida e volta para nós mesmos. A realidade também é uma construção simbólica e, também, uma construção social e histórica.

EXPERIMENTAR É INVENTAR NOSSO PRÓPRIO DESERTO

Estas reflexões, no limite, nos levam a supor que um conteúdo desenvolvido de forma organizada e motivadora, com início, meio e fim, com professores envolvidos, pode ensinar a aprendizagem. Se entendemos o que foi explicado, aprendemos. E esse conteúdo vai para a memória de longo prazo. Nunca mais esquecemos. A escola socrático-platônica, há 2500 a.C., já preconizava esses aspectos como necessários para uma boa transmissão de conhecimentos.

Pensar implica relacionar informações do ambiente na memória operacional; depositar fatos e procedimentos na memória de longo prazo para disponibilizar espaço na memória operacional. Esse equacionamento possível e em prática na educação pública tem como fundamento a teoria cognitiva evolutiva da aprendizagem. Qual o problema, particularmente, para a Cartografia escolar como disciplina do currículo da Geografia? O que nossa Oficina poderia desenvolver fora ou nas bordas dessa dimensão socrático-platonista do pensamento ocidental?

O problema é identificar o pensamento à produção de modelos. À pedagogia cabe vibrações mais divertidas que estimulem a memória operacional, capacitando-a para as modelizações da realidade e preservando a busca, o imprevisível, a incerteza e o trabalho do sujeito sobre si mesmo contra o processo de subjetivação massificante da educação moderna (GALLO, 2007).

Esta identificação do pensamento com a capacidade de modelização da realidade implica a perda de nossos referenciais espaço-temporais que são constituintes da nossa percepção. Com isso, vamos perdendo a capacidade de perceber e de imaginar, de produzir imagens que conferem sentido à experiência. Estamos perdendo, também, nossa capacidade de simbolização, sem a qual nem o desejo nem o pensamento se realizam.

Quando todos os lugares do espaço geográfico parecem cada vez mais iguais, as linhas dos mapas que ensinamos nossos alunos percorrerem com os olhos têm que ser o exercício de aprender o que se pode olhar através deles para inventar o lugar da contra-hegemonia, da imaginação radical do possível.

Não somos apenas observadores do mundo: participamos dele. A razão, muitas vezes, nos faz esquecer a força plástica da vida. A Cartografia escolar está no currículo da Geografia para nos lembrar de que a certeza visual dos mapas advém da certeza da invisibilidade do mundo, do caráter contingente que certas Geografias atribuem ao espaço geográfico.

Nossa memória, diferente dos dispositivos que servem para estocar informações, inventa e conta histórias. Portanto, nossa memória não está sujeita à simples evocação de sinais e significantes. A memória tem que ser criadora de novos relatos e de novas significações. Foi, então, que nos lembramos do trabalho “Percurso – A Paisagem em transformação”, da professora Zandra Miranda (2009), do Curso de Artes Aplicadas, habilitação em Cerâmica, da UFSJ.

A nossa Oficina iria além, inspirando-se no trabalho da professora Zandra. Iríamos valorizar o percurso, a prática do espaço: “a terra transformada em cerâmica” expressaria a memória do lugar. Escavaríamos a superfície até encontrar nossa intimidade com o lugar, nossa localização/(des)orientação, até interiorizá-lo, corporificá-lo, colocando entre parênteses as mediações das representações.

EXPERIMENTAR COMO SE AGENCIAM NOSSAS FORMAS DE PENSAR, SENTIR E AGIR

O mundo real de fora se faz desde o mundo real de dentro. Por isso, é preciso inventar trilhas, cicatrizes, outras trajetórias e desejos diferentes por meio de uma pedagogia mais plástica, flexível; de uma cognição corporificada, resultante de experiências que se inscrevem no corpo, e não só na mente.

Conhecer é produzir um mundo, desejá-lo ativamente. Corporificar o conhecimento significa agenciá-lo. Isto é, conectar fluxos e processos, constituir ou interferir em domínios simbólicos e linguísticos, produzir heterogêneses.

Para Milton Santos (2002), não há espaço sem mundo. Pedagogicamente, essa afirmação nos permite dizer que a mudança constante de foco do mundo inundado de informações por meio das imagens implica dispersão da nossa atenção e não nos permite aprender a arte de deixar-se afetar pelo mundo. A atividade de aprender o espaço não pode subjugar o afeto, a brincadeira, o nosso mundo.

Segundo Kastrup, Tedesco e Passos (2008, p. 101), o domínio cognitivo não é um “domínio de representações, mas um domínio experiencial e emerge das interações e dos acoplamentos do organismo”.

A representação é uma maquinaria que produz o mundo como um texto, uma ficção, um modelo. Os instrumentos servem como suporte ou, ainda, para conformar os corpos ao mundo da ficção, do texto, do modelo. Nesse movimento, os corpos individuais são transformados em corpos sociais unidos por uma linguagem objetiva que organiza o espaço.

DA CONDIÇÃO ESTRUTURAL À DERIVA RIZOMÁTICA

O Encontro de Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado tinha como principal objetivo socializar experiências entre os alunos que estavam realizando estágio nas escolas de ensino básico de São João del-Rei. A turma de alunos escolhida para realizar a Oficina já vinha sendo observada por nós, estagiárias. A professora dessa classe lecionava em três turmas de sexto ano, o que significa em torno de noventa alunos. Em razão da inviabilidade de se trabalhar com as três turmas nessa Oficina, foi acordado um sorteio.

A professora da escola já desenvolvia várias atividades cartográficas durante as aulas com esses alunos. Todos os alunos das turmas do Ensino Fundamental que foram acompanhadas possuíam como material de apoio às aulas de Cartografia um “Caderno de Mapas”, que foi elaborado pela professora a partir de outros cadernos de mapas, o qual tinha como objetivo oferecer um suporte para os alunos. Essa adaptação foi necessária para que os alunos pudessem ter acesso a esse material em razão da diminuição do seu custo. As atividades concentravam-se, principalmente, em colorir os mapas e realizar alguns exercícios de localização, coordenadas geográficas etc.

Participaram da Oficina de Cartografia 25 alunos divididos em cinco grupos. Cada grupo foi acompanhado por um estagiário da disciplina Estágio Supervisionado I, por outro aluno voluntário da licenciatura para apoio, além de outro para o registro no caderno de campo do que ia acontecendo. Os materiais utilizados na Oficina foram: uma bússola, um mapa do *campus* da UFSJ, que foi elaborado previamente, e placas de cerâmica.

O trajeto no *campus* foi escolhido para que sua extensão permitisse que os “dedos dos pés ficassem de orelha em pé para escutar” como sugere Nietzsche (2012, prólogo, parágrafo 59). A ideia era fazer uma caminhada por trilhas definidas em um mapa com uma bússola. Com um silêncio superlotado de ruídos, em cada ponto marcado no mapa deixar o nosso corpo ficar infuso nas cores, nos cheiros, nos ruídos, nas texturas do lugar; sobretudo, porque não estávamos a fazer um exercício pedagógico, mas uma experimentação.

Figura 1: Momento em que os estagiários explicavam aos alunos a atividade proposta



Fonte: Lígia Maria Brochado de Aguiar.

A bússola teve o objetivo de ajudar os alunos a se orientarem no espaço, juntamente com o auxílio do mapa no qual foram marcados os pontos que iríamos fornecer. Nesses pontos, os alunos deveriam recolher objetos, como folhas, flores, gravetos, rochas, algo que os auxiliasse a, posteriormente, reconstruir o trajeto que haviam feito. Para Miranda (2008, p. 23), “o ato de caminhar representa um ato fundador: da percepção direta da paisagem surgem elaborações mentais e formais que buscam conhecê-la em todas as suas camadas de profundidade”.

Foram marcados pontos distantes um dos outros, e a cada ponto era dada a informação, pelo estagiário, sobre qual sentido deveriam seguir para chegar ao próximo ponto que estava marcado no mapa. Por exemplo, seguir a noroeste, chegando ao próximo destino, a partir da leitura do mapa e da direção indicada.

Depois de passados todos os pontos, os alunos foram levados para o Laboratório de Ensino de Geografia, para que pudessem aplicar os objetos recolhidos nas placas de cerâmica. Os alunos deveriam aplicar os materiais em cima das placas e esperar alguns instantes, a fim de que as placas ficassem com a marca, o vestígio do que foi recolhido em cada ponto.

A ideia que estávamos trabalhando era a de que o domínio cognitivo não é um domínio de representações, mas um domínio experimental de interações e de acoplamentos com o meio. A representação assim enfraquecida, subvertida como resultante da invenção, não está submetida a um regime de verdade, apresentando-se como um caso particular de enação, ou seja, de representação que nesse contexto opera segundo regularidades que são criadas sem referentes únicos ou fixos que lhe sirvam de fundamento.

A experiência vivida pode ser elucidada a partir da afirmação feita por Miranda (2008, p. 14):

No desenvolvimento destes relevos gravados a paisagem é reconstruída como um registro matérico. A matéria é testemunha da paisagem, reduto da memória local, e o acúmulo de substâncias das coisas vivas e inertes, em sucessivas camadas, testemunha os ciclos naturais. O olhar artístico captura estes fragmentos matéricos, de origem vegetal, animal e mineral, e os transforma através de diversos processos de apropriação, transferência e finalmente de transmutação nos processos de queima. Esta prática é regida por uma lógica intrínseca que combina o pensamento racional e o intuitivo – duas formas complementares de saber. Este conhecimento é marcado por um experimentalismo muitas vezes tateante e errático, mas que não falha em reconhecer os resultados desejados quando os alcança.

Observamos que as meninas recolheram materiais como flores, folhas e sementes. Já os meninos escolheram mais rochas e gravetos. A montagem das placas também foi feita pelos alunos com o auxílio dos estagiários, conforme a Figura 2.

Figura 2: Montagem das placas de cerâmica no laboratório



Fonte: Lígia Maria Brochado de Aguiar.

Durante a atividade, os alunos demonstraram bastante entusiasmo, tanto pelo fato de participarem de uma atividade fora do ambiente escolar como também por relacionarem os conteúdos ensinados na sala com o percurso que realizaram. Aos poucos, silenciosos, mais devagar, os alunos parecem “tomar posse dos lugares que percorrem”, registra o estagiário em seu caderno de campo. É como se o “fora” se configurasse desde “dentro de nós” para ser

passagem de um dentro a outro. “O espaço é apreendido pela criança através de brincadeiras ou de outras formas de percorrê-lo, delimitá-lo ou organizá-lo segundo seus interesses” (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 26).

A Oficina teve a duração de três horas aproximadamente. A aplicação nas placas de cerâmicas dos objetos recolhidos durante o percurso, além da curiosidade despertada, foi realizada com suavidade e sem pressa para que não se quebrassem. Os alunos estagiários não procuraram induzir os alunos a qualquer conclusão da atividade, mas foi inevitável ouvir comentários como “essa semente eu peguei perto de uma árvore que fica ao norte”, ou num ponto bem alto do percurso, em que “avistamos a cidade quase que inteira”, ouvir: “meu grupo está a oeste da escola”, frases que envolvem a apreensão da estruturação do espaço concebido e sua representação gráfica.

Saramago (2013, p. 83), em *A Caverna*, fala assim:

O cérebro da cabeça andou toda a vida atrasado em relação às mãos, e mesmo nestes tempos, quando nos parece que passou à frente delas, ainda são os dedos que têm de lhe explicar as investigações do tato, o estremecimento da epiderme ao tocar o barro, a dilaceração aguda do cinzel, a mordedura do ácido na chapa, a vibração sutil de uma folha de papel estendida, a orografia das texturas, o entremeado das fibras, o abecedário em relevo do mundo.

Para muitos, as placas de cerâmica eram como se fossem uma “recordação daquele dia na Universidade”, sobretudo a relação entre a atividade realizada e o lugar. Essa intimidade com o “fora”, com o exterior, com o tempo imaginário da recordação, faz surgir de novo a caminhada, a experiência com o nosso deserto que ainda não é o tempo nem é o espaço. Experimentar o “fora” é tornar-se errante para encontrar o inesperado espaço do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A satisfação foi muito grande, pois oficinas como essas são pouco frequentes até mesmo em cursos de licenciaturas. Atividades em que a afetividade não está subordinada à cognição não são muito recorrentes na escola básica. São raras as situações em que nos colocamos em deriva rizomática com nossos alunos. Ocorre, então, que, na escola, fica difícil a emergência de territórios existenciais, a compreensão de outras formas de se relacionar com o conhecimento. A pedagogia, por meio de suas práticas, “disciplina a forma como o mundo deve ser visto, sentido e como se deve agir e falar sobre ele” (POPKEWITZ, 1997, p. 22).

O I Encontro de Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado tinha como objetivo aproximar, estabelecer vizinhanças. No fundo, nosso desejo era nos deixar contagiar e, também, nos contaminar por experiências que não deixassem a “criança para trás”.

Acreditamos que experiências como estas diluem as fronteiras entre a Geografia e a Arte, e entre os seres e os seus fazeres. Sobretudo, observamos que, nas intrigantes linhas de modulação de um rizoma, é possível pegar a onda de um movimento mais profundo: sair do território é aventurar-se, “colocar-se no lugar de um salto, para perceber a região da liberdade”; também, desdobrar-se, deixar-se vir à superfície.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosangela Doin; PASSINI, Elza Yasuko. **Espaço Geográfico**: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2008.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992.
- GALLO, Sílvio. **Deleuze e a Filosofia**. Aula proferida no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. (Parte 1,)
- KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____; TEDESCO, Sílvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál (Orgs.). **Nietzsche e Deleuze**: bárbaros, civilizados. São Paulo: Annablume, 2004.
- MIRANDA, Zandra Coelho de. **Impressões em cerâmica**: convite ao encontro caótico entre a cerâmica, a gravura e o fogo. 2008. Tese (Doutorado em Artes Visuais) Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. **Percurso**. A paisagem em transformação. Exposição. Curso de Artes Aplicadas. Centro Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Prólogo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- POPKEWITZ, Thomas, S. **Reforma educacional**: uma política sociológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Rosa dos Ventos**. São Paulo: Global, 2011.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Stúdio Nobel, 2002.
- SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS ATUAIS E FUTUROS DE SISTEMAS TURÍSTICOS E ENCLAVES EM AMBIENTES NATURAIS

TOURISM AND SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS OF CURRENT AND FUTURE PROBLEMS OF TOURIST SYSTEMS AND ENCLAVES IN NATURAL ENVIRONMENTS

TURISMO Y SOSTENIBILIDAD: UN ANÁLISIS DE LOS PROBLEMAS ACTUALES Y FUTUROS DE SISTEMAS TURÍSTICOS Y ENCLAVES EN AMBIENTES NATURALES

Jose Roberto Da Silva Lunas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

lunas_uems@yahoo.com.br

Elimar Pinheiro do Nascimento

Universidade de Brasília

elimarcds@gmail.com

Resumo: Este estudo de casos de sistemas turísticos teve como objetivo comparar situações de desenvolvimento e suas perspectivas do ponto de vista da sustentabilidade. O produto deste trabalho alimentou uma posterior discussão aplicada aos casos dos nossos sistemas turísticos da Serra da Bodoquena e Pantanal. Os sistemas analisados são os do México e Costa Rica, que com seus diferentes estágios de seu ciclo de vida mantêm lições a serem consideradas. Os exemplos de México e Costa Rica são os mais discutidos por explorarem o turismo alternativo e o turismo ecológico, além de sua semelhança com o Brasil. O método de trabalho fundamentou-se em bases secundárias e foi dividida em uma visão das potencialidades turísticas, suas gestões, seus problemas e as suas perspectivas de futuro. Ao final se discutiu, à luz destes casos, padrões de crescimento e efeitos sobre a sustentabilidade dos sistemas turísticos.

Palavras-chave: Turismo Alternativo; Turismo ecológico; Ciclo de vida; Impactos ambientais; Impactos Sociais.

Abstract: This study compared cases of tourism systems and enclaves and their situations of development and sustainability. Their results contributed to establish the possible trajectories

of the tourism systems located in Mato Grosso do Sul state, Serra da Bodoquena and the Pantanal. The cases analyzed are those of Mexico and Costa Rica, with different stages of their life cycle. The greatest emphasis was on the systems of Mexico and Costa Rica for their similarities with the cases of Brazil. The working method was based on secondary bases and was divided into a vision of the tourist potentialities, their management, their problems and their perspectives for the future. At the end, common patterns of development and their effects on sustainability were discussed.

Key-words: Alternative Tourism; Ecotourism; Life cycle; Environmental impacts; Social Impacts.

Resumen: Este estudio comparó casos de sistemas y enclaves turísticos y sus situaciones de desarrollo y sostenibilidad. Sus resultados contribuyeron a establecer las posibles trayectorias de los sistemas turísticos ubicados en el estado de Mato Grosso do Sul, Serra da Bodoquena y el Pantanal. Los casos analizados son los de México y Costa Rica, con diferentes etapas de su ciclo de vida. El mayor énfasis se puso en los sistemas de México por sus similitudes con los casos de Brasil. El método de trabajo se basó en bases secundarias y se dividió en una visión de las potencialidades del turista, su gestión, sus problemas y sus perspectivas para el futuro. Al final, se discutieron los patrones comunes de desarrollo y sus efectos sobre la sostenibilidad.

Palabras clave: Turismo alternativo; Ecoturismo; Ciclo de vida; Impactos ambientales; Impactos sociales.

INTRODUÇÃO

A finalidade deste texto é a análise de alguns sistemas turísticos e a projeção de suas perspectivas de continuidade. A discussão dos efeitos do turismo é útil para o entendimento do que ocorre e o que poderá ocorrer com sistemas semelhantes como o da Serra da Bodoquena, e no Pantanal sul-mato-grossense. O turismo mundial conheceu um crescimento vertiginoso após a Segunda Guerra Mundial, mais recentemente, o que cresce substancialmente é o turismo ecológico e este tem sido mais ou menos danoso para os diversos sistemas turísticos que serão aqui relatados. É importante ressaltar que os danos podem ser crescentes já que o turismo em ambientes naturais cresce em ritmo mais acentuado que o turismo praticado em outros sistemas. Segundo *The International Ecotourism Society* (TIES) 2000, enquanto o turismo em geral cresce em torno de 7 % ao ano, o turismo ecológico cresce entre 10 % e 30 % ao ano já a OMT estimou-o em 15 % ao ano (HAWKINS; KAHN, 2002).

Os casos mais interessantes para que se tracem paralelos com os sistemas turísticos da Serra da Bodoquena e Pantanal são os do México, Costa Rica, Equador e Belize os quais, com suas experiências positivas e negativas, muito têm a ensinar, por já terem experimentado, em alguns casos, todos os estágios de seu ciclo de vida. Todos esses países, notadamente o México e Costa Rica, têm já uma longa história de erros e acertos com o turismo e sua análise em especial é interessante por explorarem o turismo alternativo e o turismo ecológico, além

de sua semelhança com o Brasil, por serem países em desenvolvimento. A menção aos efeitos dos enclaves turísticos é importante porque, ao que tudo indica, eles farão parte do futuro da de nossos sistemas turísticos.

O turismo na região do Caribe e América Central é sinônimo de pioneirismo. Países como o México, Costa Rica, Belize e Porto Rico iniciaram muito cedo essa exploração para tentar aproveitar a proximidade com grandes mercados emissores: Estados Unidos, principalmente, e Canadá, secundariamente. Porto Rico, por exemplo, iniciou seu planejamento para o desenvolvimento do turismo já em 1941, com sua inclusão como uma das possibilidades de desenvolvimento econômico do país. Em 1944, foi elaborado um primeiro estudo de viabilidade de implantação: *The Development of Tourism to Puerto Rico*, que analisava a possibilidade de implantação de *resorts*, para aproveitar a proximidade de grandes mercados emissores do Estados Unidos da América e Canadá (CARPENTER, 1964).

No México, a cidade de Acapulco iniciou o desenvolvimento do turismo também na década de 1940, firmando-se como um dos maiores polos turísticos mexicanos, assim com o polo turístico de Cancun, cujo desenvolvimento sem muito planejamento e controle, sentiu, a partir da década de 1970, os efeitos perversos desse crescimento desordenado na forma de exclusão social, especulação imobiliária, poluição ambiental e visual (FUENTES, 1979).

Mesmo sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou o turismo ecológico podem se tornar caóticos, quando a volúpia econômica sobrepuja o interesse ambiental, como no caso de Galápagos, onde a instalação de dois aeroportos elevou o número de chegadas para 41 mil visitantes anuais, quando a capacidade de carga recomendada é doze mil. Mesmo assim, prevê-se a construção de um terceiro aeroporto na Ilha Isabela, que irá elevar o número de chegadas para cinquenta mil turistas anualmente (WEARING & NEIL, 2001).

A preocupação principal de relatar efeitos do turismo sobre os sistemas, com atenção principal aos efeitos econômicos, ambientais, culturais e sociais, justifica a discussão dessa rica história de acertos e desacertos, como base para a avaliação das perspectivas do turismo da Serra da Bodoquena.

OS SISTEMAS TURÍSTICOS

A percepção da complexidade de um sistema turístico é crucial para a análise das perspectivas de sua sustentabilidade. O *sistema turístico* compreende todas as interfaces e elementos do processo de geração de um produto turístico, incluindo os atores participantes. Para entendimento do sistema, é útil discutir brevemente o conceito de sistemas e sua aplicação a um sistema turístico.

A visão mais sintética do conceito de sistemas compreende a identificação de um modelo teórico que envolve entradas (*inputs*), saídas (*outputs*), retroalimentação (*feedback*) e processo. Dentro das fronteiras do sistema (onde ocorre o processo) estão contidos: a) meio ambiente; b) elementos ou unidades; c) relações e atributos (BENI, 1998).

O conceito de sistemas torna-se importante para uma inferência, o mais próximo possível da realidade concreta, acerca do *estado* de um sistema turístico. As inferências serão derivadas da análise dos efeitos dos *inputs* e *outputs*, sobre seus elementos, relações e atributos. A preocupação com os fluxos energéticos e consumo desregrado de recursos naturais pode ser perfeitamente aplicada aos sistemas turísticos, na medida em que este, em seu processo transformador, apresenta uma grande complexidade de relações e atributos que não são de fácil gerenciamento (HALL, 2001).

Os atributos e as relações dos elementos de um sistema turístico são suscetíveis a algumas transformações, a depender do enfoque gerencial que seja estabelecido. O enfoque mercantil-utilitarista predominante busca transformar os sistemas em um produto, por meio da organização de um processo produtivo que transforma energia, materiais e informações, em serviços e produtos para o mercado (PETROCCHI, 2001). Dentro de tal lógica, as relações são construídas de forma a privilegiar a acumulação de capital, aumentando a entropia do sistema, no que diz respeito à exclusão social e consumo de recursos naturais.

O sistema turístico, segundo Beni (1998, p. 43-47.), deve ser considerado *aberto*, de forma a facilitar os “estudos multidisciplinares de aspectos particulares do turismo, possibilitando, assim, a realização de análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com poder de referência comum”. O Sistema Turístico não é, necessariamente, delimitado por suas fronteiras físicas. Outras formas de delimitação podem ser adotadas, como afirma Petrocchi, para quem o sistema turístico é complexo, multidisciplinar e composto por muitos subsistemas:

A teoria de sistemas permite flexibilidade para a sua aplicação. Um município litorâneo pode ser estudado como um sistema de turismo. Entretanto, as fronteiras do sistema não coincidem necessariamente com as fronteiras físicas desse município, pois o planejador deverá definir fronteiras diferentes para o sistema de turismo. A teoria de sistemas permite a alternativa de estudo de um distrito desse município como se fosse um sistema turístico. Assim como seria possível estudar um sistema turístico cujos limites abrigariam determinada região. Tal flexibilidade também existe no interior do sistema. Em um município podem existir subsistemas de hospedagem, de transportes etc. Também é possível estudar os subsistemas de hospedagem como um sistema único, dele derivando vários subsistemas: hotéis, pousadas para locação camping e outros mais que possam ser distinguidos (2001, p. 28).

Do ponto de vista do turismo alternativo e, mais especificamente, do turismo ecológico, sistemas turísticos organizados em áreas protegidas podem agregar atributos específicos, cujo manejo e gestão são mais restritivos e cuidadosos, e cujas fronteiras são mais facilmente delimitadas. Com relação ao manejo, o sistema tende a se preparar para dotar a sua infraestrutura e superestrutura de equipamentos e cuidados que reduzam a carga turística, de forma a diminuir os danos sobre o ambiente e, ao mesmo, tempo conduzam a um melhor serviço e mais segurança aos praticantes.

Já os sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou somente o turismo ecológico e compõem uma região, um município ou mesmo um país tem sua gestão mais

complexa, pois a delimitação de suas fronteiras é difícil e os elementos transformadores não são facilmente controláveis, conseqüentemente seus atributos também nem sempre seguem os princípios que devem permear o turismo sustentável. O que se verá a seguir são alguns relatos sobre como alguns destes sistemas turísticos foram implantados, têm sido geridos e qual é a avaliação de seus resultados em termos de sustentabilidade.

A proposição da segmentação turística subordinada a duas classes, a do turismo de massa e a seu modelo antagônico, o turismo alternativo é explorada por diversos autores, dentre eles Fennel (2002), Wearing e Neil (2001) e Ulate (2011). Esta organização pressupõe uma subordinação dos segmentos turísticos com pequeno número de visitantes e menor impacto na capacidade de carga, como o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo rural e turismo de aventura ao Turismo Alternativo, que se diferencia do turismo de massa, que exige infraestrutura que proporcione maior capacidade de carga.

O TURISMO NA COSTA RICA

Breve histórico do turismo na Costa Rica

A Costa Rica foi um dos primeiros países das Américas a se organizar para o desenvolvimento de turismo. Entretanto, no início da sua exploração, depois da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, ele existia apenas de forma incidental, em pequena escala (ANDREU, 2003, p. 402). Em 1969, o Instituto Costarriquenho de turismo registrou a entrada de 122 mil turistas estrangeiros procedentes, em sua maioria, dos E.U.A., deixando uma receita de 19 milhões de dólares (GUIN/FERL, 1979, p. 2944). Tal número representa 10 % da quantidade que recebe atualmente, com um total de 1,1 milhão de turistas estrangeiros (WTO, 2004), e 2 % do valor atual de divisas externas, de aproximadamente 1 bilhão de dólares em 2000.

Uma estrutura mais profissionalizada somente começou a ser implantada após o início da década de 1970, com a concessão de grandes incentivos fiscais e créditos facilitados para implantação de empreendimentos turísticos (ANDREU, 2003, p. 402). Também data de 1970 a implantação dos primeiros grandes parques públicos com áreas de preservação permanente. O turismo, porém, só se transformou em uma prioridade nacional a partir de 1985, com uma série de medidas governamentais tomadas para incentivar o incremento do fluxo e medidas econômicas para melhorar a renda do setor como, por exemplo, a depreciação acelerada do imobilizado das empresas turísticas.¹ O *boom* do turismo na Costa Rica ocorreu entre 1987 e 1995, quando foi observado um grande crescimento na entrada de turistas estrangeiros no país, passando, em 1993, a ser a sua principal atividade econômica, à frente da exportação de café e banana.

1 A depreciação acelerada é um artifício contábil que desvaloriza mais rapidamente, no Balanço Patrimonial, os bens fixos, como construções e equipamentos. Como essa desvalorização é contabilizada como despesa da organização o lucro apresentado é menor, conseqüentemente a empresa, além de renovar mais rapidamente seus equipamentos, paga menos imposto de renda.

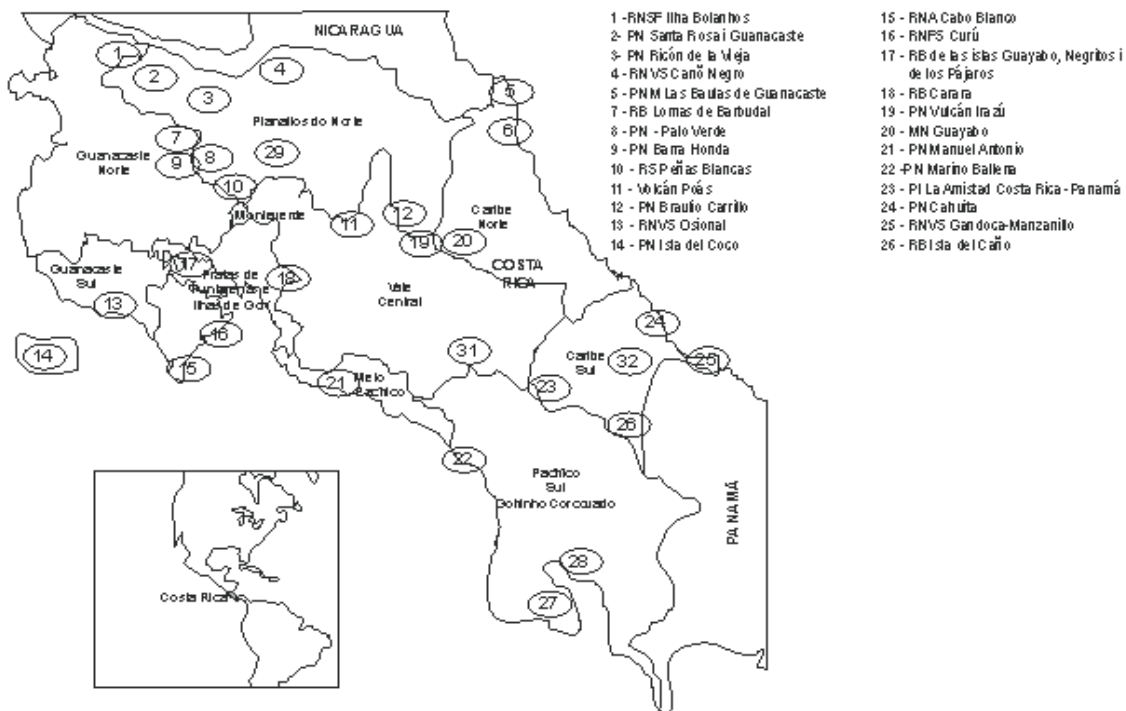
Notas sobre a organização e gestão do turismo na Costa Rica

O principal produto turístico da Costa Rica, no início das atividades, era o chamado turismo de sol, areia e mar. Quando da criação, na década de 1950, do Instituto Costarricense de Turismo (ICT), não constava, entre suas prioridades, o turismo ecológico. Entre os anos 1987 e 1995, essa atividade cresceu e se tornou um meio de vida para muitos cidadãos nativos e estrangeiros que se dirigiram para a Costa Rica para empreender novos negócios. A partir de então, a Costa Rica posicionou fortemente a sua imagem como um destino ecoturístico, Brohman (1996, p. 65) indica a Costa Rica como um dos três países das Américas onde ocorreram os mais rápidos processos de implantação e desenvolvimento do turismo ecológico, além do Peru e do Brasil.

Da mesma forma, o turismo em áreas protegidas observou um grande crescimento, evoluindo de aproximadamente duzentos mil, em 1984 para 866 mil turistas em 1999. Dentre esses, aproximadamente 400 mil são estrangeiros (ANDREU, 2003). O turista estrangeiro típico que visita a Costa Rica não é exclusivamente ecoturista. Entretanto boa parte dos visitantes estrangeiros, cerca de 39 %, declara, como primeira finalidade, que vai a Costa Rica para viver atividades ou ver atrações baseadas na natureza (WEAVER, 1998). Tais turistas buscam roteiros que tenham duração média entre dez e quinze dias e compreendam diversos sítios, na maior parte áreas protegidas, e combinem atrativos ambientais, históricos e culturais. A maior parte dos parques públicos da Costa Rica são administrados por fundações e a essa autonomia é atribuída parte do sucesso do turismo ecológico da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002).

O sucesso desse país com o turismo ecológico deve-se à combinação de uma boa gestão com a rica biodiversidade do país. Devido a sua localização geográfica, em uma zona tropical, e às variações radicais de altitude — em alguns locais desde o nível do mar a 3.819 metros de altitude em apenas cinquenta quilômetros (Figura 1). Apesar de possuir uma área modesta de apenas 51.100 km², registra em suas fronteiras uma rica biodiversidade, e seu rico relevo abriga um conjunto montanhoso, um planalto central, a *Meseta Central*, e diversos vulcões ativos, além de estar servido, em suas duas costas, pelos oceanos Atlântico e o Pacífico. (WEAVER, 1998).

Figura 1 – Mapa das zonas turísticas da Costa Rica e localização das principais áreas protegidas públicas.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Instituto Costarricense de turismo – ICT e Andreu, 2003, p. 202

A Costa Rica mantém uma área total protegida que abrange 21 % do seu território. Se acrescidos os 6,6 % ocupados por reservas indígenas este percentual sobe para 28 %, o que representa uma das maiores áreas protegidas da América Latina (op. cit., p. 87). Além das áreas públicas protegidas (Figura 1), aproximadamente 25 % do total protegido são constituídos de cinquenta reservas privadas que são aproveitadas, principalmente, na exploração de turismo ecológico (ANDREU, 2003, p. 418ss).

Um exemplo positivo de autossuficiência econômica e cuidados com a biodiversidade nas reservas privadas é o da Reserva *Monteverde Cloud Forest*. Com cerca de 50.180 hectares, é uma das reservas mais visitadas da Costa Rica com uma média anual de cinquenta mil ingressos e que mantém uma rica biodiversidade. Sua gestão é exercida por uma organização que não visa lucro, e se mantém com as taxas de ingresso cobradas aos visitantes. Da renda anual proveniente da venda de ingressos, 90 % do total são usados nos custos de manutenção do Parque e os outros 10 % são destinados para pesquisas do Centro de Ciência Tropical (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002).

Além da cobrança de ingressos, os parques públicos da Costa Rica são financiados por: (a) donativos; (b) taxas de concessão e uso (c) taxas de concessões de operação de torres de rádio e televisão nas áreas dos parques e da concessão para os zoológicos; (d) selos fiscais obrigatórios para emissão de alguns documentos como passaportes e também da renda líquida proveniente de lugares de entretenimento; (f) contribuições do Instituto de turismo da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002, p. 136).

Um dos pontos bastante positivos da organização do turismo alternativo na Costa Rica é a utilização de guias formados em biologia, que compõem 36 % do total de guias que atendem aos turistas nas áreas protegidas. O país aproveita muito bem seus parques públicos para ações de educação ambiental, como mencionam Eagles; Mccol e Haynes (2002, p. 30):

Na Costa Rica [...] foi necessário (desde 1960) que se desenvolvesse o gosto da apreciação, por parte da população em geral, da excepcional biodiversidade dos Parques em reservas naturais. Isso foi feito por meio de várias ações:

- Encorajando a visitação dos parques pelos residentes (valorização do contato direto);
- Canalizando experiências e facilidades educativas nos parques mais importantes (Ex.: construção de um centro de visitação interpretativa na entrada do Parque Nacional do Vulcão Poas);
- Interpretação direta no sítio (aquisição de conhecimento direto, pontos de demonstração indicativa com materiais e interpretes a disposição dos visitantes);
- Programa de educação ambiental nas escolas nacionais (assegurando, para as futuras gerações o entendimento da herança natural do país); e,
- Encorajando visitas de estudantes (os parques mantêm, individualmente, programas de visitação escolar).

Algumas iniciativas de organizações internacionais, como *World Wildlife Fund* (WWF) e Fundação Neotrópica, dentre outras, procuram promover ações interativas com o turismo ecológico, com iniciativas para manutenção da cobertura florestal e construção de *ecolodges*¹ que aproveitem e envolvam os materiais e os conhecimentos tradicionais locais. Outro aspecto recomendável para que os sistemas turísticos sejam considerados sustentáveis é a inclusão social.² A Costa Rica mantém iniciativas que tentam seguir este objetivo: o projeto do Parque Nacional da Costa Rica em uma associação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Unesco, prefere residentes locais ao envolvimento estrangeiro em projetos de recuperação do Parque (WEARING & NEIL, 2001).

Uma iniciativa piloto, que agrega seis cooperativas rurais, tem unido mais de cem famílias em diversos projetos que visam aproveitar o fluxo turístico, com iniciativas que compreendem a organização de roteiros guiados, acomodações locais e a venda de produtos produzidos na região. Também se observa muitas agências de turismo especializadas em turismo ecológico.

Apesar dos diversos pontos positivos do ponto de vista social e de roteiros turísticos pré-estabelecidos, a visitação não é homogênea, tampouco o é a oferta de opções turísticas que, além das atividades tradicionais de visitação, opera também o turismo esportivo e o de

1 Hotéis ecológicos.

2 A Declaração de Berlin (BERLIN DECLARATION, 1997), resultante do Fórum para o turismo Sustentável realizado em 1997, indica, em seus objetivos específicos (item 8): “O turismo deve desenvolver-se de forma que beneficie as comunidades locais, fortaleça a economia e empregue força de trabalho da região e seja ecologicamente sustentável, use materiais e produtos agrícolas locais e habilidades tradicionais. Devem ser introduzidos mecanismos, incluindo políticas e legislação que assegurem o fluxo de benefícios para as comunidades locais”.

aventura. Este é um dos problemas que os costarriquenses tentam resolver com a gestão dos roteiros turísticos (ANDREU, 2003).

Problemas do turismo na Costa Rica

Em razão dos avanços no fluxo turístico nas áreas protegidas, os efeitos negativos têm aparecido. As áreas mais visitadas apresentam impactos ambientais mais sérios e grande quantidade de lixo em alguns lugares mais frequentados, como resultados dos problemas de coordenação dos parques. Já nas áreas com baixa visitação, devido à falta de recursos, os investimentos em infraestrutura não têm sido suficientes para que sejam oferecidos serviços de boa qualidade aos turistas. Tais áreas são evitadas pelas operadoras de turismo do país, reduzindo sua rentabilidade e diminuindo ainda mais suas capacidades de investimentos. Os investimentos são imprescindíveis para que essas áreas protegidas se tornem mais competitivas, em termos de mercado, e se juntem aos outros parques mais evoluídos em seu manejo e cuidados com a natureza. (ANDREU, 2003).

As críticas internacionais com relação à exploração turística dos parques protegidos da Costa Rica são muito mais amenas que as próprias críticas internas, conforme registra Andreu (2003, p. 420):

[...] organizações como a FECON, Federação Costarriquense para a Conservação da Natureza, o termo **turismo ecológico** foi convertido simplesmente uma palavra que muitos utilizam para abrigar o afã de lucro dos investidores na atividade turística, que buscam unicamente ganhos e não se preocupam com a conservação dos recursos naturais.

A Costa Rica, ao mesmo tempo em que consegue, com a ajuda do turismo ecológico, aumentar seus recursos e suas áreas preservadas fora dessas reservas, é acusada de ser um dos países com as mais altas taxas de destruição de selvas tropicais. O turismo ecológico, principalmente em áreas privadas tem formado *enclaves* na sua implantação e manejo, criando complicações para sua imagem (HELMUT JANKA, apud ANDREU, 2003). A possibilidade de formação de enclaves por parte do turismo ecológico é real e será analisada em detalhes mais adiante.

Um sério problema verificado é o da ausência de uma estrutura adequada de gestão e planejamento que considere a variável turismo ecológico dentro dos parques públicos e privados. O resultado é que o sistema se encontra despreparado para organizar medidas que aumentem a capacidade de resiliência das trilhas, manter estratégias adequadas de dispersão dos turistas (organização de grupos nas trilhas), oferecer acomodação apropriada nos sítios, além de dispor de materiais interpretativos, planos de manejo do lixo e programas educacionais e de treinamento dos guias de turismo (WEAVER, 1998).

Não existe um perfeito entendimento entre a gestão do turismo e a gestão dos parques. As decisões do Conselho Nacional de Turismo e a dos responsáveis pela administração dos parques públicos em geral não consideram os impactos de longo prazo provocados pelo turismo. Os parques têm sofrido com as invasões ilegais por parte de mineradores e de agricultores ilegais nas áreas de preservação. Verifica-se, então, um embate entre quem busca a sobrevivência e os ambientalistas, os primeiros defendendo a necessidade de soluções para

as populações no entorno dos parques que necessitam de alguma atividade que possibilitem sua manutenção de forma sustentável e, os últimos, tentando manter intocados os ecossistemas protegidos nos parques.

Também representa sério entrave para a boa gestão do turismo na Costa Rica a inadequação da gestão dos fundos governamentais que, devido às dificuldades de um país submetido à instabilidade de uma economia sustentada pelo agronegócio e o turismo, não consegue manter um fluxo homogêneo de fundos e, conseqüentemente, dificulta a administração de investimentos e pesquisas que deles dependem. Com relação à gestão de fundos, residem ainda problemas de outra natureza: alguns parques que não conseguem se autossustentar com a exploração do turismo ecológico como o Parque *Tortugueiro*, por exemplo.

Também o fluxo de fundos internacionais carece de melhor gestão. A dispersão da gestão tem provocado redundância de ações na mesma área, dissipação de energias e rivalidades desnecessárias entre as organizações não governamentais que mantêm ações nas áreas de proteção. A dificuldade em se contabilizar e disponibilizar informações adequadas sobre quanto dinheiro tem sido alocado, conseqüentemente, provoca distorções na alocação de recursos. Isso acarreta outro problema: a exigência burocrática de cada vez mais documentos e relatórios para a liberação de novos investimentos, tornando mais custosa a gestão dos recursos em detrimento de outros gastos que poderiam ser mais úteis para o desenvolvimento das áreas protegidas.

Talvez o mais grave dos problemas apresentados com o sistema turístico da Costa Rica é que os efeitos positivos que poderia ter sobre as comunidades locais são duvidosos. A participação no desenvolvimento e gestão, na geração de renda e no incremento das economias locais têm sido modestos. Apesar de as comunidades do entorno dos parques indicarem um alto índice de satisfação com o crescimento do turismo, as organizações do *trade*, principalmente os grandes *ecolodges*, têm feito muito pouco para melhorar as condições de vida da comunidade. Apenas algumas empresas tomam a iniciativa de priorizar a contratação de guias locais e pessoas das próprias comunidades do entorno para servir aos turistas, oferecendo treinamento de forma a dotá-los da competência exigida.

O futuro do turismo na Costa Rica

Uma das ideias para que se resolvam os problemas de gestão dos parques públicos da Costa Rica é a implantação de megaparques com a absorção das zonas de amortecimento de parques próximos, de forma a reduzir os impactos ambientais com a criação de corredores ecológicos mais eficientes. Uma outra ideia é o aumento do valor das taxas de ingresso nos parques públicos para os turistas estrangeiros, de forma a reduzir a carga turística. Essa ideia tem esbarrado na falta de entendimento entre o Conselho Nacional de turismo, que é contra, e o Serviço Nacional de Parques, a favor.

A ideia da formação de um *cluster*¹ turístico é explorada por Segura e Inman (1998), que comentam acerca da necessidade de definição de uma identidade para a atividade turística local, ressaltando que isso somente ocorrerá com o surgimento de lideranças fortes no *trade* turístico e quando se superarem as disputas políticas internas que interferem negativamente na proposição de ações organizadoras do setor. Sobre as possibilidades de formação do *cluster* comentam:

Se requer algumas coisas para que esta visão prevaleça: definir e vigiar o cumprimento de padrões de densidade na infraestrutura; prover assistência técnica às pequenas empresas em temas tais como padrões arquitetônicos, mercado e gestão, ecoeficiência, entre outros (SEGURA e INMAN, p. 8).

Independentemente dessa discussão, o governo planeja dobrar, até o ano de 2020, o fluxo turístico da Costa Rica (previsão de 2,3 milhões de turistas), com a construção de dezoito mil novas unidades habitacionais,² públicas ou privadas. Prevê-se a priorização de recursos para pequenas e médias empresas que ainda não mantêm uma boa infraestrutura turística (MÉXICO, 2002).

Esse grande projeto pode ter sucesso desde que o país encare os atuais problemas de estradas em mal estado, delinquência e exclusão social próximos aos seus parques, além de implantar ações que vise aprimorar a gestão dos parques com problemas financeiros e, assim, viabilizar seu funcionamento.

O TURISMO NO MÉXICO

Breve histórico do turismo no México

O México tornou-se um dos dez maiores destinos turísticos do mundo, investindo no turismo de Sol e Praia e tem a cidade de Acapulco como símbolo da gênese do turismo mexicano na década de 1940. No início da sua implementação o turismo era considerado uma atividade apenas complementar ante as perspectivas de industrialização da economia do país (ANDREU, 2003).

Apesar do grande crescimento do turismo a partir da década de 1970, seu desenvolvimento sempre se deu de forma incidental, com muito pouco planejamento. Na época, a Cidade de Cancun foi escolhida para ser a grande vedete do desenvolvimento turístico mexicano. Por iniciativa do Governo Federal, fez-se crescer, do nada, um portentoso complexo turístico. Após trinta anos de fundação, a cidade de Cancun oferece mais de vinte e cinco mil UHs. Além de Cancun outros dois importantes polos turísticos foram implantados: Zihuatanejo e Bahia de Banderas. Apesar do planejamento, como veremos adiante, diversos efeitos colaterais, não previstos ou cujas ações mitigadoras foram insuficientes, ocorreram com o sistema turístico de Cancun.

1 O conceito de *cluster* no turismo pressupõe que essa atividade depende de empresas relacionadas — a montante, à jusante e na órbita de sua esfera de oferta de atividades de negócios, todos atuando de forma interligada (GOUVEIA; DUARTE, 2001, p. 17).

2 Unidade Habitacional – UH, corresponde a uma unidade de hospedagem (quarto, apartamentos, suítes etc.).

Tais polos foram planejados pelo governo central de forma a reduzir as diferenças socioeconômicas. Suas localizações seguiram critérios de avaliação que se definiram pela proximidade com zonas de baixa renda, com potencial de crescimento agrícola que pudesse interagir com a atividade turística e onde se pudesse impulsionar o crescimento de complexos agroindustriais (COLLINS apud BROHMAN, 1996). Os investimentos em infraestrutura foram financiados com recursos do próprio governo e empréstimos do Banco Mundial. Por essa época o setor turístico mantinha, aproximadamente, 190 mil empregos diretos e indiretos (ANDREU, 2003).

O grande impulso do turismo talvez se deva à criação do Fundo Nacional de Fomento ao Turismo (FONATUR), remanescente da união de dois fundos de financiamento ao turismo até então existentes. O FONATUR foi criado para financiar projetos turísticos e promover uma orientação estratégica da instalação de novos sistemas turísticos no país em áreas de interesse nacional (FUENTES, 1979). Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, o setor cresceu com projetos que aliavam investidores locais e cadeias internacionais especializadas, como a Rede Hilton, por exemplo, em cidades como Acapulco. Outros grandes centros turísticos, com foco no negócio do turismo de Sol e Praia, desenvolveram-se de forma não inteiramente planejada, como Cozumel, Mazatlán, Puerto Vallarta, Veracruz, LaPaz e Manzanillo, além de grandes cidades como a cidade do México, Guadalajara e Monterrey.

Um dos principais produtos alternativos, a predominância do turismo de Sol e Praia do México, localiza-se no estado de Chiapas. Ali, o turismo aparece como uma alternativa para a diversificação da economia extremamente centrada. O interesse e a visitação turística desse roteiro existem desde a década de 1920, entretanto, em 1988, a região atraiu a atenção do governo e de organismos internacionais em um projeto cooperativo para implementação do Programa do Mundo Maia, com princípios de sustentabilidade. A partir de 1995, iniciou-se a implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor de turismo da SECTUR, ambicionando aumentar o alcance da atividade nas regiões mais pobres do México, preservando os atrativos turísticos, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais.

Organização e gestão do turismo no México

Além do fabuloso patrimônio turístico representado pelo complexo baseado no Sol e Praia, o patrimônio histórico, cultural e natural do México é imponente. Da mesma forma que a Costa Rica, o país mantém uma grande biodiversidade e muitas áreas preservadas. No total são 103 áreas protegidas, públicas ou privadas que compreendem 8,9 % do território total do país que é de 1.973.550 km² (ANDREU, 2003). O Sistema turístico do país é gerido pela Secretaria de turismo – SECTUR.

A exploração do turismo ecológico no México é incipiente, não se constituindo no principal motivo da viagem dos turistas que desembarcam no país. Entretanto, mantém um grande potencial, como já foi mencionado, e conta com outros fatores que pode impulsioná-lo, como: a proximidade com um dos maiores mercados emissores do mundo, os Estados Unidos da América; as grandes possibilidades da combinação do patrimônio natural e histórico para oferta de produtos turísticos diferenciados e a possibilidade de interação com os demais sistemas turísticos da América Central. Um exemplo de como essa interação

pode ocorrer é o circuito ecológico do Mundo Maia, um roteiro turístico que envolve cinco países: Honduras, El Salvador, Belize e o próprio México (ANDREU, 2003).

O México é um dos oito principais destinos turísticos do mundo, com trinta e cinco milhões de desembarques em 2016 (WTO, 2017) ocupando, atualmente, cerca de 2 milhões de pessoas empregadas no setor, o que significa quase 9 % da população economicamente ativa (EDITUR apud ANDREU, 2003). Mantém uma oferta de produtos turísticos bastante diversificada (Figura 2) e uma boa interação entre estes produtos. O turismo de Sol e Praia tem ajudado a estimular o crescimento do turismo ecológico. Cancun, por exemplo, recebe aproximadamente 2,7 milhões de turistas por ano. Parte desse fluxo alimenta alguns dos principais sistemas turísticos do México, os estados de *Quintana Roo* e *Chiapas*, por exemplo.

Figura 2 – Principais sistemas turísticos do México



Fonte: Brenner & Aguilar, 2002, p. 512. Elaborado a partir de informações de México, 2004b.

O estado de *Quintana Roo*, além da extensa costa, abriga o sistema turístico da ilha de *Cozumel*, que recebe em seu Parque Nacional aproximadamente setecentos mil pessoas por ano, e a pequena Ilha das *Mujeres* que, na década de 1970, recebia em média quarenta pessoas por semana e atualmente são 1.800 visitantes por mês. Esse sistema é particularmente interessante em razão do envolvimento da população na sua gestão. Uma entidade formada por representantes do *trade* local e da sociedade civil, denominada *Amigos de Isla Contoy*, mantém diversas iniciativas para organizar o turismo e preservar a natureza. No estado de *Quintana Roo* proliferaram-se inúmeros “centros artificiais de contato com a natureza”, basicamente grandes parques temáticos preparados para receber grandes contingentes de turistas e com atratividades exemplares de seus ecossistemas (ANDREU, 2003).

Já o estado de Chiapas, é um importante sistema turístico, com suas várias áreas protegidas e atrações, como o Parque Nacional *Cânon del Sumidero*, que abriga um *canyon* com 32 quilômetros de extensão ao longo do rio *Grijalda*, com paredes de até mil metros de altura. Outros estados mexicanos mantêm formas de exploração do turismo ligados à natureza, como *Yucatán*, cuja grande atração é a Reserva de *Ria Largatos*, que recebe aproximadamente trinta mil turistas por ano e o estado de *Michoacán*, que tem como atração estrela o Santuário de *La Papallona Monarca*, que recebe 150 mil visitantes ao ano, mas de forma muito concentrada, chegando a receber alguns dias até cinquenta mil pessoas (MÉXICO, 2004b).

Problemas do turismo no México

Um grande sistema turístico, combinado com décadas de erros na condução da política econômica do México, por certo, atraem grandes problemas. Um dos mais relatados se constitui na elitização e monopólio internacional do *trade* turístico. As políticas de financiamento e incentivos no início da implantação dos grandes complexos turísticos mexicanos, como Cancun, por exemplo, privilegiaram o já fortíssimo monopólio internacional que controla o turismo mundial. Segundo Fuentes (1979), os Estados Unidos da América puderam suspender as restrições ao turismo emissivo, a partir da década de 1960 porque a maior parte das divisas que saíam de seu país retornavam na forma de repatriação de lucros de grandes empresas como *Intercontinental Hotels Corp* e *Diners Club*, cujas ramificações controlam companhias aéreas, locadoras de automóveis, restaurantes, dentre outras empresas que exploram o turismo.

Essa elitização do *trade* pode ainda ser observado no reflexo sobre os hotéis controlados normalmente pelos investidores locais, a quem apenas resta hospedar os turistas nacionais, operando com uma taxa média anual de 50 % de ocupação no segmento de pequenos e médios empreendedores do *trade*, insuficiente para promoção de novos investimentos e amortização dos anteriores. Enquanto isso, as grandes redes internacionais que monopolizam o fluxo de voos *charter* e pacotes vendidos por grandes operadoras internacionais operam com uma taxa média de 70 a 80 % de ocupação.

No desenvolvimento do turismo mexicano na década de 1970, durante a implantação de novos polos turísticos, principalmente Cancun, foram criados diversos mecanismos legais e institucionais para possibilitar o dribble das barreiras à chegada do capital internacional, principalmente da Constituição, que não permitia a estrangeiros a posse da terra. Foi utilizada a criação de parcerias financeiras (fundos de investimentos), determinadas pela posse de títulos divididos entre investidores nacionais e estrangeiros que controlam as empresas turísticas, mas a quem não é outorgada a posse da terra.

O processo de reforma agrária também foi um mecanismo utilizado, pois permitia a remoção de grande número de camponeses com a criação de novas áreas com implementação de programas sociais de reassentamento. Esta remoção possibilitava a desapropriação de áreas de “utilidade pública” para projetos governamentais e, dentre esses, os projetos de novos sistemas turísticos.

Os grandes polos turísticos têm desalojado também os pescadores que moravam nas proximidades. Esses pescadores ajudavam a preservar essas áreas, mas não possuíam títulos de propriedade, o que facilitou sua remoção. Assim, os grandes complexos turísticos surgiram, invadiram e dominaram extensas áreas nas costas do México (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p. 736). Não bastasse a mudança forçada dos moradores, estes se enfurecem com o aumento do seu custo de vida, provocado pelo crescimento da demanda originada pelos complexos hoteleiros (SCHLUTER, 2002).

Isso indica, em uma análise mais imediata, a capacidade do capital internacional em se apropriar da melhor parte dos lucros da atividade turística, sem o ônus das inversões necessárias para a implantação da infraestrutura, extremamente onerosa e arriscada e com amortização muito lenta, sem limitar sua capacidade de gestão e seu poder de influência na superestrutura (ordenação jurídico-administrativa), cujos gastos com *lobby* significam um custo muito menor.

O próprio *trade* turístico é responsável pelo maior número de ocupações ilegais de áreas protegidas na costa do México. De um total de 8.800 ocupações pelo setor do turismo, 2.200 são autorizadas legalmente e são contabilizadas 6.600 como ilegais (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

Na mesma direção, existem críticas ao processo de planejamento e ação de implantação do turismo em Cancun, indicando que o número de empregos criados foi aquém do que havia sido planejado e que os movimentos de migração da população, da zona rural para as imediações do Sistema Turístico de Cancun, não foram alvos de preocupações das políticas públicas da época, causando deficiências de abastecimento de água e de ordenamento das zonas residenciais de populações de baixa renda. Outro importante efeito é o da especulação imobiliária das regiões do entorno e dos locais de interesse do Sistema Turístico (FUENTES, 1979).

Com referência aos empregos criados, um problema que no turismo é recorrente, o da sazonalidade, também tem sido observado no México. Os trabalhadores menos qualificados sofrem mais com a perda do emprego durante as épocas de baixa temporada, principalmente em zonas onde existe um menor fluxo turístico. Como observam Archer e Cooper, este efeito está presente nos processos de implantação de sistemas turísticos em países em desenvolvimento:

No nível operacional, os postos mais bem remunerados, mais “respeitáveis”, nos hotéis e outros estabelecimentos são às vezes ocupados por estrangeiros que têm o necessário conhecimento técnico e experiência suficiente. Por outro lado, os empregos de remuneração mais baixa, mais desprezíveis, são reservados para a população local (2001, p. 91).

Os primeiros sistemas turísticos planejados de complexos turísticos do México apresentavam a preocupação focada nos impactos positivos da economia e já chamavam a atenção devido aos impactos ambientais e sociais negativos que causavam (ROGOZINSKI, 1980, p. 20). O intercurso dos turistas nas culturas tradicionais provocou rupturas em seus estilos de vida além dos, já mencionados, impactos ambientais, causados pela instalação da

infraestrutura destinada a propiciar conforto ao turista, como os grandes aeroportos, por exemplo.

Alguns grandes complexos turísticos foram responsáveis por drásticas alterações da paisagem com instalação de grandes estruturas sem preocupação com os efeitos negativos sobre o ambiente e com o meio de vida de algumas comunidades no entorno destes complexos como o aumento da prostituição e a degradação ambiental, por exemplo. Estes mesmos complexos foram responsáveis pela intensificação dos contatos com comunidades tradicionais alterando profundamente seus estilos de vida (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

O Complexo de Cancun hoje apresenta impactos sociais e ambientais negativos significativos, que se deixam transparecer, como menciona Fennel, na forma de “praias e lagos muito poluídos e o surgimento de uma economia marginal, entre os poucos capazes de captar os rendimentos do turismo e os muitos que literalmente foram deslocados da produção tradicional” (2002, p. 128).

O planejamento inicial do governo de integrar o turismo à agricultura tem falhado. Não se verifica uma integração local efetiva dos sistemas produtivos agrícolas com os grandes complexos turísticos. Os pequenos fazendeiros de Quintana Roo, estado que abriga o complexo de Cancun, por exemplo, fornecem apenas 9 % das aves domésticas, 4,5 % das frutas e 3,4 % dos vegetais consumidas pelo sistema turístico. O que dificulta essa integração é que apesar da intenção estar expressa no planejamento governamental, não foram desenvolvidas ações de assistência e treinamento destes pequenos fazendeiros de forma a dotar a produção do padrão de qualidade exigido pelo Sistema Turístico (TORRES, 2003).

No caso específico do turismo alternativo e, mais ainda, no turismo ecológico, o México ainda tem um longo caminho a percorrer para tornar a atividade mais sustentável. Em alguns sistemas se vendem como turismo ecológico práticas de visitas que, na verdade, apenas exploram a natureza. Verifica-se nestes sistemas, uma necessidade de maior profissionalização das operadoras especializadas. Na Baía de La Paz, por exemplo, algumas das vinte e duas operadoras especializadas cometem erros sendo condescendentes com turistas que querem, por exemplo, recolher “souvenires” como conchas, pequenos animais vertebrados ou mesmo permitindo a pesca durante mergulhos que deveriam ser de observação. Entretanto, neste local, observam-se esforços e programas voluntários de educação ambiental, envolvendo tais operadoras em trabalhos com as escolas da região (MONTEROS, 2002). Como se pode constatar, o México se apresenta como um grande ambiente de experiências boas e, principalmente, más, com a intensificação do desenvolvimento turístico.

Não existem dados estatísticos sobre o turismo ecológico no México que auxiliem a tomada de decisão para políticas públicas, permitindo um melhor direcionamento dos recursos destinados a esta complexa e enorme rede de polos turísticos. Os dados estatísticos são gerais e não consideram as peculiaridades da visitação em sítios como os Parques Nacionais e outros que aliam a exploração do patrimônio cultural e natural (LASCURÁIN, 1999).

O futuro do turismo no México

O fato de o México ter se tornado, antes dos demais países da América Central e Caribe,

um grande centro turístico, traz vantagens e desvantagens. Do ponto de vista de aprendizado acerca da gestão de grandes complexos turísticos como o de Cancun, pode-se dizer que o sistema turístico está bastante maduro e vem aprendendo com seus erros. Por outro lado, o turismo alternativo ainda tem muito que caminhar e aprender, até com seus vizinhos mais avançados em relação ao turismo ecológico, como a Costa Rica, Belize e Panamá, como afirma Lascuráin (1999).

O México deve aumentar os investimentos em seus sistemas turísticos, entre outras razões, pela necessidade de reduzir o maior crescimento populacional observado em suas costas. Os polos turísticos de Sol e Praia provocaram, nessas regiões, um inchaço populacional e o governo se preocupa agora em ordenar este crescimento, melhorar a gestão e aumentar a vigilância nas áreas protegidas localizadas próximo às costas, bem como a sua rica biodiversidade marinha (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001).

O país pretende organizar o processo de desenvolvimento de seus sistemas turísticos de forma a reduzir os efeitos negativos e alterar a imagem predominante de grande sistema turístico voltado para a exploração do turismo de Sol e Praia (LASCURÁIN, 1999). Segundo a OMT (WTO, 2004), o turismo para o interior do México — para sistemas combinados com atrativos baseados no patrimônio natural e cultural — vinha crescendo em torno de 5 % ao ano, após o atentado de 11 de setembro de 2001. Este crescimento arrefeceu, em razão da sua grande dependência de turistas proveniente dos Estados Unidos da América. Entretanto, é esperada a reativação desse crescimento no futuro o que poderá transformar esta modalidade de turismo na mais dinâmica em termos de crescimento e, se tomadas as decisões corretas e implementadas as ações adequadas, a mais sustentável.

Alguns aspectos positivos podem ser mencionados como a criação da Reserva Marinha *Hol Chan*, que não existiria sem a ação dos grupos de pressão que trabalharam para criá-la. Outros benefícios mencionados nas entrevistas com a comunidade são o aprimoramento dos meios de transporte entre a ilha e o continente e o aumento das opções de serviços e compras (McMINN & CATER, 1998).

É possível uma referência ao conceito de ciclo de vida de Butler (apud FENNEL, 2002), no desenvolvimento do turismo, destes sistemas turísticos, na pré-fase de instalação dos mencionados enclaves, quando se verifica o que se pode caracterizar como uma exploração pouco profissional, de um crescimento ainda lento do fluxo turístico, em pequenas pousadas ou hotéis sem muita sofisticação, que mantêm a expectativa de operarem com as rebarbas dos *resorts*. Neste período, segundo Hernandez, Cohen e Garcia, a atitude da população residente ainda é favorável à instalação dos *resorts* (1996). Com o tempo, este apoio se esvai, na esteira da percepção de que os benefícios não são tão grandes quanto pensavam e do inchaço das comunidades do entorno que atrai todo tipo de aventureiro e afoga a parca estrutura dos municípios ou localidades receptoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira importante constatação que se pode fazer após a observação do processo de criação e desenvolvimento de sistemas turísticos é a de que eles não são facilmente definíveis,

tampouco controláveis. Podem ser imensos complexos preparados para receberem grandes contingentes de turistas, operando com serviços em escala industrial ou se constituir em pequenas localidades remotas, com escassos serviços, vias e meios de transporte rudimentar e hospedagens espartanas, recebendo pequenos contingentes de turistas. O que é certo, é que seja em grande ou pequena escala, interferem na vida dos antigos residentes e no ambiente com consequências mais ou menos traumáticas.

Outra constatação é, novamente, a dificuldade com a definição das modalidades de turismo exploradas por estes sistemas turísticos. Embora tentem definir suas identidades estão sujeitos ao sabor da evolução do seu ciclo de vida. Em geral, começam tímidos com turismo em baixa escala explorando o que se pode definir com diversos tipos de turismo alternativo como o turismo ecológico, o turismo rural ou turismo de aventura, sendo visitados por visitantes aventureiros. O que redefine sua identidade é a mudança da quantidade e do perfil dos visitantes que, com o tempo, começa a mudar obrigando os sistemas turísticos a uma readaptação de sua oferta de produtos. Quanto mais ele empreende esse esforço para mudar, mais acelera a modificação de sua identidade até chegar a ser um sistema maduro, atendendo a muitos visitantes e provocando maiores impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos.

Países e regiões turísticas têm se esforçado para definir focos de atuação e suas marcas e ícones culturais e comerciais. Na Costa Rica, o turismo ecológico é a prioridade, na Guatemala e Equador, procura-se explorar as potencialidades naturais e o forte apelo cultural, enquanto o México se debate entre o turismo de Sol e Praia e todas as diversas potencialidades turísticas que possui. A crise de identidade dos sistemas turísticos provoca dificuldades de planejamento e gestão, bem como em dúvidas sobre qual o posicionamento mercadológico a ser adotado de forma a atrair o turista com o perfil mais adequado para sustentar economicamente os empreendimentos turísticos e os interesses da comunidade e do ambiente. A quem atender primeiro também é outra dificuldade causada por esta crise de identidade, em geral atende-se primeiro ao interesse de quem tem o poder de reduzir o ritmo de seu crescimento ou mesmo descontinuá-los: os detentores do capital.

Estas constatações são reforçadas pela análise dos efeitos do turismo sobre alguns sistemas turísticos maduros ou em formação que, pelo que foi observado, mantém um saldo negativo no balanço entre os interesses dos investidores e os interesses da comunidade aliados com os da natureza.

É certo que o turismo é um sistema produtivo sem chaminés e que apresenta várias vantagens em relação a outros setores. Entretanto, há que se desmistificar a visão, que normalmente se tem, de que se trata de uma atividade totalmente limpa e que promove o desenvolvimento local de forma incontestável.

Quando os sistemas turísticos começam a ficar conhecidos e atrair a atenção dos grandes investidores, em seu estágio inicial provoca a especulação imobiliária e o deslocamento dos moradores originais para áreas marginais, além de imigração nem sempre positiva para os indicadores sociais da região. Também se experimenta um gradual aumento do custo de vida da comunidade.

Quando maduros experimentam diversos efeitos nocivos de seu próprio crescimento, como a geração de grande quantidade de lixo, sobrecarga da infraestrutura existente em períodos (sazonalidade), destruição e modificação do ambiente com a interferência sobre a fauna e a flora e efeitos sociais e culturais nocivos como o aumento do crime, prostituição e a alteração dos hábitos culturais da comunidade autóctone. Experimentam também o preço de seu sucesso na forma de uma certa hostilidade por parte da comunidade que o recebe e com o tempo percebe que ficou de fora da festa.

Do ponto de vista da estrutura político-institucional e da acomodação e definição do poder de grupos de pressão, a implantação dos sistemas turísticos em países em desenvolvimento reproduz processos imperialistas, cujas regras são ditadas pelo capital internacional, que apenas faz sua aparição, quando tem certeza de que pode transferir para os contribuintes dos próprios países, os maiores riscos da formação dos grandes complexos turísticos. Portanto, um dos importantes critérios para definição de turismo ecológico, que é a participação local na gestão, também é uma das que menos frequentemente ocorre nos sistemas turísticos.

Não obstante todos os problemas mencionados, paradoxalmente existem efeitos positivos como uma maior conscientização das comunidades quanto ao valor da natureza e a criação de áreas protegidas, além dos empregos criados (embora de forma em geral segregada), com a reserva das melhores vagas para pessoas de fora da comunidade e, ainda, algum desenvolvimento local na forma de diversificação da atividade agrícola e melhorias da infraestrutura de transportes e serviços públicos.

Resta, portanto, que o melhor a fazer é ter consciência dos riscos, tentar se planejar e se preparar para os efeitos que estão por vir e aprender a gerenciá-los em benefício da sustentabilidade dos sistemas turísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREU, Marta G. N. **Ecoturismo, conservación de la natura i desenvolupament local: els casos de Méxic, América Central I les Grans Antilles**. Tesi Doctoral, Universitat Rovira I Virgili, 2003.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **turismo Global**. Tradução: A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- BERLIN DECLARATION. Berlin Declaration: Biological Diversity and Sustainable Tourism. (1997) Disponível em <https://www.bfn.de/fileadmin/MDB/documents/031402_berlinen.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BRENNER, Ludger; AGUILAR, Adrián Guillermo. Luxury Tourism and Regional Economic Development in México. **The Professional Geographer**, v. 54, n. 4, pp. 500-520, Oxford: Blakwell Publishing, 2002.
- BROHMAN, John. New directions in tourism for third world development. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, v. 23, n. 1, pp. 48-70, 1996.
- CARPENTER, Bruce Rogers. **Puerto Rico's Planned Development of Tourism**. Ph.D. Thesis. Political Science, International law and relations. Michigan: The American University, 1964.
- EAGLES, Paul F. J.; McCOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. **Sustainable Tourism in Protected Areas: guidelines for planning and management**. Word Commission on Protected Areas (WCPA). Cambridge: 2002. (Best Practice Guidelines Series, n. 8. – International Union for Conservation and Nature (IUCN)).
- FENNEL, David. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUENTES, Ana Garcia de. **Cancun Turismo y Subdesarrollo Regional**. México: Universidad Autónoma de México, 1979. (Série Cuadernos) GUIN/FERL. Costa Rica: turismo. **Enciclopédia Mirador Internacional**. São Paulo-Rio de Janeiro: 1979. v. 6, pp.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HAWKINS Donald E.; KAHN, Maryam M. Oportunidades para o turismo Ecológico nos Países em Desenvolvimento. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo Global**. Tradução: A. M. Capovilla; M. C. G. Cupertino; J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Ecotourism Statical Fact Sheet (2000)**. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org>>. Acesso em: mar. 2003.
- JUDD, Dennis R. El turismo urbano y la geografía de la ciudad. **Revista eure**, Santiago de Chile, v. 29, n. 87, pp. 51-62, sept. 2003.

LASCURÁIN, Hector-Ceballos. **Estratégia Nacional de Ecoturismo para México**. Disponível em <Gopher://csf.colorado.edu>. Acesso em: 04 dez. 1999.

McMINN, Stuart; CATER, Erlet. Tourism typology: observations from Belize. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, v. 25, n. 3, 1998, pp. 675-699.

MÉXICO. Secretaria de Turismo. **Boletín hechos y tendencias del turismo**. n. 11, sept. de 2002. 16 pp. Disponível em: <http://www.sectur.gob.mx>. Acesso em: mar. 2004.

MONTEROS, Roberto Lopez-Espinosa. **Evaluating ecotourism in natural protected areas of La Paz Bay, Baja California Sur, Mexico: ecotourism or nature-based tourism?** Netherlands: Biodiversity and Conservation, 2002, n. 11, pp.1.539-1.550.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de Polos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

RIVERA-ARRIAGA, Evelia; VILLA-LOBOS, Guillermo. The Coast of Mexico: approaches for its management. **Ocean & Coastal Management**, n. 44, pp. 729-756. 2001.

ROGOZINSKI, Jacques. **The Impact of Tourism in the Economy**. The Mexican Case. PHD Thesis, University of Colorado, 1980.

SCHLÜTER, Regina. **Desenvolvimento do Turismo as Perspectivas na América Latina**. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo Global**. Tradução: A. M. Capovilla, M. C. G. Cupertino e J. R. B. Penteado. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

SEGURA, Gustavo; INMAN, Crist. Inman. **Turismo en Costa Rica: la visión a largo plazo**, nov., 1998. disponível em: <http://www.uwstout.edu> Acesso em: abr. 2004

TORRES, Rebecca. Linkages between tourism and agriculture in Mexico. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: v. 30, n. 3, pp. 546-566, 2003.

ULATE, Allen Cordero. La vertiente social de los centros históricos del turismo. Los casos de playas de Coco, Limón y Puntarenas (Costa Rica). In: MULLOR, Ernest Cañada; BLÁZQUEZ, Macia. (Orgs.). **Turismo Placebo: nueva colonización turística del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe**. Managua: Edisa, 2011.

WEARING, John & NEIL, Stephen. **Ecoturismo: impactos, potencialidade e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

WEAVER, D. Bruce. **Ecotourism as Mass Tourism: contradiction or reality? What's the difference between ecotourism and mass tourism? Not much, perhaps**. Hotel And Restaurant Administration. Tourism-Cornell: Cornell University, Quarterly, 2001.

WORD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Mexico: Country-specific: arrivals of non-resident tourists at national borders, by country of residence 2012-2016 (09.2017)**. Disponível em <https://www.e-unwto.org >. Acesso em: maio 2018.

**PROPOSTA PARA OTIMIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO
VISITANTE AO RECANTO CACHOEIRA DA SAUDADE POR
MEIO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA¹**

*PROPOSAL FOR THE OPTIMIZATION OF THE EXPERIENCE OF
THE VISITOR TO THE RECOVERY WATERFALL OF SAUDADE BY
AN INTERPRETATIVE TRAIL*

*PROPUESTA PARA OPTIMIZACIÓN DE LA EXPERIENCIA DEL
VISITANTE AL RECANTO CACHOEIRA DE LA SAUDAD POR
MEDIO DE UNA TRILLA INTERPRETATIVA*

Wesley Neto Lima

Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Mato Grosso

wesley_nx12@hotmail.com

Bruno de Souza Lima

**Bacharel em Turismo com ênfase em ambientes naturais pela Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul; Mestre em Geografia pela Universidade Federal
da Grande Dourados; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da**

Grande Dourados

Bruno_mxsl@hotmail.com

Resumo: O atrativo Recanto Cachoeira da Saudade dispõe de um ambiente natural singular, o qual apresenta cenários preocupantes de exploração enquanto atividade turística. A cachoeira necessita de medidas que auxiliem em sua conservação, na tentativa de oferecer uma experiência de maior qualidade ao visitante. Esta pesquisa buscou oferecer alternativa para otimizar a experiência da visita ao Recanto Cachoeira da Saudade, propondo a implantação de uma trilha ecológica interpretativa no recanto. Para a concretização de tal proposta, além do levantamento bibliográfico, foram realizados trabalhos de campo visando o mapeamento da área, procedimento formalizado por meio da coleta de pontos de GPS e registros fotográficos, os quais possibilitaram posteriormente a elaboração dos mapas síntese que fundamentaram a proposta da trilha. Espera-se que o estudo realizado possa servir como modelo a ser efetivamente colocado em prática, auxiliando o empreendimento frente às possibilidades de planejamento e gestão da atividade turística.

¹ Este trabalho é uma derivação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelo acadêmico Wesley Neto Lima, desenvolvido para a obtenção do título de Bacharel em Turismo na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Palavras-chave: Educação Ambiental; Interpretação Ambiental; Atividades Ecoturísticas.

Abstract: The attraction Recanto Cachoeira da Saudade has a unique natural environment, which presents troubling scenery of exploration as a tourist activity. The waterfall needs measures to assist in its conservation, in an attempt to offer a higher quality experience to the visitor. This research sought to offer alternative to optimize the experience of the visit to the Recanto Cachoeira da Saudade, proposing the implantation of an interpretive ecological trail in the Nook. To achieve such a proposal, in addition to the bibliographic survey, field work was carried out aiming at mapping the area, formalized procedure by collecting GPS points and photographic records, which enabled Later the elaboration of the synthesis maps that substantiated the proposal of the track. The study is expected to serve as a model to be effectively put into practice, helping the enterprise in the face of the possibilities of planning and management of tourist activity.

Key-words: Environmental Education; Environmental Interpretation; Ecotourism Activities.

Resumen: El atractivo Recanto Cachoeira da Saudade tiene un entorno natural único, que presenta un escenario preocupante de la exploración como una actividad turística. La cascada necesita medidas para ayudar en su conservación, en un intento de ofrecer una experiencia de mayor calidad al visitante. Esta investigación buscó ofrecer alternativas para optimizar la experiencia de la visita al Recanto Cachoeira da Saudade, proponiendo la implantación de un sendero ecológico interpretativo en el rincón. Para lograr tal propuesta, además de la encuesta bibliográfica, se llevó a cabo el trabajo de campo con el objetivo de cartografiar la zona, formalizar el procedimiento mediante la recopilación de puntos GPS y registros fotográficos, lo que permitió. Posteriormente la elaboración de los mapas de síntesis que corroboraron la propuesta de la pista. Se espera que el estudio sirva de modelo para ser efectivamente puesto en práctica, ayudando a la empresa frente a las posibilidades de planificación y gestión de la actividad turística.

Palabras-clave: Educación Ambiental; Interpretación Ambiental; Actividades Ecoturísticas.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o uso dos recursos naturais tem sido constante, conforme indicam Lacerda e Cândido (2013), mobilizando diversos campos de pesquisa como a biologia, geografia, história, filosofia, gerando diversos debates acerca da temática ambiental, que visam propor alternativas para a utilização dos recursos naturais existentes, de forma a minimizar os danos presentes em sua exploração, sem comprometer a possibilidade do uso no futuro.

O atrativo Recanto Cachoeira da Saudade, localizado na cidade de Nova Xavantina (MT) é um ambiente natural singular, que apresenta cenários preocupantes de exploração enquanto atividade turística. Neste sentido, acredita-se ser possível minimizar os impactos da visitação no recanto e oferecer uma experiência de maior qualidade ao visitante por meio da implantação

de atividades voltadas ao ecoturismo e, conseqüentemente, pautadas nos princípios da sustentabilidade do turismo, interpretação e educação ambiental.

Seguindo esse caminho, a pesquisa teve como objetivo apresentar caminhos para otimizar a experiência da visita ao Recanto Cachoeira da Saudade, verificando as condições ambientais do atrativo e, posteriormente, propondo a implantação de uma trilha ecológica interpretativa.

Neste contexto, os levantamentos de campo, bem como as técnicas fotográfica e cartográfica tiveram papel primordial no desenvolvimento da proposta de trilha ecológica aqui apresentada, considerando que, tais procedimentos possibilitaram o reconhecimento da área e, posteriormente, fundamentaram as análises desenvolvidas para a elaboração da proposta da trilha. De maneira geral, a proposta de estruturação de uma trilha interpretativa visa valorizar a atividade ecoturística, acreditando que tais atividades sejam menos impactantes, uma vez que, estas baseiam-se nos princípios da educação e interpretação ambiental.

TURISMO, TURISTA E TURISMO NA NATUREZA

Considerando o turismo como uma das atividades mais apreciadas no século XXI, seu estudo apresenta-se como um fenômeno relativamente novo e crescente, conforme indicam Santana e Catramby (2010), uma vez que, esta atividade influencia e é influenciada pelas tendências que se apresentam ao longo dos anos, podendo ser colocado como uma atividade econômica que possui capacidade de estabelecer relações sociais entre visitantes e visitados e, conseqüentemente, propiciando uma série de mudanças (positivas ou negativas) nos locais aos quais é inserido, como aponta Barreto (2004). Mas afinal, qual seria efetivamente o significado de “turismo”?

A atividade turística pode ser entendida como o ato de viajar ou de se deslocar pelo território, ação a qual apresenta-se como intrínseca a característica do homem enquanto ser racional que, aos poucos, passou a planejar suas viagens, seus deslocamentos, a estudar os roteiros e o tempo gasto em suas viagens (BARRETO, 2013).

Segundo Youell (2002, p. 29), “Turismo é o movimento temporário e de curta duração de pessoas para lugares externos ao local em que normalmente vivem e trabalham, [...], por qualquer motivo, assim como visitas diárias ou excursões”. Em outra concepção, o turismo é indicado como “[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro [...]” (TORRES, 1992, p. 19).

Conforme Andrade (1992, p. 38), o turismo pode ser definido como “o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”. Para Barreto (1991, pp. 47-48), “o turismo é essencialmente movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, [...]. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação”.

Conforme os conceitos supracitados, podemos compreender que a linha de conceituação do Youell (2002) e Barreto (1991) transcorrem na linha de pensamento de que o turismo é

essencialmente movimento de pessoas por diversos motivos. No entanto, essa definição, se complementa com a ideia do autor Torres (1992), o qual indica que os motivos fundamentais para que turista se desloque são de caráter recreativo, descanso, cultura ou saúde, afim de usufruir de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação. O turismo é considerado então como uma atividade que possibilita a satisfação da necessidade humana em conhecer novos lugares, povos, costumes e ambientes diversificados em busca de novas experiências.

Contudo, é importante ressaltar que, a eclosão do turismo suscita de contextos históricos, os quais permearam a evolução dos deslocamentos do homem em virtude dos diferentes anseios que lhe foram sendo apresentados. Conforme descrevem Mill e Morrison (1992), o turismo tem suas origens no século VIII a.C., na Grécia, quando as pessoas viajavam com o interesse em assistir aos Jogos Olímpicos. Outros acreditam, entretanto, que o início do turismo se deu através dos fenícios, sendo considerados os “principais viajantes” da época, fato embasado por estes terem inventado a moeda e o comércio, o que propiciaria assim o aumento de seus fluxos.

De acordo com Trigo (2002), a Revolução Industrial, acompanhado da tecnologia ocasionou novas construções, principalmente no setor de ferro fundido, como torres, estações ferroviárias e enormes salões com estruturas grandiosas, arranha-céus, com estrutura em aço e “associada ao desenvolvimento do automóvel e grande embarcação a vapor; e do avião, associada à massificação das viagens e a redução do tempo de deslocamento” (SILVA, 2008, p. 24).

A possibilidade de levar um grande número pessoas aos mais diversos destinos veio com o desenvolvimento das ferrovias e das hidrovias. Tem-se conhecimento de que esse momento representou um marco histórico no que diz respeito às significativas melhorias nos mais diversos setores da sociedade, possibilitando o crescimento do turismo global. Desse modo, esses e outros fatores (trens, navios, aço e energia a vapor) contribuíram para o desenvolvimento do turismo no século XIX.

Assim sendo, a Revolução Industrial teria exercido relevante papel no processo de desenvolvimento do turismo, uma vez que, este momento foi marcado pelas grandes mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, as quais influenciaram diretamente na atividade turística (OMT, 2003).

Dentro deste contexto de progresso e propulsão dos deslocamentos privilegiados pelos avanços dos transportes, tecnologia e aumento do tempo livre dos trabalhadores, Thomas Cook emerge como importante personagem no estabelecimento do turismo, o qual é apontado como o percussor das agências de viagem, fato questionado por alguns autores.

Com a “invenção do automóvel no século XX” (LUKACS, 2006, p. 110), o desenvolvimento de estradas trafegáveis favoreceram o deslocamento de pessoas para diversos destinos, aumentando cada vez mais as demandas turísticas. Pode se indicar a “evolução dos transportes turísticos como um dos fatores da diminuição da percepção de distância espacial, sobretudo em relação às atividades turísticas” (SILVA, 2008, p. 24).

Além disso, Daibert (2010) relata que, em virtude das mudanças benéficas em prol dos trabalhadores estabelecidas nas últimas décadas, como por exemplo: as férias remuneradas, a redução da jornada de trabalho, décimo terceiro salário, avanço tecnológico, bem como

facilidades de locomoção; estas possibilitaram maiores oportunidades para a realização de viagens, acarretando em um exponencial crescimento do turismo ao longo dos últimos anos. Do mesmo modo, Crompton (1979) relata que, diversificaram-se também os motivos pelos quais as pessoas procuram viajar, os quais podem ser relacionados com: lazer, negócios, cultura, saúde, esoterismo, ufologia, tecnologia, esportes, ciência, dentre outras motivações as quais estimulam o crescimento do fluxo turístico.

Neste contexto, na atividade turística, apresenta-se um ator fundamental na dinâmica deste fenômeno: o turista. As características e desejos dos turistas possuem intrínseca relação com os diversos segmentos turísticos que podem ser desenvolvidos, uma vez que, o perfil de tais turistas influencia no produto que será ofertado em um determinado atrativo turístico.

O aumento da atividade turística no polo receptivo determina uma série de aprimoramentos importantes, tanto de caráter estruturais como conjunturais oriundas diretamente do seu consumo no local. Para Castro (2002), o consumo do turista pode ser definido, simplesmente, como a aquisição de bens e serviços com o objetivo de satisfazer uma determinada necessidade. A presente explanação trará conceitos da terminologia “turista”, que pode em alguns casos ser apresentada como sinônimo de termos como: excursionista, visitante e viajante.

O turista é o indivíduo principal do fenômeno turístico, é ele quem utiliza os mais variados serviços da estrutura do turismo e, de fato, é o agente que movimenta o fluxo turístico de um determinado destino ou atrativo. Em 1972, Plog desenvolveu uma forma de classificação de turistas chamada de “modelo cognitivo-normativo”, classificação a qual tinha o propósito de dividir os turistas em função das suas preferências de viagens em aloccêntricos, mesocêntricos e psicocêntricos (PLOG apud BARRETO, 2003, p. 26).

Os aloccêntricos podem ser definidos como os turistas exploradores e aventureiros, que são aquelas pessoas que procuram lugares ainda não visitados, tendo a oportunidade de se relacionar com a população local em núcleos turísticos. Já os mesocêntricos são aqueles indivíduos que procuram realizar sua viagem sem companhia e suas viagens geralmente são direcionadas para destinos consolidados e reconhecidos, ou seja, lugares alçados de alguma reputação enquanto destino turístico de grande procura. Por fim, os psicocêntricos são definidos como aqueles que só realizam suas viagens com seus familiares, em sua maioria utiliza-se de “pacotes”. Sofre grande influência social e, suas viagens costumam acontecer em grupos (PLOG apud BARRETO, 2003).

No ano de 1977, Smith criou outro modelo de classificação dos turistas (Quadro 1). Na classificação do autor, encontra-se o primeiro tipo de turista o explorador, que são definidos como aqueles que pertencem a um pequeno grupo e que viaja a um determinado local a fim de ser o descobridor daquele como sendo os primeiros; o segundo turista é aquele definido como o turista de elite, que são aqueles que gostam de realizar viagens luxuosas e caras; o terceiro tipo de turistas é definido como excêntrico, que por sua vez são aqueles que procuram ficar distantes dos demais turistas; a quarta definição turista caracterizado como o incomum, que são aqueles que não dependem de agência, ou seja, o próprio indivíduo é responsável pelo planejamento de suas viagens e excursões, objetivando maximizar a experiência com a cultura local. Já o turista de massa incipiente, o autor define como aqueles que viajam para os destinos turísticos conhecidos, mas onde o turismo ainda não está totalmente formatado. O turista de

massa é conhecido, como aquele que viaja, para destinos turísticos já consolidados é perceptivo pela quantidade de turista que aglomera nesses atrativos. E por fim o *charter*, como aquele turista que tem pouco interesse na destinação em si, mas contando que suas férias tenham alimentação e hospedagem padronizadas e que lhe proporcionem entretenimento, (SMITH apud SWARBROOKE; HORNER, 2002).

Quadro 1 – Tipologia do turismo: frequência de tipos de turista e sua adaptação às normas locais.

Tipos de Turistas	Número de turistas
Explorador	Muito limitado
Elite	Raramente visto
Excêntrico	Incomum, mas visto
Incomum	Ocasional
Massa incipiente	Fluxo regular
Massa	Fluxo contínuo
Charter	Chegadas em massa

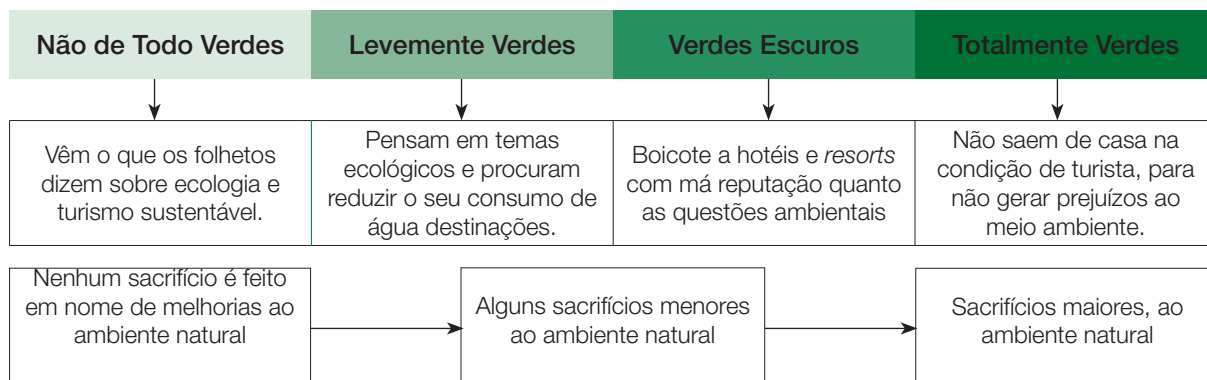
Fonte: Smith, 1989, apud Cooper et al. 2003, p. 203.

Adaptado por Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

Diante de tais conceituações, fica evidente a complexidade em se classificar o turista por meio de suas preferências. Apesar de a atividade turística ser abrangente acredita-se que o turista vem modificando seus padrões de consumo e tornando mais exigentes, Swarbooke e Horner (2002) desenvolvem uma classificação do turista mediante seu comportamento.

Swarbrooke e Horner (op. cit.) criam uma escala em um gradiente de verde, ou simplesmente escalas do “turista verde”. Os autores desenvolveram a escala de “sombras do Turista verde” (figura 1) classificando quatro categorias de turista: não de todo verdes; levemente verdes; verdes escuros e totalmente verdes, sendo como aqueles com não verde como o de menor interesse em questões ambientais, até o totalmente verde, considerado aquele com maior preocupação com os ambientes aos quais pratica suas atividades turísticas.

Figura 1 – “Sombras do consumidor verdes” em turismo.



Fonte: SWARBOOKE, 2002.

Adaptado por Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

Tais discussões de Swarbrooke e Horner (2002) traz à baila a discussão acerca do comportamento do turista em relação a educação ambiental, fato que impacta diretamente nas tentativas de compreender as condições que permeiam o turismo na natureza e, posteriormente, do ecoturismo, permitindo estabelecer relações com os tipos de turistas, sejam eles aloclétricos, mesocêntricos ou psicocêntricos, variando entre a escala do verde claro até o turista totalmente verde.

Conforme indica Ruschmann (2005, p. 9), o planejamento turístico: “consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atratividade”. Assim, dentro da proposta de inserção de atividades ecoturística no Recanto Cacheira da Saudade, é importante compreender este segmento.

Entretanto, o ecoturismo, enquanto segmento, está inserido dentro de um grande leque de atividades realizadas em meio ao ambiente natural, termo o qual é designado por alguns autores como Galvão (2004), Silva (2006), Lima, Silva e Martins (2016), Lima (2017) Lima, Silva e Boin (2017a) e Lima, Silva e Boin (2017b), como turismo na natureza, os quais indica que, este segmento é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e usufruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais.

Lima (2017) e Martins (2017) entendem que, o turismo na natureza seria tratado como uma abordagem mais ampla, a qual compreende todos os segmentos de turismo que tenham envolvimento com a natureza em seu uso, seja ele em busca de atividades que envolva maior adrenalina como o turismo de aventura, seja simplesmente buscando o contato com ambientes naturais como o turismo de natureza, ou enquanto um segmento que objetiva os princípios da conservação, interpretação e educação ambiental na tentativa de minimizar os impactos como o ecoturismo.

Mckercher (2002, p. 17) discorre que “O turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo”. Para tanto, o turismo vem sendo tratado como um mecanismo de fuga dos grandes centros urbanos, buscando atividade em meio a natureza como uma possibilidade de restabelecimento de suas energias e até mesmo para o equilíbrio psicológico por meio da interação com o ambiente natural durante seu período de descanso lazer (RUSCHMANN, 2005).

Para Luchiari (2007), a natureza proporciona uma desvinculação com o cotidiano, e o turismo atua como uma fonte de atração, onde permitem que turista/visitante vivencie diversas sensações como de liberdade, alegria, vontade de experimentar todo o conjunto de um ambiente natural como sons, cheiros, vencendo obstáculos e ampliando seus conhecimentos acerca da natureza.

Na relação com o turismo, nota-se que a natureza está cada vez mais sendo adaptada em um patamar que o seu uso se tornou um produto, de maneira que, os turistas, estão consumidos cada vez mais a natureza em médio-longo prazo, onde fazem deste espaço seu refúgio do cotidiano das cidades conforme indicam Eichenberg e Silva (2013).

Entretanto, Luchiari (2007, p. 36) chama a atenção para a contradição que emerge da intensificação desta relação entre o turismo e a natureza:

Essa aproximação da natureza empreendida pelo homem contemporâneo alimenta-se de uma contradição: enquanto induz e conscientiza para a preservação e a conservação do nosso patrimônio natural, promove a ampliação de sua exploração e de seu consumo. As próprias formas que vão mediar a relação entre o turismo e o território configuram-se a partir de um arsenal de objetos técnicos (infraestrutura urbana e turística) que, no limite, colocam em riscos a sustentabilidade de inúmeros ecossistemas.

Em concordância com Coriolano (2007), existe uma contraposição no que tange a distinção entre turismo e meio ambiente uma vez que são realidades inseparáveis. Diante desse fato o turismo é discutido como o causador da degradação do meio ambiente. Entretanto devemos atentar para as possibilidades que turismo, em suas atividades, possa ser desenvolvido primando a proteção e a conservação dos ambientes em que as atividades estão inseridas.

Cabe ao gestor o planejamento e desenvolvimento de mecanismos que minimizem os impactos negativos ao meio ambiente de forma que os recursos naturais possam ser usufruídos pelas próximas gerações. Dentro desta possibilidade, a sustentabilidade pode ser inserida ao planejamento através da educação ambiental e ecoturismo, na tentativa dessa minimização dos impactos negativos ao meio ambiente.

A conceituação de educação ambiental é abrangente e pode, em muitos casos, ser vista e entendida apenas com a integração com o meio ambiente e seus recursos naturais, no entanto, ela também se relaciona com questões sociais, o bem-estar do ser humano, e a participação da sociedade na construção de melhoria na qualidade de vida.

Conforme Sato (2004, p. 18) indica “A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas”.

A educação ambiental é um mecanismo que possibilitará sensibilizar e ao mesmo tempo despertar um sentimento de respeito aos direitos do cidadão, uma vez que perante a lei todos os cidadãos têm direito a viver em um ambiente que seja ecologicamente equilibrado, criando assim a interação entre povos, de diferentes costumes, hábitos, ou seja, de culturas diversas.

Quanto maior a quantidade de pessoas se sensibilizando e adquirindo conhecimento com a educação ambiental, maiores serão os benefícios socioambientais, pois possibilitará formar e preparar cidadãos para uma ação social íntegra, sem preconceitos, possibilitando-os uma reflexão sobre suas ações, hábitos vivenciados, conforme indica Jacobi (2003). De acordo com Brasil (1997), a educação ambiental é uma oportunidade de as pessoas mudarem seus comportamentos, suas atitudes perante o meio ambiente e aos recursos naturais.

Em consonância com as explicações anteriores, Neiman e Rabinovici (2002, p. 146) dizem: “a educação ambiental tem como um de seus objetivos formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza e com seu habitat”. Diante disso, podemos afirmar que, independentemente da metodologia, a educação ambiental deve priorizar formação de pessoas conscientes de seu papel e de sua relação com o meio ambiente de modo a primarem pela sustentabilidade, através

do uso racional dos recursos naturais, para que tanto no presente, quanto as futuras gerações possam também deles usufruir.

Para Faria e Carneiro (2001, p. 70) “A relação do turismo com o meio ambiente ocorre principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido”. Na cachoeira da saudade, a paisagem é notavelmente um elemento que impulsiona o fluxo de turistas para o atrativo, visto que, a condição dos diferentes elementos da natureza ali presentes (vegetação, recursos hídricos, rochas) formam um conjunto que estimula as práticas turísticas aquele local, conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Queda superior do Recanto Cachoeira da Saudade



Fonte: Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

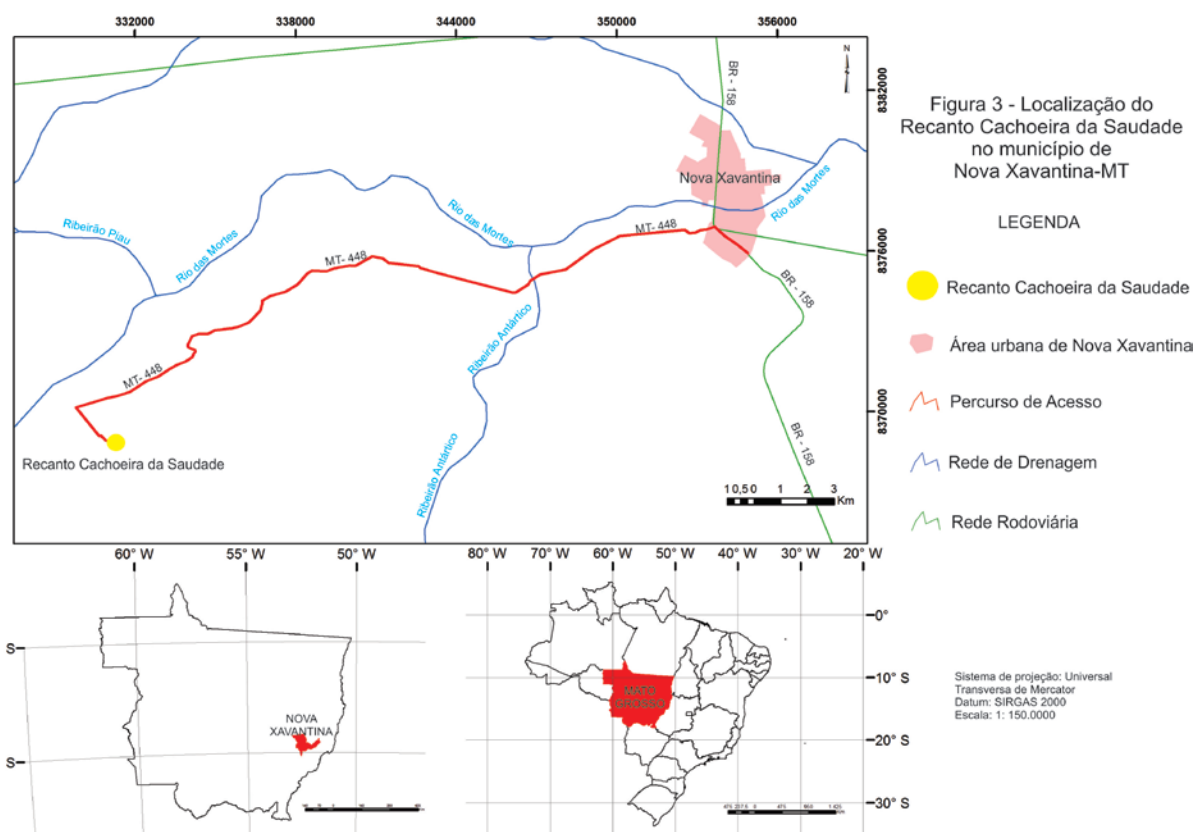
Considerando a expansão do turismo nas últimas décadas, este deve respeitar a compatibilidade do uso com a proteção do meio ambiente. Queiroz (2005) relata que várias medidas podem ser adotadas para diminuir os impactos ambientais do turismo a partir do planejamento da atividade, respeitando aos interesses da população local, como suas tradições e cultura, o zelo pela preservação de áreas protegidas ou ameaçadas.

A educação ambiental, sob esse aspecto, fomenta no ser humano um movimento de construção de valores que possibilita sua integração, de forma sustentável, com o meio ambiente, utilizando práticas que contemplem essas relações e que repercutem num futuro próximo corroborando a perspectiva da educação ambiental como pressuposto para um desenvolvimento sustentável do turismo.

MATERIAIS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O estudo foi desenvolvido no atrativo Recanto Cachoeira da Saudade (Figura 3), localizada a 39 km do Município de Nova Xavantina MT e está a 636 km distante de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Segundo o IBGE (2010), a população do município de Nova Xavantina é de 19.643 habitantes, abrangendo uma área total de 5.526,733 km².

Figura 3 – Localização do Recanto Cachoeira da Saudade no Município de Nova Xavantina (MT)



Fonte: IBGE, 2010.

O Atrativo Recanto Cachoeira da Saudade encontra-se as margens da MT-200, a estrada não possui pavimento asfáltico, bem como observa-se no decorrer do percurso apenas uma ponte de concreto, enquanto as demais são construídas em madeira e apresentam estado de conservação ruim. O horário de funcionamento do Recanto Cachoeira da Saudade é de domingo a sexta-feira, enquanto no sábado o recanto encontra-se fechado, no entanto, mesmo assim há a possibilidade de visitação através de agendamento prévio com o proprietário. A taxa de visitação atual (até 20/05/2018) é de R\$ 15,00 enquanto o valor para o acampamento (pernoite) é de R\$ 35,00 por pessoa. O atrativo Recanto da Cachoeira da Saudade, compreende uma área que abrange três quedas d'água de aproximadamente de sete a onze metros de altura.

Dentre os materiais usados na execução do trabalho de campo, o uso do GPS (Global Positioning System) de navegação Garmin Etrex, adotando-se como padrão a admissão de erros entre seis e dez metros, ao se analisar a área de pesquisa, essa margem de erro se apresenta como adequada para a escala de trabalho adotada. Também foram feitos registros fotográficos com *smartphones*.

Para o desenvolvimento do material cartográfico do local e de uma proposta de trilha, foi utilizado o *software* SIG *QGIS 2.14*, que possibilitou elaborar as cartas/mapas da trilha ecológica, além de possibilitar o uso da técnica de perfil de elevação, a qual colaborou com a compreensão da área pesquisada. Ressalta-se ainda o uso do *CorelDraw X7*, o qual permitiu realizar o acabamento dos mapas/cartas por meio da inserção de dados adicionais, perfis, dentre outras informações.

ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

O levantamento das atividades realizadas no recanto se deu por meio de observação *in loco*, e, onde observou-se que atualmente não é desenvolvida nenhuma atividade voltada ao segmento do ecoturismo que seja instituída pelo gestor do atrativo. Entretanto, nota-se que algumas atividades são praticadas de maneira informal pelos visitantes como: rapel, flutuação, mergulho, trilha ecológica, entre outros.

O planejamento da atividade visa contribuir para o processo de gestão do ecoturismo, proporcionar o uso adequado dos recursos naturais, com base em estudo de capacidade de carga e a seleção dos tipos de atividades a serem desenvolvidas, além de ser uma ferramenta necessária para o gerenciamento dos atrativos naturais em áreas com forte pressão de demanda como trilhas e cachoeiras (BRASIL, 2010). Portanto, nota-se a importância do ordenamento de tais atividades, de maneira que, o crescimento desordenado das atividades informais pode ocasionar sérios danos aos ambientes envolvidos.

Outro ponto observado no Recanto Cachoeira da Saudade foi a constatação de diversas ações de degradações tais como o vandalismo, desmatamento irregular, assoreamento e concentrações de lixos espalhados em toda sua extensão, como demonstra a Figura 4:

Figura 4 – Degradação do Atrativo Recanto Cachoeira da saudade



Fonte: Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

A Figura 4 demonstra que a presença do ser humano pode impactar o meio ambiente através do descarte de objetos ao ambiente, e como vemos na Figura 4b, demonstra vandalismo, em que o visitante realiza pichações nas rochas, além do risco de incêndios ocasionados pela formação de fogueiras, conforme mostra a Figura 4a. As figuras 4c e 4d apresentam registros de resíduos deixados pelos turistas em alguns pontos do atrativo.

A Figura 5 demonstra que, enquanto ambiente natural, o Recanto Cachoeira da Saudade já passou por uma série de intervenções humana em prol da satisfação de comodidade dos visitantes/turistas do atrativo. A figura 5a apresentam uma área desmatada para a instalação de bancos e mesas, assim como na figura 5b, que conta com a construção de sanitários em uma área que foi descampada. Já as figuras 5c e 5d exemplificam as adaptações de luminárias e câmeras instaladas na vegetação nativa em vários pontos do atrativo. Tais estruturas primam principalmente por atender necessidades como: comunicações, serviços básicos (água, luz, saneamento, segurança etc.). Apesar da importância destes serviços, estas intervenções podem causar cada vez mais impactos negativos frente ao ambiente, tais como desmatamento, assoreamento, perturbação sonora, inquietação da fauna, dentre outros aspectos. Um dos fatores que provavelmente contribuíram para a existência da infraestrutura de apoio às atividades de turismo no Recanto Cachoeira da Saudade, está na sua localização, uma vez que, o mesmo encontra-se relativamente afastado da área urbana.

Figura 5 – Instalações e Equipamentos do Recanto Cachoeira da saude.

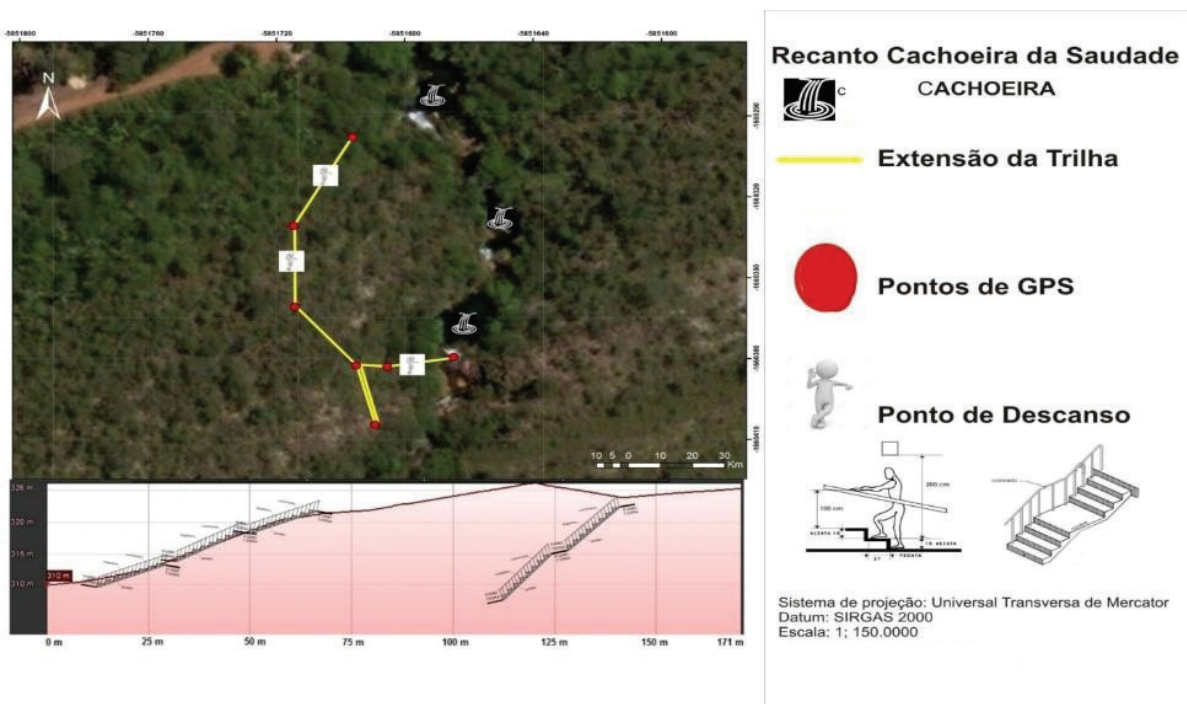


Fonte: Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

Perante tais fatos explicitados e, devido a necessidade de minimizar os impactos negativos ao atrativo, apresenta-se aqui o levantamento de possibilidades de inserção da atividade de ecoturismo, proposição que busca sua materialização tomando como base a inserção de uma trilha ecológica no Recanto Cachoeira da Saudade, possibilitando assim atribuir melhoras em sua visitação e experiência turística.

A proposta deu-se através da inserção da atividade ecoturística no Recanto Cachoeira da Saudade, tendo em vista que, a rota designada para a realização da trilha propiciará um roteiro que disponibilize informação e interpretação ambiental do ambiente encontrado no recanto, tomando com suporte placas, sinais e instruções, além da própria experiência pessoal de contato com o meio. Na figura 6 é possível observar a proposta de trilha, bem como apresenta-se o perfil topográfico do percurso e a indicação de pontos a serem estruturados, como por exemplo, escadarias para facilitar o acesso:

Figura 6 – Sugestão de Trilha e Perfil do Recanto Cachoeira da Saudade



Fonte:

Adaptado por Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

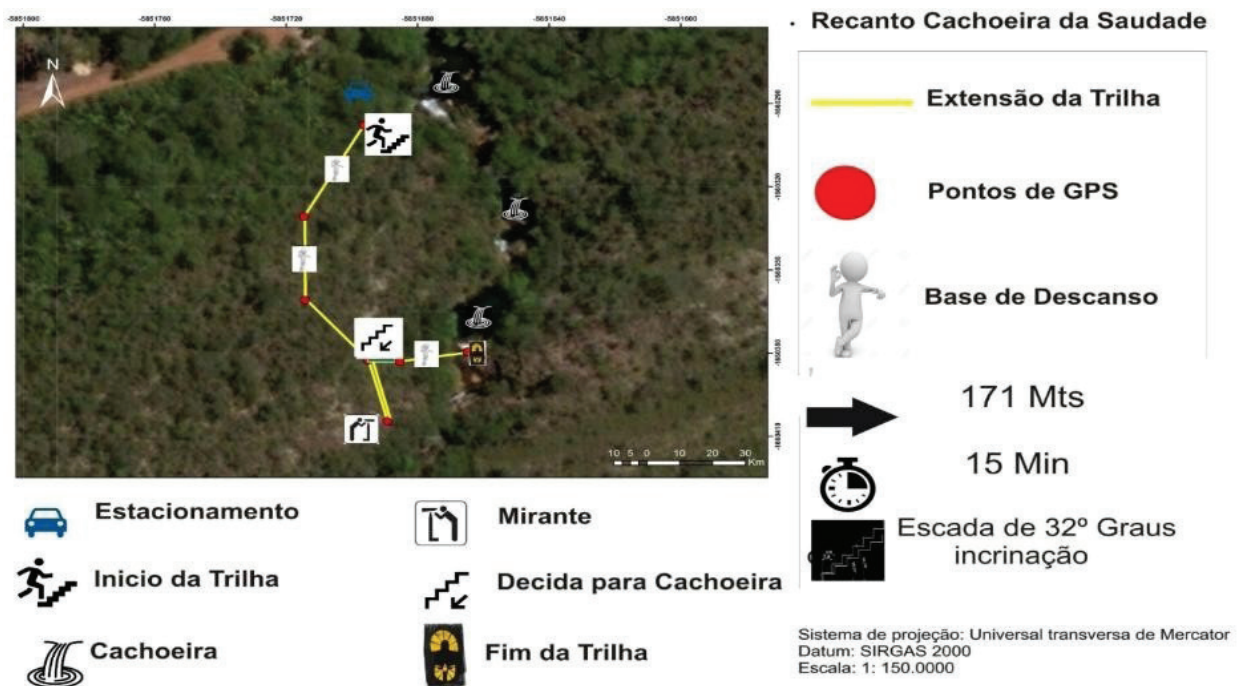
A função da trilha autoguiada interpretativa do Recanto Cachoeira da Saudade é de proporcionar atividades de lazer e oferecer oportunidades de observação, estudo e pesquisa e aprendizagem seguindo informações dispostas em placas. Para tanto as representações dispostas em placas informativas permitem obter conhecimento sobre as formações rochosas, fauna, flora, criando uma oportunidade ao visitante de ampliar seu conhecimento acerca do cerrado, bioma o qual está inserido o Recanto Cachoeira da Saudade.

As informações dispostas devem ser de fácil entendimento independente da experiência, conhecimento, linguagem e grau de instrução dos usuários. O projeto deve comunicar necessariamente informações efetivas ao usuário. As placas devem expressar de forma simples e objetiva as informações necessárias para a segurança do usuário e descrever informações do ambiente, informações estas que, devem ser utilizadas para promover a educação ambiental.

Para usufruir de todo o potencial que as trilhas podem oferecer há a necessidade que haja profissionais capacitados para oferecer melhor absorção da temática educação ambiental. Profissionais estes que podem ser professores, guias de turismo devidamente credenciados, pedagogos, entre outros. No atrativo Recanto da Saudade, poderá ser observado diversos atributos, como fauna e flora, relacionando-os com a educação ambiental e ao lazer.

Na figura 7 são apresentadas informações acerca da extensão da trilha, tempo de deslocamento, bem como início, fim e pontos de descanso da trilha. Tais informações são de suma importância, uma vez que, permite estabelecer grau de dificuldade da trilha, organização de grupos, bem como realizar planejamentos pertinentes quanto a organização de equipamentos e equipe de apoio. Já a figura 8 dispõe da representação fotográfica dos principais pontos que compõem a rota da trilha:

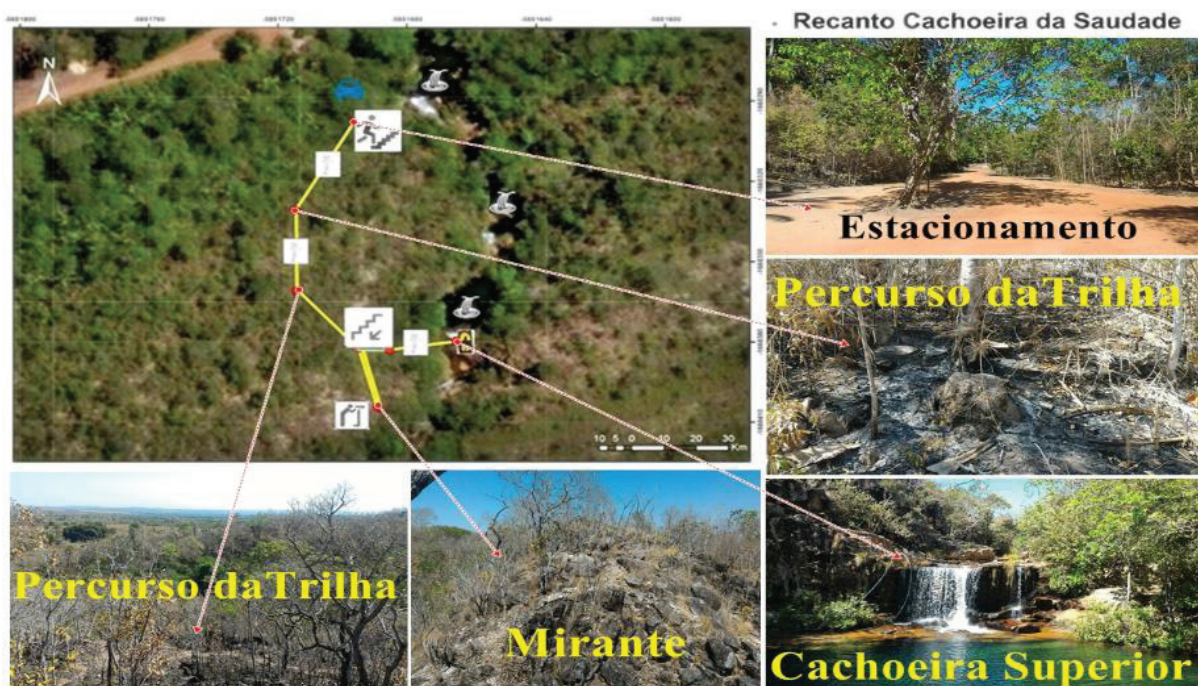
Figura 7 Sugestão de Trilha Recanto Cachoeira da Saudade



Fonte:

Adaptado por Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

Figura 8 – Sugestão de Trilha Recanto Cachoeira da Saudade com à Descrição dos pontos de GPS.



Fonte: Adaptado por Wesley Neto Lima; Bruno de Souza Lima, 2017.

Nesse contexto, a própria trilha percorrida dentro do atrativo Recanto Cachoeira da Saudade, pode tornar-se um local de informação, através de placas, sinais e instruções, além da própria experiência pessoal de contato com o meio; portanto, é possível aproveitar-se do percurso para promover a educação ambiental.

CONCLUSÃO

Atualmente, o atrativo Recanto Cachoeira da Saudade dispõe de estruturas e serviços que atendem os visitantes que buscam sua apreciação. Entretanto, diante dos apontamentos levantados pela presente pesquisa, percebe-se a geração de contundentes impactos negativos, tais como: poluição, ações de vandalismo, descaracterização do ambiente, bem como a falta de compreensão e interpretação por parte dos visitantes acerca dos elementos que compõem a paisagem.

A atividade ecoturística demonstra-se como oportunidade de incrementar a renda local, promover o respeito à conservação dos recursos naturais, e importante fonte de financiamento para as áreas protegidas. Porém, há a necessidade de recursos humanos e financeiros, bem como a reestruturação da infraestrutura de apoio no atrativo para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo.

Neste sentido, o presente levantamento buscou uma proposta de otimização de experiência da visita do espaço a partir de uma trilha interpretativa no Recanto Cachoeira da Saudade.

Tal análise foi amparada pelo trabalho de campo e do material cartográfico produzido, onde foi possível propor uma trilha ecológica interpretativa autoguiada, sendo assim possibilitando alternativa para minimizar impactos sobre o atrativo.

As medidas de desenvolvimento do turismo devem observar a importância da manutenção da beleza cênica e a integridade dos recursos naturais do Recanto Cachoeira da Saudade, pois é a qualidade ambiental que proporciona como bem-estar, tranquilidade e descanso ao turista, entre outros, além de promover momentos únicos de lazer e recreação.

Foi observado que o Recanto Cachoeira da Saudade pode passar por um processo de desenvolvimento da atividade ecoturística, possibilitando ao turista o contato com as paisagens, as quais constituem diferentes níveis de conhecimento advindo da visitação do espaço turístico. Tais potencialidades estão ligadas principalmente por elementos base das paisagens do recanto, como a litologia, formas de relevo, declividade e remanescentes de vegeta o nativa.

Neste sentido, espera-se que através da trilha interpretativa, seja possível educa o ambiental e interpreta o ambiental, possa servir de alternativa as atuais dinâmicas impostas na utiliza o dos recursos naturais do Recanto Cachoeira da Saudade. Desta maneira, evidencia-se as potencialidades do Recanto Cachoeira da Saudade para o desenvolvimento da atividade ecoturística promovendo a educa o ambiental nessa  rea. Além disso, espera-se que, a pesquisa possa ser usufruída pelo gestor para o desenvolvimento de futuros investimentos.

Não menos importante ressalta-se que, apesar do presente levantamento acerca das possibilidades da constru o de uma trilha interpretativa no Recanto Cachoeira da Saudade,   importante discorrer que, o efetivo funcionamento de tal trilha proposta, necessita do desdobramento de outras pesquisas complementares a esta ora apresentada, tais como aquelas que buscam evidenciar a capacidade de carga da trilha, a viabilidade econ mica, bem como o prognóstico de possíveis impactos negativos que venham a decorrer em fun o de sua implanta o.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papiros, 1991.
- _____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papiros, 2003.
- _____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos sócio-antropológicos. **Revista Turismo em análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, 1., Brasília, 1997.
- _____. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CASTRO, C. A. P. de. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. et al. **Turismo: princípios e prática**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papiros, 2007.
- CROMPTON, J. Motivations for Pleasure Vacations. **Annals of Tourism Research**, 6., n. 4, pp. 408-424, 1979.
- DAIBERT, A. B. D. Os Primórdios do Turismo Organizado em Petrópolis. In: ENCONTRO SEMINTUR JR. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. SABERES E FAZERES NO TURISMO: INTERFACES, 1., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: 2010. pp. 1-16.
- EICHENBERG, F.; SILVA, C. Turismo de Natureza: a relação homem/natureza e os seus desdobramentos a partir dessa categoria de turismo. In: ANJOS, F.; ANGELI, N.; LIMBERGER, P. (Orgs.). **Turismo e hospitalidade no Brasil**. Itajaí: da UNIVALI, 2013.
- FARIA, D. S. CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: EdUnB, 2001.
- GALVÃO, J. **O processo de planejamento do turismo de natureza: reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas**. Dissertação. (Mestrado em...) Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/AM0>>. Acesso em: 30 maio 2017.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LACERDA, C. S.; CÂNDIDO, G. A. Modelos de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos. In: _____; LIRA, W. S. (Orgs.). **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem**. Campina Grande: EdUEPB, 2013.
- LIMA, B. S. **Paisagens da Serra de Maracaju e suas potencialidades para o turismo de**

natureza. 2017. 311 f. Dissertação (Mestrado em...) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

_____.; SILVA, C. A.; MARTINS, P. C. S. Paisagens e turismo de natureza: potencialidades na Serra de Maracaju-MS/Brasil. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO. 9.; SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA. 5. 2016, Guimarães (PT). **Anais...** Guimarães (PT): Universidade do Minho (UMDGEO), 2016. p. 755-767.

_____.; _____.; BOIN, M. N. Unidades de paisagens da Serra de Maracaju para o turismo de natureza, Folha Nioaque (MS). In: (ENANPEGE). 12. 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017a. pp. 1384-1396.

_____.; _____.; _____. Compatibilização de dados cartográficos na elaboração de cartas de unidades da paisagem para o turismo de natureza. BOIN, M. N. In: _____.; _____.; MIRANTE, M. H. P. (Orgs.). **Geotecnologias aplicadas às questões ambientais**. Tupã: ANAP, 2017b. v. 2, pp. 94-117.

LUCHIARI, M. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: LUCHIARI, M.; BRUHNS, H. (Orgs.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

LUKACS, J. **Uma nova república: história dos Estados Unidos no século XX**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2006.

MARTINS, P. C. S. **Paisagem e Turismo de Natureza no Pantanal de Corumbá/MS/Brasil, Porto Suarez e Porto Quijarro/Santa Cruz/Bolívia e suas relações transfronteiriças**. 2017. Relatório de qualificação (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados, 2017.

McKERCHER, B. **Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade**. Contexto, 2002.

MILL, R. C & MORRISON, A. M. **The Tourism System: an introductory tex**. 2. ed. Englewood, 1992.

NEIMAN, Z; RABINOVICI. O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo. In: NEIMAN, Zysman (Org.). **Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002.

(OMT) . **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

QUEIROZ, Helder L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, pp. 183-203, 2005.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2005.

SANTANA, M. P. L; CATRAMBY, T. C. V. A Produção do Conhecimento em turismo no Estado do Rio de Janeiro (RJ). In: ENCONTRO SEMINTUR JR. – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. SABERES E FAZERES NO TURISMO: INTERFACES. 1. 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: 2010. pp. 1-9.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2004.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia)

– Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, F. R. de O. **Transportes Turísticos na Amazônia**: problemas e soluções dos principais pontos de acesso para a região. Aveiro (Portugal): Universidade DEGEI, 2008.

SWARBROOKE, J; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TORRES, De L. **El turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2002.

YOUELL, R. **Turismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto: 2002.

**ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE
DOURADOS/MS, ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2012.**

*PERFORMANCE OF THE MUNICIPAL TOURISM COUNCIL OF
DOURADOS / MS, BETWEEN THE YEARS 2004 AND 2012.*

*ACTUACIÓN DEL CONSEJO MUNICIPAL DE TURISMO DE
DOURADOS / MS, ENTRE LOS AÑOS 2004 Y 2012.*

Daniele Carla da Silva

Associação Comercial e Empresarial de Dourados/MS
daniele@aceddourados.com.br

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
crisfernandes_tur@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetivou dar continuidade ao processo de resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados – COMTUR, levantar suas principais ações entre os anos de 2004 e 2012, e fazer uma discussão sobre sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo no município. Pretendeu ainda falar sobre instâncias de governança e de como o conselho municipal de turismo se enquadra em suas ações. A metodologia do trabalho foi organizada através de pesquisa bibliográfica e documental, principalmente em atas de reuniões do conselho, sendo identificadas as ações mais importantes em que o conselho esteve envolvido. O estudo resultou na identificação das ações realizadas pelo conselho e pelo poder público referentes ao desenvolvimento do turismo para a cidade de Dourados. Este trabalho também mostra grande atuação da Prefeitura Municipal de Dourados e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, nas atividades do conselho.

Palavras chaves: Instância de Governança; Conselho Municipal de Turismo; Dourados.

Abstract: This work aimed to give continuity to the historical rescue process of the Dourados Municipal Tourism Council - COMTUR, to raise its main actions between 2004 and 2012, and to make a discussion about its performance and contribution to the development of tourism in the municipality. He also wanted to talk about instances of governance and how the municipal tourism council fits into its actions. The methodology of the work was organized through bibliographical and documentary research, mainly searches in minutes of council meetings, identifying the most important actions in which the council was involved.

The study resulted in the identification of the actions carried out by the council and public authorities regarding the development of tourism for the city of Dourados. This work also shows great performance of the Municipality of Dourados and the State University of Mato Grosso do Sul - UEMS, in the activities of the council.

Key-words: Governance Instance; Municipal Council of Tourism; Dourados.

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo dar continuidad al proceso de rescate histórico del Consejo Municipal de Turismo de Dourados - COMTUR, levantar sus principales acciones entre los años 2004 y 2012, y hacer una discusión sobre su actuación y contribución al desarrollo del turismo en el municipio. También pretendió hablar sobre instancias de gobernanza y de cómo el consejo municipal de turismo se encuadra en sus acciones. La metodología del trabajo fue organizada a través del referencial teórico, investigaciones en actas de reuniones del consejo, siendo identificadas las acciones más importantes en que el consejo estuvo involucrado. El estudio resultó en la identificación de las acciones realizadas por el consejo y el poder público referentes al desarrollo del turismo para la ciudad de Dourados. Este trabajo también muestra gran actuación del Ayuntamiento Municipal de Dourados y de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul - UEMS, en las actividades del consejo.

Palabras claves: Instancia de Gobernanza; Consejo Municipal de Turismo; Dourados.

INTRODUÇÃO

O município de Dourados foi criado em 20 de dezembro de 1935, e é a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, com uma população estimada em cerca de 218 mil habitantes (IBGE, 2018). Por sua característica de colonização, abriga diversas culturas como a paraguaia, indígena, libanesa, japonesa, gaúcha, nordestina, dentre outras.

Apesar de toda essa diversidade cultural, o segmento de turismo que mais cresce no município é o de negócios e eventos. Esse segmento é reconhecido pelo seu efeito multiplicador, uma vez que “os multiplicadores específicos do turismo permitem quantificar as variações dos níveis de renda, do emprego, do produto e da entrada ou saída de divisas, em decorrência das variações verificadas nos níveis iniciais de gastos com o turismo” (LAGE; MILONE, 2001, p. 127). Isso significa que o turismo é responsável por grande movimentação econômica, pois o *trade* turístico depende de serviços de outros segmentos, bem como mão de obra para acontecer.

No entanto, para que o turismo aconteça da forma esperada e principalmente, gerando os benefícios esperados, é necessário, dentre outras coisas, o planejamento, a capacitação e infraestrutura para melhor receber. Nesse sentido, buscando a integração do município de Dourados aos programas de incentivos federais para a atividade turística, e o desenvolvimento do turismo em Dourados, foi criado em 14 de setembro de 1999 o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Dourados. Segundo o regimento interno do conselho:

O COMTUR é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, com intuito de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município, bem como, responsável pela junção entre o Poder Público e a sociedade civil. (COMTUR, 1999).

Os conselhos municipais de turismo, caracterizados como instâncias de governança, ganham a adesão dos municípios brasileiros a partir da instituição da Política Nacional de Municipalização do Turismo, no final da década de 1990. Em nível nacional, as instâncias de governança para o turismo se consolidam com a criação do Conselho Nacional de Turismo, no mesmo ano de criação do MTur, em 2003. Com o início da criação do Ministério do Turismo e com a implementação do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, o incentivo à formação de instâncias de governanças regionais deixam ainda mais claro que, o modelo de gestão descentralizada adotado, à partir de então, deve passar, necessariamente, por instâncias de governança organizadas e atuantes.

Dentro dessa conjuntura, e visando a identificar a importância das políticas público-privadas para o turismo, em 2004, foi publicado o trabalho “O turismo municipal em Dourados sob a ótica do COMTUR: Um relato histórico”. Esse trabalho tinha por objetivo contar a história e funcionamento do COMTUR, bem como discutir sua importância e sua atuação no desenvolvimento do turismo de Dourados de sua criação até o final do ano de 2003 (HEITZ; GRECHI, 2004). O trabalho ainda buscou identificar como estava a organização do Turismo na cidade buscando informações juntamente ao poder público municipal. Ainda objetivou verificar e analisar os programas públicos de turismo exercidos no município, parcerias entre iniciativa privada, poder público municipal, estadual e federal e analisar a participação e relevância das instituições que compõem o COMTUR de Dourados.

Esse trabalho contribuiu significativamente para o registro histórico e o entendimento da formação do conselho municipal de turismo de Dourados e bem como com o desenvolvimento do turismo no município ao longo desse período. E esse processo é de fundamental importância, uma vez que a sistematização e a documentação dessas ações acompanhadas de uma análise crítica permitem o acompanhamento mais próximo da sociedade interessada, acesso ao processo de desenvolvimento do turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, identificando suas atividades e relevância para o turismo local.

Porém, dada a importância do registro, sistematização e análise do processo de desenvolvimento do turismo em Dourados, sentiu-se a necessidade de dar continuidade a esse trabalho com vistas a identificar e analisar a evolução histórica do conselho municipal de turismo de Dourados, entre os anos de 2004 e 2012.

Assim, esse trabalho apresenta como objetivo, fazer o resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, levantando suas principais ações entre os anos de 2004 e 2012, bem como fazer uma discussão sobre sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo municipal durante esse período.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma abordagem metodológica de cunho descritivo qualitativo, que incluiu um levantamento bibliográfico para se obter uma base teórica sobre planejamento turístico, sobretudo a prática do planejamento participativo. E ainda

um levantamento sobre a importância das instâncias de governança no desenvolvimento do turismo local e as boas práticas recomendadas para a atuação desse tipo de entidade. Em um segundo momento, procurou-se identificar quais foram as principais atividades do Conselho Municipal de Turismo de Dourados-MS entre os anos de 2004 e 2012, através de uma pesquisa documental, utilizando como fonte de pesquisa os documentos oficiais do COMTUR como atas de reuniões e decretos municipais que tratam do assunto. Ao final, é tecida uma discussão sobre as ações identificadas, sob a luz dos autores consultados, buscando fazer uma análise descritiva da atuação e influência do COMTUR no desenvolvimento do turismo de Dourados.

AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA COMO FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL

O planejamento como forma de organizar o futuro é inerente às atividades humanas, porém, para as atividades profissionais e/ou econômicas, a necessidade de um plano, ou planejamento metódico e organizado é fundamental. E na atividade turística não é diferente.

Para Petrocchi (2002, p. 19): “Planejamento é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”, ou seja, para obter sucesso no futuro e não deparar-se com surpresas indesejáveis será necessário pensar qual nosso objetivo futuro, e traçar um planejamento de quaisquer atividades que sejam necessárias para que esse objetivo se concretize da maneira mais eficiente. É importante realizar inicialmente o planejamento de suas atividades, a fim de organizar as ideias e moldar o futuro de acordo com as expectativas.

Para Ruschmann (1997, p. 83) “o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades”. Portanto, a autora deixa claro que o planejamento é uma atividade que tem como objetivo estabelecer regras, condições e objetivos, visando à conclusão dessas metas propostas. O planejamento é organizado pensando em promover o desenvolvimento, mas também deve considerar o bem-estar da comunidade, com vistas a buscar sempre melhorias, benefícios e sustentabilidade para todos, analisando os prós e contras das atividades que se pretende desenvolver.

Todos os setores de atuação da atividade turística, seja iniciativa privada, poder público ou terceiro setor, precisam manter a ideia do planejamento através de ações e recursos, materiais e humanos, disponíveis para tal. Ruschmann (1997, p. 84) explica que:

No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionara o bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem e regulem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas, geralmente de empresas privadas.

Assim percebe-se a importância e a força do governo no planejamento da atividade turística. Mas todo esse processo de planejamento, embora necessite das competências, experiências e responsabilidades inerentes ao poder público, não podem deixar de vincular esse planejamento às necessidades da sociedade e da iniciativa privada, que são, em última instância, a ponta de uma cadeia produtiva e ao mesmo, tempo afetados por ela. Para Lunas (2000, p.1) a sociedade é ciente de suas necessidades, e deve-se crer que ela é capaz de buscar soluções para atender essas necessidades. Segundo o autor

Essa responsabilidade cresce à medida em que o aparelho do estado diminui, conceitualmente e na prática. A organização de entidades representativas e organizações não governamentais têm aumentado sua presença na gestão de interesses coletivos, o que é um indício positivo do interesse da sociedade ou de seus membros pela “gestão da coisa pública”.

Nota-se a importância de um planejamento que incorpore os princípios da participação dentro do chamado planejamento participativo, “como seu próprio nome indica, o planejamento participativo implica a participação de todos os setores da sociedade e de todos os indivíduos” (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 124).

Ou seja, a ideia do planejamento participativo é peça fundamental para o planejamento democrático, no qual o poder público e o privado se veem envolvidos na evolução e direção do turismo, através da participação e acompanhamento dos projetos e ações realizadas para a melhoria da atividade turística, mantendo um compromisso de desenvolvimento de ambas as partes. Assim, para Molina e Rodriguez (2001, p. 123) “Tem-se compreendido paulatinamente que só sobre a base de um compromisso socialmente extenso poderão ser resolvidas algumas das questões mais urgentes que ameaçam a estabilidade e o progresso de nossas sociedades”.

Deixando claro que para o sucesso no futuro é preciso que a sociedade programe seus objetivos e que os mesmos sejam desenvolvidos em etapas, sendo sempre revisado ao final de cada uma. Um projeto bem elaborado e executado proporcionará melhor uso e duração para a comunidade atual e futura. Para Petrocchi (2001, p. 170)

É imprescindível a colaboração da população local para o desenvolvimento do turismo. Dessa conscientização nascerá o apoio das lideranças políticas e aporte de recursos para o turismo.

A conscientização é importante para a melhoria da qualidade de vida do local, a hospitalidade ao turista e a aceitação e compreensão das normas e fiscalização dos serviços do turismo.

A participação da população no desenvolvimento do turismo de uma localidade é de extrema importância, pois eles são parte daquela comunidade e devem estar envolvidos nas atividades desenvolvidas. Sendo assim Petrocchi (2001, p. 171) explica que na participação e gestão do turismo, “a população deve ser estimulada a participar da gestão do turismo. Opinando, criticando, decidindo, orientando, construindo uma cidade melhor e auferindo rendas com o turismo”.

A importância do poder público, da iniciativa privada e da sociedade na organização do turismo em determinada localidade, requer o diálogo entre esses setores no planejamento, na organização e na gestão da atividade turística, portanto é necessário que os mesmos se reúnam para discutir as possibilidades do futuro local.

Para que isso ocorra, algumas decisões devem ser tomadas no sentido de garantir que todos se juntem de forma organizada e representativa, discutindo o turismo. Deste ponto de vista, pode-se citar como uma forma de organização da participação, a implantação dos Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR que é uma instância de governança. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007, p. 15):

Dentro da política do MTUR as instâncias de governança constituem-se instrumentos concretos de viabilização da integração e descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática. O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência.

Entende-se que as instâncias de governança são corresponsáveis pela descentralização de poder, tornando público e democrático seu planejamento e gestão. Vários municípios do país possuem um conselho turismo, posto que foram estimulados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a constituírem conselhos na esfera municipal. De acordo com Petrocchi (2001, p. 180), o PNMT previa a criação de conselhos municipais de turismo com a ampla participação da comunidade e de empresários do setor turístico, contribuindo em um processo participativo de planejamento e gestão, que pudesse considerar as diversas variáveis da atividade turística.

Segundo a EMBRATUR (1999), à época, órgão federal responsável pelo turismo no Brasil, fica clara a importância da participação de todos os envolvidos com turismo em seu planejamento, visando sempre melhorias e sugestões e sendo também democrático, mostra ainda a importância de um COMTUR no qual a sociedade desempenha importante papel. A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, órgão do Ministério do Turismo que tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de Estruturação, Articulação, Ordenamento Turístico e Coordenação Geral de Regionalização, define Instância de Governança Regional como: “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa [PRT] em âmbito regional (BRASIL, 2007, p. 16).

Assim as instâncias de governança fazem parte de todo o processo evolutivo de uma atividade desenvolvida para o crescimento turístico e econômico de um município ou região, sendo de extrema importância, pois são durante o encontro de seus membros que serão discutidas as ações que devem ser implantadas para o desenvolvimento.

A política nacional de turismo de 2008 deixa claro o incentivo à promoção da gestão descentralizada do turismo, inclusive “promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão” (BRASIL, 2008, Art 9).

E dentro dessa política de descentralização o Ministério do Turismo, atua com o objetivo de:

Propor a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país, sendo um modelo de gestão de política pública descentralizada coordenada e integrada com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do Plano Nacional do Turismo (BRASIL, 2008, Art 9, p.6).

A atuação das instâncias de governança deve servir de ferramenta auxiliar no processo de descentralização da gestão de modo que os agentes de turismo possam implementar a política de maneira mais prática e atendendo as especificidades locais.

Para que a descentralização ocorra, a atuação de estados e municípios deve atender a essa expectativa. No Paraná, por exemplo, esse processo vem sendo incorporado com o lançamento, em 2009, da Cartilha “Orientações Práticas Às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná” que traz que:

O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência” (PARANÁ, 2009, p.16).

No estado de Mato Grosso do Sul - MS há um esforço em fomentar as instâncias de governança tais como fóruns regionais e conselhos municipais, no entanto não há uma política formalizada que oriente nesse sentido.

A atuação da Fundação de Turismo – FUNDTUR no estado de Mato Grosso do Sul, tem sido no sentido de implementar ações que busquem o desenvolvimento do turismo regional, e mesmo não possuindo um manual próprio de boas práticas que oriente como proceder em relação à política de descentralização do turismo, segue a política nacional elaborando planos de ações para cada uma das regiões turísticas do estado, bem como orientando a organização dos fóruns regionais de turismo, afim de organizar e fomentar as atividades turísticas em cada região.

Assim, nota-se a importância e a responsabilidade de uma instância de governança para o desenvolvimento do turismo local, definindo prioridades, induzindo as melhores decisões e planejando a melhor forma de turismo para a região. Segundo Cerqueira (2009, p. 4):

A Instância de Governança do Turismo pode ser então conceituada como uma organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território (país, estado, região ou município). De maneira geral as instâncias de governança constituem-se em espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável.

Diante disso, o conselho municipal de turismo de qualquer região se apresenta como uma instância de governança, sendo uma organização social, composta pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, buscando sempre melhorias e estratégias de desenvolvimento para a localidade. Entretanto as instâncias de governança, também responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das ações realizadas pelo poder público, devem primar pela participação ativa dos empresários e da sociedade civil organizada. Ainda segundo Cerqueira (2009, p. 45):

Dentro da política do MTur as instâncias de governança constituem-se instrumentos concretos de viabilização da integração e descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática. O Programa de Regionalização do Turismo considera as instâncias como responsáveis pela definição de prioridades; pela coordenação das decisões a serem tomadas; pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (no caso das instâncias regionais) ou município (no caso dos Conselhos Municipais de Turismo). Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no seu território de abrangência.

Portanto as instâncias de governança são importantes descentralizadores de poder, o que é importante para o desenvolvimento, pois desta forma o empresariado e a sociedade ganham força junto ao poder público participando nas decisões e sugestões de seus projetos.

Ainda para Cerqueira (2009, p. 2):

O PNMT previa, além da conscientização e da elaboração de um plano turístico municipal, também a formação de um colegiado local e um fundo municipal de turismo (FUMTUR). Com isso surgiram vários Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), que se constituíam nas instâncias de governança municipal.

É possível verificar que a iniciativa de descentralização do poder na atividade turística, parte do Poder Público, com uma primeira aproximação ensaiada no PNMT, no final dos anos de 1990, e continuando, dentro de um escopo mais amplo, com a criação do Ministério do Turismo, e do Plano Nacional de Regionalização do Turismo – PRT, que buscava organizar o planejamento e gestão do turismo nacional a partir do desenvolvimento do turismo regional, que pudesse promover um efeito multiplicador nas economias locais.

Para Virgílio e Ferreira (2013, p.4), a nova forma de gestão implementada à partir da criação do Ministério do Turismo foi pensada com o objetivo de promover o desenvolvimento das cidades e a inclusão social: “era preciso implantar uma gestão capaz de promover esse desenvolvimento em todos os municípios que tivessem capacidade e potencial para o turismo”.

Salienta-se a importância da conscientização da sociedade local para seu desenvolvimento, sendo a criação de Conselhos Municipais de Turismo importante fator para o desenvolvimento local do turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2004 e 2012 diversas ações foram realizadas pelo Conselho Municipal de Turismo de Dourados. As principais ações e a sua importância para o desenvolvimento da atividade de turismo no município são apresentadas e discutidas no presente capítulo, que traz também uma descrição da evolução da estrutura jurídica do COMTUR de Dourados.

Estrutura e Organização do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR Dourados

O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Dourados foi criado em 14 de setembro de 1999 buscando a adequação e integração do município de Dourados aos programas de incentivos federais para a atividade turística, e o desenvolvimento do turismo em Dourados. Seu primeiro regimento interno, elaborado no ano de 1999 dizia que:

O COMTUR é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, com intuito de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município, bem como, responsável pela conjugação entre o Poder Público e a sociedade civil.

Nesse mesmo regimento interno, o COMTUR era constituído por 15 membros titulares e a mesma quantidade de suplentes, sendo membros dos seguintes órgãos e entidades: 02 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo: um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR; um representante da Fundação Cultural e de Esportes de Dourados – FUNCED. As demais entidades e órgãos com apenas 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal; SENAC; SEBRAE; Curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; Curso de Turismo do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Curso de Turismo do Instituto de Educação Superior de – IESD; Associação Comercial e Industrial de Dourados – ACID; Clube dos Diretores Lojistas de Dourados – CDL; Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Dourados; Sindicato Rural de Dourados; Clubes de Serviços de Dourados; Cooperativa Regional de Transporte Turístico; Sindicato dos Proprietários de Bares, Hotéis e Similares. Previa-se também a participação de convidados especiais permanentes, podendo ser entidades ou mesmo personalidades, desde que sua indicação seja aprovada em reunião do Conselho.

Seu novo regimento, aprovado em 2012, apresenta em seu Artigo 2º, nova composição da seguinte forma:

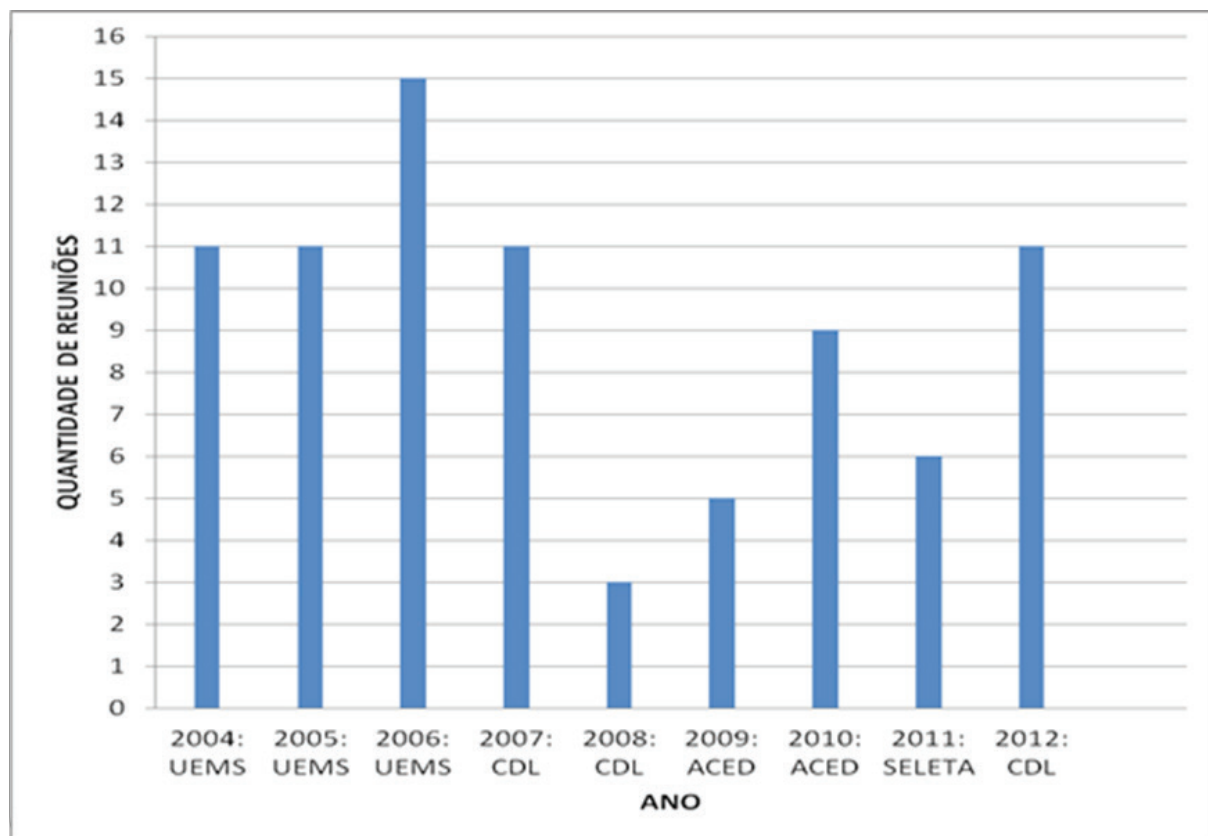
O Conselho Municipal de Turismo compor-se-á com o número de membros igual ao número de entidades constante na Lei Municipal que rege e vigora suas diretrizes. 1º– A Lei Municipal que rege as diretrizes do COMTUR é soberana. 2º - Cada entidade representativa constante na Lei Municipal terá direito de indicação de um membro titular e outro membro suplente.

O regimento do conselho passou por mudanças visando atender as normas da Lei Municipal, fazendo com que o conselho trabalhe em consonância com as normas do poder público.

Principais Ações Realizadas pelo COMTUR Dourados entre 2004 e 2012

O Conselho Municipal de Turismo de Dourados realiza reuniões com a finalidade de discutir ações voltadas para o turismo no município, fazendo uso de sua capacidade de Conselho Consultivo. Em média realiza-se cerca de 12 reuniões por ano, ou seja, uma reunião por mês. No entanto, através de consultas a atas, a quantidade de reuniões por ano oscilou bastante durante o período estudado (Figura 1).

Figura 1: Reuniões do COMTUR de Dourados e entidades que ocuparam a presidência entre os anos de 2004 e 2012.



Fonte: Os autores.

Como se pode observar, a quantidade de reuniões realizadas ano a ano não seguiu um padrão embora tenha mantido, na maioria dos anos, um bom número de reuniões oficiais,

haja vista que as recomendações governamentais para as instâncias de governança seja de que ocorram reuniões regulares. Com exceção dos anos de 2008 e 2009, os demais anos tem-se uma média de quase uma reunião ao mês enquanto que em 2011, tem-se uma média de uma reunião a cada dois meses. E que apesar de alguns anos, como exemplo em 2006, ter batido o recorde de reuniões, naquele ano os assuntos abordados nas reuniões, segundo as atas consultadas, foram praticamente os mesmos, mas nota-se que o conselho participou ativamente.

Sendo assim seguem abaixo as principais ações discutidas em reuniões entre 2004 e 2012.

Em 2004, discutiu-se sobre a elaboração de um planejamento estratégico para o conselho municipal de turismo pelo SEBRAE e sobre a criação de um fundo municipal de desenvolvimento do turismo, e foi aprovado o Regimento Interno do COMTUR. Ainda no mesmo ano, foi aprovado o regulamento para o concurso da logomarca do COMTUR, e a mesma que foi eleita em 21 de agosto. Durante as reuniões do conselho discutiu-se sobre o andamento do projeto das instalações do pavilhão de eventos da cidade.

No ano de 2005, a prefeitura apresenta aos conselheiros os materiais de divulgação turística do município com a nova logomarca do COMTUR. Neste ano surge a ideia da criação de um *Convention & Visitors Bureau* na cidade, o qual foi criado em 04 de maio de 2005, intitulado Grande Dourados *Convention & Visitors Bureau* – GDC&VB, com o apoio de empresas privadas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e da Associação Comercial e Empresarial de Dourados – ACED.

Ainda se discutiu sobre a implantação do Pavilhão de Eventos na cidade e Centro de Convenções, e sobre a criação de um Centro de Atendimento ao Turista – CAT, neste mesmo momento o Núcleo de Turismo, setor da prefeitura municipal responsável pelo turismo, apresenta seu projeto arquitetônico. Os conselheiros decidem acompanhar o andamento dos seguintes projetos: Revitalização da Praça Antonio João, Parque Arnulpho Fioravante, Usina Velha, Construção do Pavilhão de Eventos, Centro de Cultura Esporte e Lazer Jorge Salomão, CAT, sinalizações turísticas.

O ano de 2006 foi recorde na quantidade de reuniões do conselho, sendo que os assuntos mais discutidos foram pavilhão de eventos, centro de convenções e CAT.

Entre os anos de 2004 e 2007, esteve à frente da presidência do COMTUR um representante do curso de turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Em 2007, durante as reuniões o conselho discute e cobra um posicionamento da prefeitura a respeito das obras da Praça Antonio João e Centro de Convenções. Em 31 de maio é eleita a nova mesa diretora do COMTUR, no qual houve chapa única, os eleitos foram: Presidente: Otavio Benites Gonçalves – Câmara de Dirigentes Logísticas - CDL, Vice-presidente: Ana Paula Vilela Dias – Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV, Secretária Executiva: Dores Cristina Grechi – UEMS, Tesoureira: Ely Oliveira – Associação Comercial e Empresarial de Dourados - ACED.

Diante das discussões e indagações dos membros a respeito da importância de um centro de atendimento ao turismo no município em 2008, a prefeitura sugere a criação do CAT nas mediações do terminal rodoviário. Nesse ano, foram realizadas apenas três reuniões do conselho.

Em 2009, a Prefeitura propõe a elaboração da primeira edição do Inventário Turístico do município, o qual teve a elaboração iniciada no final do mesmo ano. Em novembro de 2009 é formada a chapa para a nova mesa diretora do conselho, e sendo chapa única, foi eleita em 10 de dezembro, com os seguintes representantes: Presidente: Elizabeth Rocha Salomão - ACED, Vice-Presidente: Amarildo Ricci – CDL, Secretário Executivo: Mauricio Peralta – Secretaria Municipal de Industria e Comercio - SEMAIC, Tesoureiro: Stefano Teló – Associação Douradense de Hotéis – ADH.

No ano de 2010 é realizada visita técnica nas obras do Centro de Convenções e aeroporto para averiguar o andamento das obras. Ainda no mesmo ano é realizada outra visita técnica com a finalidade de verificar o andamento das obras da Praça Antonio João, na qual o conselho sugere que seja implantado o CAT ao lado da Guarda Municipal, sendo reinaugurada em dezembro do mesmo ano, e outra visita a rodoviária, a fim de propor sugestões de reforma e melhoramento na infraestrutura e prestação de serviços no terminal.

No ano de 2011, é apresentada a nova equipe de turismo do município ao conselho e as atividades desenvolvidas pelo COMTUR. É eleita a nova mesa diretora: Presidente: Robson Orlei Carneiro – SELETA; Vice-presidente: Marcelo Mourão; Secretário Executivo: Paulo Feirrol – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Tesoureiro: Amarildo Ricci – CDL. Ainda em 2011 é elaborado o novo regimento interno do COMTUR.

No dia 29 de março de 2012, é homologado o novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo do Município de Dourados. No mesmo ano, é realizada nova eleição: Presidente: Amarildo Ricci – CDL; Vice-presidente: Rejane Sinaila – SEMAIC; Secretário executivo: Paulo Feirrol – OAB; Tesoureiro: Carlos Henrique – SENAC. Após dois anos afastado do conselho, o SEBRAE volta a participar. O COMTUR coloca estande próprio na EXPOAGRO. A Prefeitura Municipal de Dourados e o Conselho Municipal de Turismo elaboram o Plano Plurianual de Turismo – PPAAT constituído por ações que devem ser executadas entre os anos de 2013 e 2016 pela prefeitura, para melhoria do turismo. É realizada reunião com a presença do prefeito afim de apresentar a nova diretoria, sendo entregue uma carta de sugestões com planos para o turismo na cidade.

O IMPACTO DO *COMTUR* DOURADOS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO

O Conselho Municipal de Turismo de Dourados desenvolve importante papel para o desenvolvimento do turismo local. É possível perceber sua importância através de suas ações que busca analisar, opinar e fiscalizar as ações realizadas pelo poder público. O conselho acompanhou as obras e lutou por melhorias e resultados dos projetos realizados pelo poder público para o crescimento do turismo na cidade.

A cada reunião levava-se em consideração suas pautas voltadas para a movimentação e melhorias da infraestrutura turística de Dourados. Portanto, fica claro através da pesquisa realizada, sua intenção de promoção do turismo na cidade, pois o mesmo esteve envolvido em movimentos que buscaram a finalização das obras do Pavilhão de eventos Dom Teodoro Leitz que desde sua inauguração recebe eventos e feiras.

O conselho também se movimentou para induzir o poder público a realizar melhorias no Aeroporto Municipal de Dourados, o qual passou por reformas e, com a chegada da companhia aérea “Azul”, aumentou a quantidade de voos e os destinos, aumentando significativamente a quantidade de passageiros que utilizam esses serviços.

Durante a reinauguração da Praça Antonio João, em 2009, a prefeitura disponibilizou um espaço para o funcionamento do CAT, que foi item de muitas pautas do COMTUR destacando a importância de um centro de atendimento ao turista no município, servindo como ponto de informações e promoção do turismo, onde o turista obtém informações sobre o setor hoteleiro, alimentos e bebidas, pontos turísticos, dentre muitas outras dúvidas relacionadas ao município.

Logo após a inauguração do CAT, foi designado um acadêmico do curso de turismo da UEMS para atuar como estagiário e realizar as atividades diárias, informando ao turista, e todos que tiverem interesse em conhecer um pouco mais sobre o turismo no município. No entanto, desde 2010, o CAT encontra-se inativo, sendo o espaço anteriormente a ele destinado, ocupado pela Guarda Municipal.

Outro assunto de grande relevância para o turismo de Dourados é a construção do Centro de Convenções, estas ainda se encontram em andamento. No entanto, a conclusão do Centro de convenções seria de extrema importância para o município, pois Dourados estaria apto através de suas instalações para receber eventos de maior proporção e assim o turismo de negócios e eventos crescer significativamente.

O conselho tem participado ativamente no acompanhamento dos projetos realizados pela prefeitura para o desenvolvimento da cidade, sempre buscando respostas e exigindo prazos, ficando clara a participação do setor privado nas atividades públicas.

Ficando clara a importância de um conselho municipal que mostre empenho e comprometimento em acompanhar as atividades desenvolvidas pelo poder público, a fim de agilizar o processo e alcançar resultados.

Referente às reuniões do COMTUR, entende-se a importância de uma equipe voltada para o planejamento turístico, que esteja comprometida a cobrar ações e resultados do poder público visando sempre o planejamento futuro organizado e que trará resultados decisivos para o município, sua estruturação e economia.

O turismo é visto como um dos setores que mais crescem no país devido a sua amplitude, sendo que o turismo nunca trabalha sozinho, ele sempre movimenta setores como alimentos e bebidas, combustível, indústria automobilística, dentre outros. Nota-se que o poder público e iniciativa privada de Dourados perceberam o impacto e o alavancamento econômico que o turismo pode proporcionar.

Um conselho municipal de turismo, enquanto instância de governança, deve trabalhar em conjunto entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, no entanto sua presidência deve ser exercida pelo poder privado através do *trade* turístico: “Uma recomendação, aceita pelo próprio MTur, é que a coordenação não fique na mão dos órgãos públicos, para minimizar o risco da instância vir a se transformar num braço governamental” (PARANÁ, 2009, p.32). Sendo o poder público o responsável pela execução da maior parte das ações,

sobretudo as que envolvem investimentos financeiros com recursos públicos como os que foram discutidos, a iniciativa privada pode fazer uso de suas atividades enquanto conselho para fiscalizar, sugerir e solicitar ações e conclusões do poder público.

Ao longo de sua criação, a presidência do conselho foi exercida pelo poder público, privado e sociedade organizada. Durante análises sobre as eleições ocorridas a partir de 2004, nota-se que nos anos de 2007, 2009, 2011 e 2012 não houve concorrência durante as eleições do COMTUR, sendo apresentadas chapas únicas, o que poderia demonstrar um alinhamento dos interesses das entidades participantes, embora muitas vezes seja difícil quebrar a resistência da participação mais ativa de seus membros, sobretudo os empresários, que demonstram interesse em participar, mas alegam por vezes não ter tempo para assumir tal responsabilidade.

Em 2011, durante a reestruturação do turismo e a elaboração do novo regimento, o novo presidente não fazia parte do *trade*, o que foge aos padrões recomendados para órgãos desta natureza, pois sendo um conselho municipal de turismo, seria normal que a diretoria fosse ocupada por um representante do *trade*. Com esse novo regimento, os representantes do *trade* turístico acabam por se afastar do conselho, o que gera desconforto e desconformidade com o processo, pois são eles os autores do turismo no município, e aqueles que lutam por melhorias no mesmo.

Nota-se ainda que o conselho municipal de turismo não tem conseguido acompanhar com rigor as boas práticas das instâncias de governança, conforme orienta o Ministério do Turismo em seu caderno “Institucionalização das instâncias de Governança Regionais”, pois nesse documento fica claro que o conselho deve ser organizado, seguir um plano, e ter em sua mesa diretora, preferencialmente, representantes do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, com o *trade* turístico exercendo a presidência (BRASIL, 2007).

O documento recomenda ainda que o conselho seja o responsável por realizar a fiscalização e acompanhamento das ações do poder público, não deixando que o conselho se torne um braço do órgão executivo (BRASIL, 2007; PARANÁ, 2009). Portanto o conselho deve buscar melhorias, e não deixar que o poder público cerceie em suas ações, usando o conselho apenas para dar legitimidade aos seus interesses.

Apesar da reestruturação do conselho municipal por meio de seu regimento interno, uma grande conquista foi à eleição de 2012. Embora o presidente ocupe uma cadeira da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, o mesmo é empresário do *trade* turístico, e estando a frente de uma empresa de turismo voltada para eventos. E como já foi visto, para que as atividades do conselho funcionem é necessária à participação ativa dos três setores, ou seja, poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, fazendo com que desta forma haja um balanceamento das atividades e decisões tomadas.

Segundo pesquisas realizadas a partir do ano de 2004, percebeu-se que o *trade* tem participado pouco das atividades do COMTUR, embora seja de extrema importância sua participação, no entanto a prefeitura e a UEMS tem participado ativamente.

A respeito do desenvolvimento do turismo no município, o COMTUR de Dourados desenvolve importante papel e mostra-se preocupado e determinado a participar de parcerias

e ações que visa o crescimento do município através do turismo, buscando participar ativamente de ações voltadas para melhorias na infraestrutura turística, afim de melhorias que possibilitem a maior captação de turismo de negócios e eventos para o município. Sendo que com o aumento do turismo em determinada região há aumento significativo na economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, foi possível identificar a quantidade de reuniões realizadas por ano pelos conselheiros, assim como a quantidade de eleições durante o período de 2004 a 2012, bem como constatar que não houve concorrência em nenhuma das quatro eleições realizadas no período, notando consenso na formação das chapas, e também uma resistência dos conselheiros para a eleição de 2011, onde a chapa formada tinha como concorrente a presidência o representante da SELETA, entidade caritativa que não fazia parte do *trade* turístico. No entanto, apesar da resistência, houve a formação e eleição da chapa.

De acordo com os levantamentos realizados para o referencial teórico constata-se a importância do planejamento turístico para uma região e algumas características importantes das instâncias de governança. O COMTUR de Dourados é uma instância de governança tripartite, com equidade de espaço para poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. O Conselho Municipal tem acompanhado o andamento das obras propostas e elaboradas pela prefeitura municipal e outros órgãos envolvidos, no qual os conselheiros em suas reuniões aproveitam para pressionar a gestão pública municipal sobre os resultados, visando sempre o crescimento do turismo para a cidade.

O conselho tem conseguido, ao longo desse período, através de empenho e comprometimento, muitas conquistas para o município de Dourados, mas ainda é necessário o amadurecimento do *trade* turístico em relação ao COMTUR, bem como mais envolvimento por parte dos empresários, sendo importante que os mesmos participem ativamente de suas atividades.

Em relação à quantidade de reuniões realizadas, o conselho manteve entre os anos analisados, média significativa de quase uma reunião ao mês (excluindo-se o período de recesso em janeiro), o que demonstra regularidade no funcionamento do conselho. Nota-se ainda que é necessário que o conselho tenha um plano de desenvolvimento, ou seja, um planejamento estratégico que trace durante a gestão de cada mesa diretora as atividades que devem ser realizadas e buscadas para o seguimento turístico do município.

Foi possível, durante a execução de este trabalho, dar continuidade ao processo de resgate histórico do Conselho Municipal de Turismo de Dourados, destacando suas principais ações para o turismo no município entre os anos de 2004 e 2012, e destacar sua atuação e contribuição para o desenvolvimento do turismo, através de maior entendimento sobre as instâncias de governança e seu modelo de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Módulo Operacional 3: Institucionalização das Instâncias de Governança Regional. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em 30 Agosto de 2013.

CERQUEIRA, R. R. As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In: ZAPATA, T. (Org.). **Desenvolvimento local e a nova governança**. Recife: IADH, 2009. pp. 201-229.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul (UEMS). **Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Dourados (MS)**, 23 de junho de 2013. Disponível em: <www.uems.br/internet/anexos/texto282.doc>. Acesso em: jun. 2013.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. Decreto n.º 634 de 05 de março de 2012. Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo, Diário Oficial de Dourados. Ano XIV, N. 3.213, de 29 de Março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em jan 2018.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LUNAS, José Roberto da Silva. **Gestão Sustentável do Turismo – Descrição e Análise do Caso de Bonito (MS)**. 2000, 106 f. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Instituição de Ensino, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MOLINA, S.; ROBRIGUES, S. **Turismo: planejamento integral**. Bauru: EDUSC, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo, Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Paraná. **Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná**. Curitiba: Paraná Turismo – Departamento de Publicidade e Propaganda, 2009. RUSCHMANN, D.V. M. **Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, 1997.

VIRGINIO, Darlyne Fontes; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 162-182, 2013.

RESENHA - LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa

Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD). Colaborador de pesquisa no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD). Bolsista da CAPES. E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Nos últimos anos, Moçambique tem estado a passar por várias transformações sócio-espaciais, em resultado do modelo capitalista de desenvolvimento vigente e como consequência disto, assiste-se um intenso processo de acumulação do capital. Não se trata de um simples processo de acumulação do capital. Pelo contrário, além de ter um conteúdo primitivo, o mesmo processo se configura também no que o geógrafo David Harvey vai chamar de “acumulação por espoliação” em seu livro *O novo imperialismo*. Trata-se, portanto, de um processo violento para o ser humano e às vezes, os sujeitos implicados diretamente não têm tido instrumentos necessários para preverem o seu futuro, na medida em que se observa a pilhagem territorial e a degradação da condição humana.

O sonho de muitos moçambicanos tem sido “sequestrado” pelas elites políticas e econômicas locais e detentoras do poder a favor dos interesses privados. O Estado que deveria servir os interesses da “nação”, do povo, dos camponeses, tem sido apropriado e expropriado por certos grupos que exercem cargos políticos e alguns já na reserva, mas que ainda controlam os recursos naturais existentes no país. É neste contexto que o economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco, baseando-se no quadro teórico marxista, procura traçar uma matriz para compreender o processo de acumulação do capital em Moçambique.

Nem sempre a sua visão crítica dos processos têm sido recebidas de bom agrado pelas elites locais e detentoras do poder. Recorde-se que, as suas críticas, fizeram com que fosse julgado em 2015, acusado pelo “crime contra a segurança do Estado”, quando este criticou severamente a forma como o antigo presidente de Moçambique, Armando Guebuza geria o país. O seu julgamento resultou em vários protestos dentro e fora do país, em que se dizia que, era a opinião de pensamento que estava a ser julgada. Num país onde a tendência tem sido a reprodução do passado colonial, caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades sociais e o enriquecimento ilícito de grupos que detém o controlo da máquina estatal, pela exploração dos trabalhadores assalariados e a expropriação dos camponeses, Castel-Branco traz uma leitura renovada para compreensão destes fenômenos em Moçambique.

Atualmente, Castel-Branco configura-se num dos estudiosos moçambicanos de tradição marxista mais lúcidos e atentos às armadilhas do desenvolvimento capitalista em Moçambique. Em Moçambique, sobretudo, nas prateleiras das bibliotecas universitárias, é difícil encontrar obras de

Karl Marx e os que têm acesso às mesmas, são aqueles estudiosos que tiveram a sua formação pós-graduada fora do país, grupo o qual o próprio Castel-Branco integra. Embora a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), partido no poder desde 1975, por opções político-ideológico tenha tido uma orientação *marxista-leninista* (1977-1986), Karl Marx foi retirado do seu vocabulário, sobretudo, quando o país aderiu à política de liberalização económica imposta pelas instituições da *Bretton Woods* — Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Talvez tenha sido uma estratégia dos próprios “camaradas” reinarem, na medida em que a ideia principal era colocar a sociedade moçambicana na ignorância e por via disto, avançarem com o processo de acumulação do capital, explorando e expropriando o seu próprio povo, sem que ninguém os criticasse. Algo extraordinária que os “camaradas” fizeram foi, portanto, dar o nome de Karl Marx e Vladimir Lênin algumas avenidas da capital moçambicana — Maputo, como simbolismo por alegadamente terem se inspirando neles.

Importa realçar que, é nesta cidade onde vive a maior parte dos capitalistas nacionais que vem se consolidando por meio da expropriação do povo e do Estado e por meio de alianças com o capital internacional, como o próprio Castel-Branco demonstra. Enquanto a Frelimo operou no sentido de eliminar Karl Marx em Moçambique, Castel-Branco sempre esteve na contramão, onde através de leituras marxistas, procura ressuscitá-lo e por via disto, colocá-lo novamente no imaginário da sociedade moçambicana. Como podemos ver, estamos diante de uma disputa política.

Além de usar obras do próprio Karl Marx, ao traçar a matriz para a compreensão do processo de acumulação do capital em Moçambique, Castel-Branco baseou-se também em outros autores de tradição marxista, como Rosa Luxemburgo, Friedrich Engels e Vladimir Lênin. Depois de tantas leituras, Castel-Branco chega à conclusão segundo a qual, “o processo de acumulação de capital em Moçambique é, no essencial, idêntico à descrição marxista da história de acumulação primitiva de capital” (p. 256), mas lembra de que, no caso moçambicano há especificidades que dever ser tomadas em consideração no processo de análise.

Sabe-se, portanto, que a máxima do processo de acumulação primitiva de capital cunhada por Karl Marx preconizava a separação entre o trabalhador rural e/ou camponeses com os meios de produção. É através desta separação que os capitalistas procuraram a todo o custo, explorar e expropriar os produtores, extraindo assim as chamadas *mais-valias* (cunhadas por Karl Marx). Estes processos como Castel-Branco bem demonstram, estão a acontecer em quase todo o território nacional, sobretudo, em locais onde operam grandes corporações agrícolas ligadas ao agronegócio, empresas de plantação de eucaliptos e nas mineradoras.

Em Moçambique, os reassentamentos resultantes da entrada dos megaprojetos têm simbolizado apelas como uma reserva de mão de obra barata e é por isso que, Castel-Branco não consegue ver quase nenhuma diferença com o que terá acontecido durante a colonização portuguesa. Sabe-se, portanto, que durante a colonização portuguesa, os moçambicanos expropriados das suas terras, foram depois convertidos em mão-de-obra barata para trabalharem nas plantações de sisal, algodão, cana-de-açúcar etc., por isso, Castel-Branco olha este processo como a reprodução do passado colonial em Moçambique. Para ele:

No caso moçambicano, o capitalismo não está a emergir de forma de produção historicamente anterior ao modo capitalista de produção. O colonialismo

encarregou-se de operar esta transição, que conduziu a expropriação maciça da terra e dos recursos a baixo custo, formou o semiproletariado rural dependente dos mercados de trabalho e de bens agrícolas; manteve-o ligado à terra como forma de garantir a sua disponibilidade, mesmo remunerado a baixo dos custos sociais de subsistência; criou e reproduziu um sistema de rentabilidade e acumulação baseada na mão de obra barata e expropriação, a baixo custo, da terra e dos recursos naturais; integrou a economia no sistema capitalista mundial e, de um modo mais geral, subordinou, forma e informalmente, a atividade econômica e social dos ditames da acumulação capitalista (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 259).

O autor mostra ainda que, o ideário da luta de libertação nacional que tinha como *slogan* a “libertação da terra e dos Homens”, foi abandonado pela Frelimo após as reformas liberais ocorridas nos meados década de 1980, passando ela mesma a reproduzir as práticas coloniais, na medida em que o Estado foi sendo usado como um instrumento para gerir os negócios da burguesia nacional. Castel-Branco volta a apontar Armando Guebuza como um dos principais porta-vozes do projeto de formação de *capitalistas nacionais* e explica que, este processo começa na década de 1980. Segundo o autor, nessa altura, “Guebuza defendeu a lógica da necessidade e do processo de reorientar a política nacional para promover acumulação capitalista nacional” (p. 262). Por sua vez, o autor reitera:

Pela sua influência e preponderância ideológica, política e histórica, Guebuza provavelmente, era, na época, a melhor pessoa para articular publicamente este argumento, mas o argumento em si, refletia aspirações sociais de classes legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (econômica e do regime) e transição, e em aberto o conflito com a linha anticapitalista tradicional da Frelimo. Portanto, este discurso era o manifesto capitalista de Moçambique, em oposição, mas aproveitando genialmente a linhagem nacionalista radical (nacionalismo econômico justificado como oposição ao imperialismo) e o “estatismo” da esquerda ortodoxa da Frelimo como um instrumento desse capitalismo nacionalista (pois o Estado estaria reservado o papel histórico de construir a relação triangular com o capital nacional e internacional e de se expropriar em favor da valorização do poder da burguesia nacional nessa relação) (CASTEL-BRANCO, 2017, p. 263).

O autor mostra também que todas as políticas públicas e estratégias de combate à pobreza implementadas no governo Guebuza (2005-2015), tiveram como enfoque “a construção de das condições objetivas para o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional” (p. 289). A ideia segundo a qual Moçambique tem uma burguesia nacional como o autor destaca, ela abre espaço para o debate. Em Moçambique, não temos uma burguesia propriamente dita, pois o que observa é a emergência e consolidação de capitalistas que se erguem por meio da expropriação do Estado, do povo, dos camponeses, etc.

Estes mesmos burgueses que Castel-Branco menciona, são dependentes do capital internacional que entra em Moçambique em forma de apoio ao Orçamento do Estado e de alianças com o capital internacional para a exploração da terra e dos recursos naturais, sobretudo, do setor mine-rário-energético. Sem o Estado, o apoio ao Orçamento do Estado que tem sido feito por parceiros de cooperação e de alianças com o capital internacional, este grupo que Castel-Branco diz ser

uma burguesia nacional, dificilmente ela vai existir. É por isso mesmo que, o projeto de Armando Guebuza que consistia na formação de um *Capitalismo Nacional* falhou em Moçambique.

O autor cita a célebre frase de Armando Guebuza, proferida numa das entrevistas dada alguns jornais, onde destacava que, “[...] podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos [...]” (p. 265). Para o autor, os recursos naturais têm sido usados como um trampolim para a ascensão e consolidação dos capitalistas nacionais. O autor mostra ainda que, em vez da aliança Estado-Capital internacional resultar em ações concretas sob ponto de vista da redução da miséria e de número de miseráveis no país, tem contribuído apenas para o surgimento de novos ricos e a consolidação de capitalistas nacionais. Para o autor, a ascensão das chamadas *economias emergentes*, entre elas o Brasil e a China e posteriormente sua entrada em Moçambique por via de financiamento de certas atividades, contribuiu apenas para o processo de acumulação do capital.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís de. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2017. pp. 257-294.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS